

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPI: MESTRADO

Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**A ATIVIDADE PRINCIPAL E A VELHICE: CONTRIBUIÇÕES DA
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

CLAYTON WASHINGTON DOS REIS

MARINGÁ

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPI: MESTRADO

Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

**A ATIVIDADE PRINCIPAL E A VELHICE: CONTRIBUIÇÕES DA
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Dissertação apresentada por Clayton Washington dos Reis, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a.: Marilda Gonçalves Dias Facci

MARINGÁ

2011

CLAYTON WASHINGTON DOS REIS

**A ATIVIDADE PRINCIPAL E A VELHICE: CONTRIBUIÇÕES DA
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marilda Gonçalves Dias Facci (Orientadora) – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Mari Shima Barroco – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Elenita de Ricio Tanamachi – UNESP Bauru

29/09/2011

Catálogo na Publicação

Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava

Reis, Clayton Washington dos

R375a A atividade principal e a velhice: contribuições da psicologia histórico-cultural / Clayton Washington dos Reis. -- Maringá, 2011

x, 167 f. : 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Constituição do sujeito e historicidade, 2011

Orientadora: Marilda Gonçalves Dias Facci

Banca examinadora: Sonia Mari Shima Barroco, Elenita de Ricio Tanamachi

Bibliografia

1. Psicologia do idoso. 2. Psicologia – Terceira idade. 3. Envelhecimento. 4. Velhice. 5. Psicologia histórico-cultural. 6. Idoso – atividade dominante. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

CDD 155.67

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora *Dr^a. Marilda Gonçalves Dias Facci*, agradeço pela orientação firme e coerente, pelos momentos de disposição a me ouvir e de me mostrar as mais diversas possibilidades, mas, sobretudo pela segurança, confiança e amizade ao longo dessa trajetória.

As professoras *Dr^a. Sonia Mari Shima Barroco*, *Dr^a. Elenita de Ricio Tanamachi*, por aceitarem o convite para participar da banca de defesa e pelas muitas contribuições que trarão para essa pesquisa.

A professora *Dr^a. Nádia Mara Eidt*, por ter participado da banca de qualificação e ter fornecido contribuições para a realização dessa pesquisa.

Aos meus “primos” *Antônio Carlos de Oliveira Lopes* e *Raquel Gusmão de Oliveira*, agradeço pelo apoio e pela hospedagem em Maringá. Sem vocês essa jornada, certamente, teria sido sobremaneira mais difícil.

A minha amiga *Cristiane Sônego*, agradeço por ter acreditado em mim e ter depositado a confiança necessária para que eu pudesse de fato atingir meus objetivos.

Ao meu amigo *Antônio Alexandre Pereira Junior*, agradeço por ter me incentivado e apoiado no ingresso ao mestrado, mesmo quando muitas adversidades se apresentavam.

A minha amiga de mestrado *Dirlene Sponchiaro*, agradeço pelas infinitas horas de conversa não só sobre as pesquisas, mas também pelo companheirismo e apoio constante em cada momento dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, agradeço pelas infinitas possibilidades de apropriação de conhecimento científico e de elaboração do pensamento crítico.

Aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este estudo pudesse ser realizado.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, exemplos de força e dedicação, bases da minha educação, que semearam e cuidaram com atenção e carinho do meu crescimento pessoal e profissional.

Aos mestres que souberam ensinar e guiar à direção correta para que esse crescimento seja possível e que continue indeterminadamente.

E a todos que nos inspiram e nos fazem sempre querer continuar e melhorar.

“Toda ciência seria supérflua se a
aparência das coisas coincidissem
diretamente com sua essência”.

Karl Marx

“Pergunta a cada ideia: serves a quem?”

Bertold Brecht

REIS, Clayton Washington dos Reis. **A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural.** (168f.). Dissertação Mestrado em Psicologia – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof^a. Dr^a. Marilda Gonçalves Dias Facci. Maringá, 2011.

RESUMO

Ao longo da história da humanidade, a velhice tem sido concebida e retratada de diversas maneiras, visto que ocupa, nas diversas culturas e momentos históricos, distintas posições. Enquanto período de desenvolvimento humano, a velhice tem sido compreendida pela Psicologia por um viés naturalizante, cujo cerne das explicações baseia-se exclusivamente pelo paradigma biopsicossocial. Com o intuito de construir uma Psicologia que supere essa visão naturalizante do desenvolvimento humano, buscamos nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo nas pesquisas de L. V. Vigotski, A. N. Leontiev e D. B. Elkonin, subsídios para compreender o desenvolvimento humano. Para esses autores, ele é caracterizado por períodos que são influenciados pelas condições históricas da humanidade. Desse modo, para cada período de desenvolvimento, existem características que são alicerçadas nas relações sociais de produção. Nesse sentido, os períodos só podem ser compreendidos a partir da análise dessas relações. Considerando os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, e tomando como objeto de estudo a velhice, delineamos como objetivo dessa pesquisa, analisar as contribuições que essa escola psicológica nos fornece para a compreensão do período de desenvolvimento humano denominado velhice, considerando-se o conceito de atividade principal ou dominante. É importante destacar que, nessa perspectiva, os períodos de desenvolvimento são marcados por atividades principais ou dominantes, sendo que essas podem ser entendidas como a maneira como o indivíduo vai se relacionar com a realidade, ou seja, aquela atividade que vai guiar o desenvolvimento naquele momento. A partir da reflexão acerca dos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico Cultural, levantou-se como hipótese, para este estudo, que a atividade dominante ou principal, que norteia o desenvolvimento humano durante a velhice, na sociedade capitalista, consiste na mesma atividade dominante que guia a vida adulta, ou seja, a atividade trabalho. Para realizar tal investigação sobre a velhice, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 idosos aposentados, sendo que 05 idosos aposentados ainda estavam exercendo atividades profissionais e 05 idosos aposentados não estavam mais exercendo nenhuma atividade profissional. A partir das informações coletadas pôde-se

compreender a velhice a partir de outra perspectiva, sobretudo porque se buscou na concretude, elementos que pudessem sustentar e explicar a existência desse período de desenvolvimento na sociedade capitalista. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade da construção de uma Psicologia calcada na materialidade da existência humana. Também pudemos visualizar que, aparentemente, o trabalho tem, de fato, norteado o desenvolvimento humano durante a velhice, posto que o idoso tem se relacionado com a realidade a partir dessa atividade. No entanto, a relação que o idoso estabelece com o trabalho ganha um novo sentido, considerando as especificidades do momento e das condições materiais que permeiam sua vida.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano. Velhice. Atividade Dominante. Psicologia Histórico-Cultural

REIS, Clayton Washington dos Reis. **The main activity and elderly age: Contributions of Historical-Cultural Psychology.** (168f.). Masters Thesis in Psychology – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

ABSTRACT

Along mankind history, the elderly age has been conceived and portrayed in several ways, as it takes up distinctive positions in diverse cultures and historic moments. As period of human development, the elderly age has been understood by psychology as a natural bias, whose core of explanations are based exclusively on the biopsycosocial paradigm. With the aim of building a psychology that surpass the natural vision of the human development we sought on the principles of the historical-cultural psychology, specially on the researches of L. V. Vigotski, A. N. Leontiev and D. B. Elkonin, information to understand the human development. For these authors this psychology is characterized by periods that are influenced by historical conditions of humanity. Thus, for each development period there are characteristics that are consolidated in social relations of production. This way, the periods can only be understood from the analyses of these relations. Considering the principles of the historical-cultural psychology, and having elderly age as the subject of study, we outlined as the objective of this paper to analyze the contributions that this psychological school has provided to understand the period of human development known as elderly age, considering the concept of main and dominant activity. It is important to highlight that, in this approach, the development periods are set by main or dominant activities and, they can be understood as how the individual will relate with reality, i.e., the activity which will guide the development at that moment. Based on the reflection of the theoretical principles of Historical-Cultural Psychology, a hypothesis was arisen for this study that the dominant and main activity which guides the human development during the elderly age in the capitalist society, consists of the same dominant activity which guides the adulthood, i.e., the labor activity. To accomplish this investigation about elderly age, we carried out a bibliographic research and a survey by means of semi-structured interviews with 10 elderly retirees, where 5 of them were still working in their professional activities and other 5 elderly retirees that were no longer working on any professional activity. From the collected information it was possible to understand about the elderly age from another perspective, mainly because it was sought, in the concreteness, the elements that could support and explain the existence of this period of development in the capitalist society. In this sense, we reaffirm the need of building a Psychology based on the materiality of the human existence. We could also visualize that apparently, the work has indeed guided the human development during the elderly age, as the elderly has related himself/herself with reality based on this activity. Nevertheless, the relation that the elderly establishes with his/her work finds a new meaning, considering the specificities of the moment and the material conditions that permeates his/her life.

Key words: human development; elderly age; dominant activity; historical-cultural psychology.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1. SOBRE OS CAMINHOS PERCORRIDOS: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	19
1.1 Dando voz ao Idoso: o que eles pensam sobre si mesmos?	25
1.2 Algumas Considerações.....	31
2. SITUANDO A VELHICE NA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI.....	32
2.1 A velhice objetivada nas produções científicas	35
2.1.1 Pesquisas sobre as condições físicas e de saúde do idoso.....	38
2.1.2 Pesquisas sobre as condições socioeconômicas e culturais do idoso.....	42
2.1.3 Pesquisas sobre as condições psicológicas do idoso.....	44
2.2 Tecendo algumas considerações	46
3. A PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL: DESTAQUE PARA A HISTORICIDADE	48
3.1 A Psicologia e a Compreensão do Desenvolvimento	48
3.2 O Desenvolvimento Humano com base na Psicologia Histórico Cultural.....	58
3.3 A periodização do desenvolvimento na escola de Vigotski.....	67
3.4 Algumas considerações.....	88
4. O IDOSO E O MUNDO DO TRABALHO.....	90
4.1 A atividade trabalho.....	91
4.2 O homem na construção da vida cotidiana	98
4.3 A atividade Trabalho na sociedade capitalista.....	101
4.4 O sentido e o significado na Psicologia Histórico Cultural	108

4.5 A alienação e o processo de trabalho	111
4.6 A saída do homem do mundo do trabalho – o sistema previdenciário e a aposentadoria no Brasil	117
4.7 O idoso frente à aposentadoria.....	123
4.8 Tecendo algumas considerações	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES.....	152
Apêndice I – Roteiro da Entrevista.....	153
Apêndice II – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	154
Apêndice III – Tabelas de Teses, Dissertações e Artigos sobre a velhice	156
ANEXOS	167
Anexo I – Parecer de Aprovação do CONEP	168

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Temos por objetivo, nesta pesquisa, *analisar as contribuições que a Psicologia Histórico-Cultural, quando elabora o conceito de atividade principal ou dominante, nos fornece para a compreensão do período de desenvolvimento humano denominado velhice*. Nossa finalidade é destacar como essa escola psicológica apresenta pressupostos que superam o olhar biologizante tão comum nas compreensões sobre o desenvolvimento humano.

O interesse por essa temática se deu a partir de alguns questionamentos realizados a respeito da maneira como a velhice tem sido posta pela Psicologia do Desenvolvimento. Também foi resultado de indagações realizadas a partir de minha participação em programa de uma empresa de grande porte focado no preparo para aposentadoria. Nesse programa, tive contato direto com várias pessoas que expressaram suas angústias e temores frente a esse período da vida. Ideias associando velhice e final da vida, velhice e perda de função social foram relações que muito me incomodaram nos discursos dos participantes do projeto. Ao me aproximar dos estudos realizados pela Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo dos trabalhos de Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934), de Aleksei Nikolaevith Leontiev (1903-1979) e de Daniil Borisovitch Elkonin (1904-1984), vislumbrei a possibilidade de entender o psiquismo humano e, conseqüentemente, o desenvolvimento do homem sob uma nova perspectiva.

Diante do acesso a essas teorias, alguns questionamentos se tornaram presentes, tais como: como as características do período da velhice estão sendo apresentadas na literatura científica atual? Como se dá o desenvolvimento humano na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural? O trabalho ainda continua sendo atividade dominante do homem no período da velhice? Considerando o desenvolvimento humano como construção histórico-social, quais as características da velhice na atualidade? Se a Psicologia Histórico-Cultural compreende o desenvolvimento humano atrelado às condições materiais de produção, como a aposentadoria vai interferir nas características do idoso hoje?

Na compreensão da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano é caracterizado por períodos que são influenciados pelas condições históricas da humanidade. Assim, para cada período de desenvolvimento, existem características que

são alicerçadas nas relações sociais de produção. Esses períodos só podem ser compreendidos a partir da análise dessas relações. Em razão disso, nos propusemos a estudar a velhice a partir dessa perspectiva.

Dissertar sobre a velhice nos pareceu bastante desafiador, na medida em que lidamos com um período da vida do homem que, ao longo da história da humanidade, sobretudo da história do ocidente, está envolto em preconceitos e temores. Já nos tempos mais arcaicos, havia a negação do envelhecimento por meio da fórmula da juventude e da imortalidade, elementos constantes nos mitos e nas fábulas. No entanto, observamos que o envelhecer, enquanto construção social foi concebida de diferentes maneiras por diferentes povos.

Para os gregos, na antiguidade, a velhice era um flagelo e um castigo que aniquilava a força do guerreiro. O poeta Hesíodo (Séc. VIII a.C.), ao descrever a origem do universo, colocou a velhice ao lado das forças negativas da vida. Segundo ele, “a velhice não descendia de Eros, a força do amor, mas sim da noite, que sozinha fez surgir as potências tenebrosas, como o sono, a morte, o destino, o sarcasmo, a discórdia, entre outros” (Hesíodo citado por Mascaro, 2004, p.14).

Para Aristóteles e Galeno, cada pessoa nascia com certa quantidade de calor interno, que iria se dissipando com o passar dos anos, fazendo da velhice o período final desta dissipação de calor (Aristóteles e Galeno citado por Mascaro, 2004).

O poeta egípcio Ptah-Hotep, em 2.500 a.C., comentou que a velhice seria algo negativo. Segundo ele, “quão penosa é a vida do ancião! Vai dia a dia enfraquecendo, a visão baixa. Seus ouvidos se tornam surdos, a força declina, o corpo não encontra repouso, a boca se torna silenciosa e já não fala. A velhice é a pior desgraça que pode acontecer a um homem” (Ptah-Hotep citado por Santos, 1990). Mas nem sempre a imagem da velhice representava sofrimento e decrepitude; para alguns, a velhice era enaltecida.

O poeta Homero entendia que a velhice estava associada à sabedoria. Sócrates considerava que, “para indivíduos prudentes e bem preparados, a velhice não constituía peso algum”. E para Platão, “a velhice faz surgir em nós um imenso sentimento de paz e liberdade” (Santos, 1990).

O que podemos observar é que a velhice se manifesta nas diversas épocas e lugares, fazendo parte da evolução da civilização humana, estando, portanto, presente em nossas vidas.

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o censo demográfico brasileiro. De acordo com os dados coletados estima-se que o Brasil possui 191,5 milhões de habitantes distribuídos pelas 27 federações que constituem a nação brasileira. Desse número total de habitantes, a população de idosos representa cerca de 21 milhões, ou seja, 11,3% do número total de habitantes. A projeção feita pelo IBGE em 2008, era que, no ano de 2010, a população idosa correspondesse a 9,98% da população total do país. No entanto, o que se observa é que houve um aumento de 1,32% acima daquilo que era previsto (IBGE, 2010).

O que podemos pontuar é que, para este século, muitos serão os desafios que a sociedade e o governo poderão enfrentar, ou já estão enfrentando, para a construção de uma sociedade igualitária, justa e mais humana, sobretudo em razão do aumento do número de idosos. Dessa forma, abordar as questões referentes à velhice e à aposentadoria é um grande desafio, tendo em vista sua complexidade.

A população idosa que, até aproximadamente a década de 1950, formava uma minoria era tratada na esfera privada da família, além de ser preterida em favor de outras faixas etárias. De certa forma, podemos dizer que, até os dias de hoje, ainda existe uma forte tendência em priorizar a criança e o adolescente, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas.

De acordo com o IBGE (2010), entre 1998 e 2008, o crescimento da população idosa foi expressivo, sobretudo da faixa etária de 80 anos ou mais, que chegou a quase 3 milhões de pessoas nesse decênio. Com um número tão expressivo, o IBGE (2010) nos evidencia a necessidade de providências urgentes para garantir uma infraestrutura de atendimento a esses idosos.

Segundo os dados publicados pelo IBGE (2010), entre os idosos, permanece o predomínio do número de mulheres, sendo que elas correspondem a 55,8% do total de idosos. Essa situação tem se mostrado comum, já nos censos demográficos anteriores realizados pelo IBGE, isso porque, na população idosa, em razão da cultura, as mulheres procuram muito mais os serviços de atenção à saúde do que os homens. E dessa forma, elas tornam-se menos suscetíveis às doenças que os homens.

Outro dado bastante interessante também se refere à renda salarial dos idosos. De acordo com essa pesquisa, pouco menos de 12% dos idosos tinham renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010). Nesse último censo demográfico, também ficou evidenciado que do número total de idosos brasileiros, cerca de 70% já estão aposentados (IBGE, 2010).

No ano de 2009, foram concedidos 689.369 benefícios de aposentadorias em todo o país, sendo que 287.508 aposentadorias foram concedidas em função do tempo de contribuição do trabalhador; também foram concedidas 243.576 aposentadorias em razão da idade do contribuinte, lembrando que, para esse benefício ser concedido, o homem tem que ter 65 anos de idade e a mulher 60 anos, no caso dos trabalhadores urbanos; já para os trabalhadores rurais, existe uma redução de 5 anos, assim, os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade a partir dos 60 anos para os homens e a partir de 55 anos para as mulheres. Também foram concedidos 158.285 benefícios de aposentadoria por invalidez aos trabalhadores que sofreram algum acidente de trabalho ou foram considerados incapacitados para o trabalho (IBGE, 2010).

Com a apresentação desses dados sobre a velhice no Brasil, salientamos a necessidade de se pesquisar essa faixa da população, sobretudo porque ainda são poucos e recentes os estudos nessa área. A fim de contribuir para o entendimento da velhice, foi que nos predispomos a estudar tal período de desenvolvimento, compreendendo-o a partir de sua relação com os modos de produção. Para tanto, organizamos este trabalho em sessões seguindo a ordem que se apresenta.

Na primeira sessão discorreremos sobre os percursos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Iniciou-se trazendo as questões metodológicas logo nesse primeiro momento, tendo em vista que era um dos intuitos do pesquisador reafirmar a defesa de uma Psicologia fundamentada a partir da materialidade. Nesse sentido, optou-se por esclarecer o leitor a respeito do trajeto metodológico, bem como apresentar os resultados obtidos pela pesquisa de campo realizada. Outro intuito do pesquisador foi de, já no início da apresentação do presente estudo, compreender a velhice a partir daquilo que os idosos pensam sobre si mesmos.

É salutar esclarecer que, na exposição da presente pesquisa, não apresentaremos uma sessão específica para discutir os dados obtidos pela pesquisa de campo. Optou-se por realizar essa discussão ao longo de todas as sessões, de forma que o leitor já possa ir acompanhando as ideias defendidas pelo autor desta dissertação.

Tendo em vista que na primeira sessão apresentamos o idoso visto por ele mesmo, na segunda sessão, abordaremos o olhar da Ciência sobre a velhice, ou seja, discorreremos sobre como a velhice tem sido objetivada pela Ciência no final do século XX e início do século XXI. Essa sessão apresenta contribuições de diversas pesquisas de diferentes áreas cujo objeto de estudo foi o idoso. Para tanto, realizamos busca nos periódicos indexados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior), em especial nos artigos disponibilizados pela SciELO (Scientific Electronic Library Online) e também em dois bancos de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em livros que tratam da temática.

Na terceira sessão, demonstraremos o desenvolvimento humano a partir da perspectiva vigotskiana. Para tanto, primeiramente, discorreremos sobre a visão maturacionista do desenvolvimento humano, tão presente na Psicologia. Seguida a essa discussão, apresentaremos as contribuições dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da velhice.

Na quarta e última sessão, apresentaremos a relação entre o homem, o envelhecimento e o trabalho na contemporaneidade, salientando como as condições históricas interferem nas características da velhice.

Ao escolhermos esse percurso de pesquisa e apresentação, acreditamos estar atingindo o objetivo proposto por este estudo, tendo em vista que esse período de desenvolvimento ainda é pouco estudado, sobretudo a partir de um olhar diferente daquele tão comumente apresentado pelas teorias da Psicologia.

1. SOBRE OS CAMINHOS PERCORRIDOS: OS DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

O objetivo dessa sessão é apresentar os caminhos percorridos para a realização do estudo que aqui se expõe. Optamos, logo de início, por traçar nosso percurso metodológico, uma vez que gostaríamos de reafirmar uma Psicologia construída com uma base material, ou seja, compreendida a partir dos elementos concretos da realidade, buscando o caráter material da existência humana.

Certamente, um dos grandes desafios para a construção de uma pesquisa reside na articulação entre o teórico e o empírico, sobretudo quando se deseja compreender uma categoria tão complexa como a velhice. Apresentamos então, a velhice, que consiste em nosso objeto de estudo. A respeito das características do objeto de estudo, Gil (1990) pontua que ele é sempre histórico, válido para determinada realidade, em determinado momento, sob determinado enquadramento. Essa escolha também é uma escolha ideológica, posto que a análise e o entendimento dos fatos dependem da visão de homem e de mundo do próprio pesquisador. Para esse autor, as visões de homem e de mundo são como lentes que permitem diferentes leituras, e, portanto, diferentes compreensões.

Em razão disso, faremos um exercício de adotar os pressupostos do Materialismo Histórico Dialético para nos alicerçar as nossas análises, tendo em vista que nos respaldamos a partir da ótica adotada pela Psicologia Histórico-Cultural. Ao fundamentarmos nosso estudo dentro dessa perspectiva, adotamos a lógica dialética, própria do pensamento marxista. E, nesse sentido, apropriamo-nos de uma lógica não excludente, ou seja, incorporando a lógica formal pela superação da mesma. Para atingirmos tal empreitada, precisamos ter uma compreensão profunda do que seja oposição e contradição. A respeito dessa compreensão necessária, Martins (2006, p.9) pontua que

Não se trata de reconhecer opostos confrontados exteriormente, mas tê-los como interiores um ao outro, no que reside um dos mais importantes preceitos da lógica dialética denominado *identidade dos contrários*. Em conformidade com este princípio falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o *objetivo como subjetivo, o externo como interno, o individual como social, o qualitativo como quantitativo, etc.*

O que gostaríamos de ressaltar, nesse momento, é que, neste trabalho, expomos uma pesquisa que buscou não se pautar no empirismo fetichizado, próprio das pesquisas qualitativas, que conferem importância ao mundo empírico e ao que é imediato, ao invés de buscar o entendimento essencial dos fundamentos da realidade humana e nela localizá-los. Dessa maneira, nosso estudo funda-se na característica primordial do Materialismo Histórico Dialético, ou seja, na compreensão do mundo a partir de sua concretude, buscando nos elementos históricos, os multideterminantes que se relacionam com o objeto a ser estudado. Nesse sentido, os objetos existem fora e independentemente da consciência, e, portanto, do pensamento humano. Discorrendo sobre a característica dessa epistemologia, Kopylov (1978, p.156) salienta que,

[...] enquanto o concreto é para Hegel o resultado da atividade do pensamento, para a lógica dialética marxista o método de ascensão do abstrato ao concreto é apenas um meio através do qual o pensamento assimila o concreto, o reproduz intelectualmente, mas nunca o cria.

Outro aspecto fundamental do método refere-se ao caráter histórico, entendendo a História como processo constantemente em construção e dinâmico. Nesse sentido, ao voltar-se à História, frequentemente se confronta com elementos contraditórios, que compõem aquilo que convencionalmente chamamos realidade. Essa realidade se mostra caótica e, para compreendê-la, o pesquisador deve organizar seu pensamento e voltar-se para explicá-la a partir desses multideterminantes. Assim, dentro dessa perspectiva metodológica, ao nos depararmos constantemente com elementos contraditórios, reconhecemos que esses se compõem de movimentos que se materializam nas contradições das relações entre os homens e de suas formas de organização. Esse reconhecimento só se faz possível mediante a dialética. A respeito da dialética, Vigotski¹ (1996, p. 393) pontua que “[...] a dialética abarca a natureza, o pensamento, a história; é a Ciência em geral, universal ao máximo”.

Assim, para atingir o conhecimento, devemos entendê-lo enquanto processo de conhecimento, que ocorre por meio de dois movimentos: do real concreto ao abstrato, por meio de conceitos, categorias, relações gerais; e do abstrato ao concreto no pensamento como uma “[...] rica totalidade de determinações e relações” (Vigotski, 1996, p. 393).

¹ Em razão da multiplicidade de grafias referente ao nome de Vigotski, respeitaremos a transliteração proposta por cada autor.

O processo de construção do conhecimento pautado pelo método materialista histórico dialético busca, nesse sentido, a superação da aparência em direção à essência pela mediação das abstrações, possibilitando a construção dialética e materialista do conhecimento. Na construção de uma Psicologia a partir desse pressuposto, Vigotski propõe o método de análise mediada pelas abstrações, que permitiria à Psicologia, um fundamento epistemológico coerente ao Materialismo Histórico Dialético. A respeito desse caráter dialético e materialista para a Psicologia, Duarte (2000a, p.87) reafirma que a Psicologia precisa ser

Dialética porque a apreensão da realidade pelo pensamento não se realiza de forma imediata, pelo contato direto com as manifestações mais aparentes da realidade. Há que se desenvolver todo um complexo de mediações teóricas extremamente abstratas para se chegar à essência do real. Materialista porque Vigotski não compartilhava de qualquer tipo de idealismo ou de subjetivismo quando defendia a necessidade da mediação do abstrato. O conhecimento construído pelo pensamento científico a partir da mediação do abstrato não é uma construção arbitrária da mente, não é o que o fenômeno parece ser ao indivíduo, esse conhecimento é a captação, pelo pensamento, da essência da realidade objetiva, e reflexo dessa realidade.

O método de análise mediada pelas abstrações proposto por Vigotski (1996) visa substituir e superar o método de análise das unidades, tendo em vista que esse método produz uma análise parcial, resultando em produtos despidos das propriedades inerentes ao conjunto. Pensando o método e referindo-se ao estudo do pensamento e da linguagem, Vigotski (1996, p. 19) afirma que

Acreditamos que substituir este tipo de análise por outro muito diferente é um passo decisivo e crítico para a teoria do pensamento e linguagem. Teria que ser uma análise que segmentasse o complicado conjunto de “unidades”. Por unidade, entendemos o resultado da análise que, diferentemente dos elementos, dispõe de todas as propriedades fundamentais características do conjunto e constitui uma parte viva e indivisível da totalidade.

O método materialista histórico dialético possibilita, à Psicologia, a superação de uma leitura meramente representativa da realidade por meio do concreto pensado, ou seja, através da síntese das múltiplas determinações, uma vez que esse método procura identificar as relações dinâmicas ou causais dos processos, de modo a reconstruir sua história e chegar à sua origem, tal como pontua Martins (2001).

A partir do delineamento dos objetivos do presente estudo e fundamentado nessas premissas metodológicas, realizamos o presente estudo. Essa pesquisa foi alicerçada por três princípios básicos, defendidos por Martins (2001) como elementos importantes na pesquisa de orientação marxiana, quais sejam: o papel ativo desempenhado pelo pesquisador no processo de análise do objeto estudado; o processo relacional pesquisador-pesquisados que, fundamentalmente, é dinâmico e interativo e o próprio objeto eleito para esse estudo, ou seja, a velhice.

O primeiro princípio norteador, ou seja, o papel ativo na eleição e delimitação do objeto, desempenhado pelo pesquisador no processo de análise do objeto estudado refere-se ao processo de construção da análise, em que o concreto é reproduzido pelo pensamento do pesquisador por meio das mediações das abstrações. Assim, a partir daquilo que foi verbalizado pelos sujeitos da pesquisa, buscamos identificar, nas respostas, elementos que foram implementados pela integração entre as categorias teóricas. Dessa forma, acreditamos estar reafirmando o caráter contextualizado da atividade científica, no qual o pesquisador produz em favor do enriquecimento da essência humana, posto que, pela busca da objetividade e da universalidade do conhecimento produzido, é que se funda o grau da universalidade dos motivos que impulsionam tal atividade.

O segundo princípio refere-se à relação pesquisador-pesquisado. Destacamos que essa relação estabelecida é sempre dinâmica e interativa. Nesse sentido, pode-se dizer que este processo pauta-se pela singularidade tanto do pesquisador quanto do pesquisado, sendo fundamental para o pesquisador distinguir entre a sua singularidade e a singularidade do pesquisado. A respeito disso, Duarte (2000a, p. 81) salienta que, ao ter clareza dessa distinção, o pesquisador “[...] penetra no universo intelectual, lingüístico e emocional do entrevistado sem, entretanto, se deixar dominar por esse universo, estabelecendo uma relação fértil e reveladora para o tema pesquisado”.

O terceiro princípio refere-se ao objeto de estudo, ou seja, a velhice, em que investigamos o que pensam os próprios idosos sobre sua fase de desenvolvimento. Essa investigação aconteceu junto a indivíduos concretos a partir de suas singularidades. Dentro dessa perspectiva epistemológica, a construção do conhecimento a partir da singularidade se dá na medida em que ocorre a superação do singular em direção ao universal pela mediação do particular, sendo que esta relação se constitui, de fato, no método proposto por Marx (1993). A construção do conhecimento nessa perspectiva se dá pela dialética entre o singular, o particular e o universal, que está presente em todos

os fenômenos, inclusive no próprio homem e no pensamento, conforme pontua Marx (1993).

Quando nos referimos à singularidade de um fenômeno, esta se dá por sua imediaticidade, e, portanto, constitui-se naquilo que é mais aparente. Nesse sentido, o singular é o ponto de partida para a construção de qualquer conhecimento. No entanto, ele não existe se não em relação a sua expressão universal, sendo que esta, por sua vez, é propriedade ou essência do singular, assevera Marx (1993).

De acordo com Marx (1993), o universal é o contrário do singular, uma vez que se refere àquilo que vai para além do que é apreendido imediatamente, revelando-se em sua complexidade, nas leis do movimento e de evolução, ou seja, na totalidade histórica e social.

Marx (1993) destaca que nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade, mas que existe uma tensão entre esses contrários, que se manifesta na expressão particular do fenômeno. Para esse autor, a particularidade refere-se àquilo que é específico na expressão do singular em uma dada realidade, de modo determinado, mas que não é expressa em sua totalidade, de maneira universal.

Tomando como referência essa perspectiva epistemológica, a compreensão da realidade se dá pela dialética entre a singularidade, a particularidade e a universalidade, entendendo que os nexos entre essas categorias se dão, primeiramente, na realidade objetiva e, posteriormente, passam a existir no pensamento e a serem formulados teoricamente. Nas palavras de Marx (1993, p.95),

[...] isto é, da realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e destas novamente à realidade concreta, a qual – com a ajuda das abstrações – pode agora ser compreendida de um modo cada vez mais aproximadamente exato (...) o processo desta aproximação é essencialmente ligado à dialética de particular e universal: o processo do conhecimento transforma ininterruptamente leis que até aquele momento valiam como as mais altas universalidades, em particulares modos de apresentação de uma universalidade superior, cuja concretização conduz muito frequentemente, ao mesmo tempo, à descoberta de novas formas de particularidade como mais próximas determinações, limitações e especificações da nova universalidade tornada mais concreta. Esta última, portanto, no materialismo dialético, não pode jamais fixar-se como coroamento definitivo do conhecimento.

Marx (1993) também ressalta a importância da historicidade do fenômeno, uma vez que, para esse autor, na medida em que nos voltamos para a História, acompanhamos as transformações históricas e essas modificam o processo dialético. Em outras palavras, é buscar compreender, através das mediações, de forma concreta a relação entre o universal e o singular, que se estabelece em uma determinada situação social e em relação a uma determinada estrutura econômica.

Para realização desse estudo, optamos como instrumento de coleta de informações, a entrevista. Gil (1990) conceitua a técnica de entrevista como uma conversa, que é realizada por iniciativa do entrevistador, com o objetivo de fornecer informações, pertinentes a um objeto de pesquisa, que deve funcionar como um facilitador de abertura e ampliação, de aprofundamento da comunicação entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Considerando essa técnica, realizamos uma entrevista com 10 idosos que participavam de um grupo da terceira idade de um município do centro-oeste do Paraná. Os critérios de seleção para participar da pesquisa consistiram em: a) ter mais de 60 anos, já que essa faixa etária é considerada pela Organização Mundial de Saúde como o início da velhice; b) ser aposentado, sendo que 50% da amostra ainda continuava exercendo atividade profissional formal, ou seja, continuava no mercado de trabalho e 50% da amostra não exercia atividade profissional formal.

As entrevistas realizadas foram na modalidade semi-estruturada ou semi-aberta. De acordo com Triviños (1987), essa modalidade de entrevista caracteriza-se por se referir a questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao objeto da pesquisa. Esse autor ainda ressalta que o foco da entrevista semiestruturada é colocado pelo entrevistador que pode ou não seguir um roteiro. Triviños (1987, p.152) ainda complementa, ressaltando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”.

Manzini (1991) corrobora com o pensamento de Triviños (1987), pontuando que a entrevista semi-estruturada é pautada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, que são complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias que ocorrem no momento da entrevista. Para esse autor, essa modalidade de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

As entrevistas foram pautadas por um rol de 10 perguntas objetivas (Apêndice I) que versaram sobre os seguintes temas: características da velhice e da vida adulta, o

processo de passagem da vida adulta para a velhice, atividade laboral durante a vida adulta, atividades exercidas na velhice, importância das atividades exercidas atualmente e expectativas em relação ao futuro. Nosso intuito ao construir um rol de perguntas foi criar um roteiro básico, que servisse de guia para o entrevistador não perder o foco da entrevista. No entanto, durante a entrevista, foi possível realizar outras perguntas, conforme o entrevistado ia relatando suas respostas, possibilitando que o entrevistador pudesse explorar assuntos de interesse levantados pelo entrevistado. De acordo com Triviños (1987), o caráter semiestruturado de uma entrevista oferece oportunidade, ao entrevistado, para que ele discorra com certa liberdade sobre uma série de temas ligados aos objetivos da pesquisa, de modo que possa expressar o que pensa e sente a respeito daquilo que está sendo pesquisado.

O projeto da presente pesquisa foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP) sendo considerado aprovado, conforme parecer N°. 057/2011 (Anexo I).

As entrevistas ocorreram na sede onde se reúne o grupo da terceira idade, em horários e dias previamente agendados. Seguindo as recomendações éticas, no dia agendado, antes de coletarmos as informações, realizamos junto aos entrevistados, a exposição da pesquisa, destacando os objetivos, esclarecendo que a participação seria voluntária e que, em qualquer momento da pesquisa, o participante poderia desistir de responder as perguntas, sem nenhum ônus por isso. Também informamos, aos participantes, as questões referentes ao sigilo das informações concedidas. Por último, abrimos um espaço para que os participantes pudessem tirar suas dúvidas. Somente após esse momento, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice II), que foi lido e assinado em duas vias, sendo que a primeira via ficou em posse do pesquisador e a outra em posse do participante.

1.1 DANDO VOZ AOS IDOSOS: O QUE ELES PENSAM SOBRE SI MESMOS?

Durante o processo de coleta das informações, observamos o quanto a velhice é complexa, sobretudo porque, diferentemente das outras fases do ciclo de vida do homem, não existe, de fato, um elemento que possa delimitar o espaço de transição entre a vida adulta e a velhice, tal como ocorre durante a infância e a adolescência, e dessa fase em relação à vida adulta, conforme afirma Tolstij (1989).

A primeira questão abordada junto aos entrevistados referia-se à caracterização da velhice. Em relação a essa pergunta, seis entrevistados, ou seja, 60% da amostra, responderam que a velhice pode ser caracterizada pelas mudanças físicas e biológicas,

tais como: surgimento dos cabelos brancos, rugas, alterações hormonais, diminuição da força para realizar atividades que costumeiramente eles faziam durante a vida adulta. Além dessas características, dois entrevistados, ou seja 20% da amostra, também pontuaram algumas transformações psicológicas, sobretudo no que se refere à capacidade de reflexão que, de acordo com eles, na velhice, o homem consegue pensar com mais clareza sobre a vida. Eles também mencionaram o aumento da paciência e da tolerância para enfrentar os problemas do dia a dia.

Também foi possível observar, no discurso de dois idosos, que corresponde a 20% dos entrevistados, uma tendência em associar a velhice ao aumento de dores no corpo e o surgimento de doenças. De acordo com a fala dos idosos entrevistados, o fato de, na velhice ocorrer um aumento das dores no corpo e ser uma fase em que há um aumento do número de doenças, isso impossibilita que eles possam viver a mesma vida que levavam na vida adulta.

Outro aspecto relatado para caracterizar o período de desenvolvimento denominado velhice foi abordado por um dos entrevistados, ou seja 10% da amostra pesquisa, que sinalizou que a velhice pode ser caracterizada pela saída do mercado de trabalho e a diminuição da produtividade, sobretudo pelas novas condições de vida e pela vinda da aposentadoria. Esse mesmo entrevistado também pontuou que a velhice é marcada por um sentimento de inutilidade, algo que não existia durante a vida adulta.

Dois idosos, que corresponde a 20% da amostra, também associaram a velhice aos processos de luto e aproximação com a morte. De acordo com eles, o idoso, em razão de ter vivido mais, tem maiores possibilidades de ter mais contato com a morte. Os dois entrevistados eram viúvos e relataram a experiência da perda do parceiro ou de algum filho como um processo bastante doloroso e que ocorre com maior frequência durante a velhice.

Quando os entrevistados foram abordados a respeito das características da vida adulta, observou-se que todos os participantes da pesquisa associaram essa fase do desenvolvimento à força produtiva e ao trabalho. Oito entrevistados, ou seja, 70% da amostra, salientaram que a vida adulta é marcada pelo trabalho, pelo casamento e pela criação dos filhos.

Dois entrevistados, que corresponde a 20% dos idosos, também associaram a vida adulta com a possibilidade de se viver de forma mais autônoma, independente para tomar decisões e sem a necessidade do cuidado de outras pessoas, fato muito diferente do que eles vivenciam atualmente, tendo em vista que alguns deles necessitam de pessoas para auxiliá-los na execução de algumas tarefas, como ir ao banco por exemplo.

Três idosos entrevistados, ou seja, 30% da população estudada, destacaram que, durante a vida adulta, o convívio social é mais intenso. De acordo com eles, durante a juventude, eles se divertiam mais, tinham mais compromissos e amigos. Em função do trabalho, eles mantinham mais contato com outras pessoas, eram convidados para festas e exerciam muitas outras atividades, como a prática de algum esporte, por exemplo.

Outro aspecto destacado pelos idosos em relação à vida adulta se refere às questões financeiras. De acordo com cinco entrevistados, ou seja, 50% dos participantes pontuaram que as condições financeiras na vida adulta são bem mais favoráveis do que durante a velhice. Para os idosos aposentados que não mais trabalhavam e viviam apenas com o dinheiro advindo da aposentadoria, a vida financeira sofreu uma grande mudança, sobretudo porque o valor recebido, de acordo com eles, era insuficiente para manter o mesmo padrão de vida que mantinham na vida adulta. Além disso, esses mesmos idosos pontuaram que, atualmente, já não conseguem realizar as mesmas coisas que faziam quando adultos, como por exemplo, sair em viagem, posto que a renda familiar não permite mais essa prática, já que atualmente eles gastam boa parte da renda na manutenção da saúde.

Observou-se que 60% da amostra, ou seja, seis entrevistados também pontuaram que, durante a vida adulta, há uma maior prevalência de sentimentos de utilidade para a família e para a sociedade, tendo em vista que, quando eram adultos, eles eram os mantenedores da família e estavam efetivamente no mercado de trabalho. Além disso, eles relataram que se sentiam reconhecidos socialmente, tendo, atualmente, uma sensação de desvalorização por parte dos familiares e de outros membros da sociedade.

Metade da amostra, ou seja, 50% dos participantes da pesquisa continuavam exercendo atividades profissionais formais, mesmo na condição de aposentados. Para os idosos que compunham essa parcela da amostra, eles justificavam que permaneciam no mercado de trabalho levando-se em conta duas razões. Para 20% dessa parcela da amostra, ou seja, dois entrevistados, eles gostariam de se sentir úteis socialmente. E para 30% dos entrevistados, o trabalho é uma atividade vigorante e por isso eles preferem continuar trabalhando. Além disso, todos os cinco aposentados que compunham essa parcela da amostra, ou seja, que estavam aposentados e trabalhando, justificaram essa prática em razão de o valor da aposentadoria ser insuficiente para atender as necessidades da família. Em dois casos, os entrevistados ainda sustentavam os filhos, que continuavam morando com eles, mesmo depois de adultos e casados.

A terceira pergunta realizada referia-se ao processo de transição entre a vida adulta e a velhice. Ao serem questionados sobre isso, 70% dos entrevistados não

souberam pontuar nenhum evento que de fato marcasse essa transição. De acordo com a fala deles, o que realmente indicava o início da velhice era o aspecto cronológico etário, ou seja, quando o indivíduo completasse 60 anos, ele poderia ser considerado idoso. No entanto, 40% dos entrevistados relataram que ainda se sentiam bem mais jovens do que poderia se supor pela idade, pois eles ainda continuavam ativos.

Para esses mesmos 40% dos entrevistados, o processo de transição entre a vida adulta e a velhice estava mais associado à disposição para realizar atividades. Assim, para eles, o sujeito teria chegado à velhice a partir do momento em que já não tivesse a mesma disposição que antes.

Na quarta pergunta, os entrevistados foram questionados em relação às características da fase em que eles se encontravam. É importante ressaltar que o pesquisador não apontou nenhuma fase para os entrevistados, deixando-os livres para responder, tendo em vista que o objetivo dessa questão era verificar com que fase o entrevistado se identificava. Todos os entrevistados, ou seja, 100% da amostra indicaram características que eles definiram como sendo da velhice, tais como: rugas, cabelos brancos, maior incidência de doenças, dores no corpo. No entanto, o que nos chamou mais atenção foi o fato de eles considerarem a aposentadoria como um elemento que os distinguia das outras fases de desenvolvimento.

Seguida a essa pergunta, os participantes da pesquisa foram indagados a respeito das atividades que eles exerceram profissionalmente antes de se aposentarem. Os participantes da pesquisa eram de diferentes profissões, entre elas: professores, zeladores e operários de fábrica.

A sexta pergunta realizada referia-se ao processo de aposentadoria. Pretendia-se com a realização dessa pergunta, investigar como o entrevistado vivenciou o processo de saída do mercado de trabalho. Os entrevistados que se aposentaram e pararam de exercer atividade profissional, ou seja, 50% do total da amostra pesquisada, relataram que o processo de aposentadoria foi bastante sofrido. Dois entrevistados falaram sobre a questão do tempo livre. De acordo com eles, um pouco antes de se aposentarem, eles se sentiam felizes, pois tinham muitas expectativas em relação àquele momento. Esse sentimento durou um tempo. Para eles, logo ao se aposentarem, era como se eles tivessem vivendo um período de férias. No entanto, ao longo do tempo, o excesso de tempo livre começou a incomodá-los. A não obrigatoriedade de trabalhar foi mencionada por 30% da amostra pesquisada como um aspecto bastante negativo. Entre os aspectos mais relatados apontamos que, para três idosos, a perda de status social e a diminuição do convívio social constituíam-se em aspectos negativos da aposentadoria,

pois esses entrevistados trabalharam por muitos anos nas mesmas empresas, e os amigos que eles possuíam eram os companheiros de trabalho que, após a aposentadoria, não continuaram mantendo tanto contato com eles; para 40% da amostra, a diminuição das condições financeiras foi o aspecto mais negativo em relação ao advento da aposentadoria, tendo em vista os valores pagos pela Previdência Social serem insuficientes e não atenderem as expectativas que eles tinham antes de se aposentarem; apenas um aposentado, ou seja, 10% da amostra relatou o aparecimento de algumas doenças tais como a depressão, como um fator advindo do processo da aposentadoria.

Os idosos aposentados que não continuaram exercendo atividades profissionais relataram também que, antes de se aposentarem, tinham grandes expectativas em relação ao momento de saída do mercado de trabalho. Entre essas expectativas observamos que: 20% dos entrevistados apontaram a possibilidade de ter mais tempo livre para uma maior convivência familiar como uma expectativa em relação à aposentadoria. No entanto, com o advento da aposentadoria o que ocorreu de fato, foi que os filhos já eram adultos e muitos deles já estavam trabalhando ou já tinham saído de casa; dois entrevistados assinalaram a possibilidade de ter uma vida financeira mais tranqüila como uma grande expectativa em relação à aposentadoria. Essa tranqüilidade financeira possibilitaria a aquisição de bens ou a realização de sonhos como viagens ao exterior, por exemplo. No entanto, de acordo com o discurso desses entrevistados, a renda familiar ficou comprometida com as despesas da manutenção da família; apenas um entrevistado afirmou acreditar que, com a aposentadoria, ele teria a possibilidade de fazer outras atividades que pudessem trazer alguma realização pessoal ou em dar prosseguimento ao seu projeto de vida, porém com as condições concretas que se apresentam diante da situação de aposentado, ele percebeu que essa expectativa não seria atendida.

Já para os idosos aposentados que continuaram a exercer atividades profissionais formais, a aposentadoria só veio reafirmar aquilo que eles já esperavam, ou seja, que eles precisariam continuar trabalhando. Isso pôde ser observado em 100% dos entrevistados dessa parcela da amostra. Para esses entrevistados, a aposentadoria foi descrita como a possibilidade de uma segurança financeira, no entanto com um diferencial, que eles se sentem bastante inseguros dentro do mercado de trabalho, sobretudo em razão da alta competitividade no mercado de trabalho e das constantes pressões para que eles saiam de seus postos de trabalho.

O que se pôde observar, em relação às respostas referentes a essa pergunta, foi que os entrevistados possuem sentimentos bastante antagônicos. Se por um lado eles se

sentem satisfeitos por se aposentarem e já não ser mais necessário vivenciar as implicações do trabalho, sentem, ao mesmo tempo, a insatisfação por ter de buscar novas atividades, mesmo que se constituam, ainda, em outro trabalho.

A sétima pergunta realizada versava sobre outras atividades que eles exerciam no cotidiano. Os entrevistados relataram diversas atividades, entre elas: - cultivar verduras e legumes, para 20% da amostra; - dar aulas particulares de reforço, para 10% da amostra; - cuidar dos netos, para 30% da amostra; - vender produtos cosméticos de catálogos, para 20% da amostra, - realizar alguns reparos em casas, para 10% da amostra. Destacamos a fala de um dos entrevistados que relatou que, atualmente, está estudando e tendo a possibilidade de adquirir conhecimentos com os quais ele não tinha contato, pois quando ele trabalhava não possuía tempo para os estudos.

As mulheres aposentadas que continuam trabalhando, ou seja, 20% da amostra total, relataram que, assim como na vida adulta, atualmente elas continuam tendo dupla jornada. Trabalhando durante o dia, à noite e nos finais de semana, cuidando da manutenção da casa e do marido. No entanto, já não o fazem com a mesma disposição como antigamente. Além disso, para uma delas, com o aparecimento de uma doença, ela se sente impedida de fazer outras coisas que ela desejava, mas que se ela pudesse, teria uma vida mais ativa.

Depois dessa pergunta, os participantes da pesquisa foram indagados a respeito da importância que eles davam às atividades que exerciam atualmente e o reconhecimento que elas tinham socialmente. De acordo com todos os entrevistados, ou seja, 100% dos participantes, todas as atividades que eles exercem são importantes, seja para a família, seja para o desenvolvimento deles próprios. Os entrevistados aposentados que não mais exercem atividades profissionais formais, ou seja, 50% da amostra total, relataram que, mesmo não estando no mercado de trabalho, as atividades não remuneradas que exercem contribuem para a manutenção da família, uma vez que as atividades exercidas auxiliam outros membros da família, como no caso de uma entrevistada que, durante a tarde, cuida dos netos para que a filha possa trabalhar. O que se pode pensar é que, mesmo de maneira indireta ou informal, esses idosos mantêm relação com alguma atividade produtiva.

A última pergunta realizada referia-se às expectativas que os participantes tinham em relação ao futuro e às atividades que os mesmos gostariam de estar exercendo. O objetivo dessa pergunta foi investigar se os idosos possuíam algum projeto para o futuro e se se sentiam satisfeitos com as condições de vida dessa fase do desenvolvimento. Pelas respostas dadas pelos entrevistados, observou-se que 100% dos

idosos entrevistados relataram poucas perspectivas em relação ao futuro. De acordo com seu relato, eles não almejam mais alcançar tantos objetivos, posto que todos já possuem bens como casa e carro, já criaram os filhos. Desses entrevistados, dois idosos relataram que já cumpriram seus papéis e contribuíram com o que puderam para o desenvolvimento da sociedade. Também foi possível observar, em quatro discursos apresentados uma forte tendência de associar a fase vivenciada com a aproximação da morte, com a incredulidade de que eles possam, de fato, ter grandes expectativas quanto ao futuro. Para eles, em razão das condições físicas, e do advento de doenças, o idoso deve buscar viver uma vida mais calma, para poder cuidar da saúde e não se expor tanto aos riscos que a vida moderna apresenta. De certa forma, pode-se afirmar que os entrevistados não demonstraram satisfação quanto ao momento em que estão vivendo, tendo em vista que 100% dos entrevistados relataram sentir o desejo de realizar atividades que proporcionasse mais prazer, como por exemplo, realizar viagens e estudar.

1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta sessão, traçamos os caminhos que nos guiaram na construção do presente estudo acerca da velhice. Tentamos evidenciar os alicerces que irão permear toda a pesquisa.

Iniciamos nossa discussão, apresentando, por meio dos resultados das entrevistas realizadas com os idosos, alguns apontamentos referentes ao conceito que o idoso tem sobre seu período de desenvolvimento.

Optamos por essa apresentação inicial, tendo em vista que, gostaríamos de começar nossa discussão reafirmando a necessidade de evidenciar a realidade de nosso objeto de estudo, a velhice, a partir da perspectiva do idoso, ou seja, daquilo que os idosos pensam sobre si mesmos.

Nas próximas sessões, esboçaremos algumas reflexões a respeito de como a Ciência tem pensado a velhice. Na sessão que se segue, iremos apresentar a produção científica objetivada, entre o final do século XX e início do século XIX, acerca da velhice.

2. SITUANDO A VELHICE NA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI

O que define o sentido e o valor da velhice é o sentido atribuído pelos homens à existência, é o seu sistema global de valores. E vice-versa: segundo a maneira pela qual se comporta para com seus velhos, a sociedade desvenda, sem equívocos, a verdade, tantas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins - Simone de Beauvoir (1909-1986).

Começamos esta sessão citando Simone de Beauvoir que, a partir de uma perspectiva teórica diferente da adotada neste estudo, aponta para algo de grande relevância a respeito da maneira como a velhice é objetivada pela sociedade contemporânea, sobretudo na sociedade ocidental.

A partir disso, delineou-se, para esta sessão, o objetivo de compreender qual a concepção de velhice que se formou ao longo da última década do século XX e a primeira década do século do XXI. Observa-se que, nos últimos tempos, o homem tem buscado viver por mais tempo e com melhor qualidade de vida, sobretudo porque ele possui condições objetivas para isso. Não é incomum encontrarmos hoje, homens e mulheres com expectativas de vida superior aos 60 anos. Isso era algo impensável durante a idade média, que segundo, um dos estudiosos desse período, Le Goff (2008), a expectativa de vida não ultrapassava aos 40 anos. Tampouco a velhice já não é equiparada ao término da vida, ao contrário disso, essa fase do desenvolvimento humano tem adquirido um novo sentido social.

A velhice, em cada momento histórico e em cada cultura, ocupou papéis antagônicos. Ora identificada à imagem do fim, da morte, do mal e da perda, ora igualada à sabedoria, ao conhecimento e ao respeito, conforme menciona Mascaro (2004).

Mascaro (2004) pontua que, se focarmos na História da humanidade, perceberemos que, na Grécia antiga, a aptidão física era um elemento supervalorizado

socialmente. Isso é compreensível, posto que, quanto menos recursos externos existem, mais o corpo é requisitado. Assim, o valor de cada homem estava exatamente em sua força física, na capacidade de realizar tarefas, de guerrear. Somado a isso, devemos considerar que idoso, naquele momento histórico, não é o mesmo indivíduo de hoje. Na Grécia antiga, era considerado idoso qualquer indivíduo que conseguia superar as condições de vida desfavoráveis e superar a expectativa de vida de 40 anos. Se por um lado, a sociedade grega desprestigiava o idoso por sua condição física, por outro, de acordo com Mascaro (2004), encontramos em textos como “Ditos e feitos memoráveis de Sócrates”, escrito por Xenofonte (430-355 a.C.), relatos de que Sócrates aconselhava seus pupilos a terem admiração pelos pais considerando o saber acumulado por eles. Ou seja, podemos pensar que, sobreviver a todas as intempéries e chegar a velhice, requeria um *quantum* de sabedoria acumulada. Para Mascaro (2004), também na vida política, aos idosos ficavam reservados os cargos de maior responsabilidade, tanto que, em Esparta, para fazer parte do conselho dos anciãos, era necessário ter mais de 40 anos.

Durante o império romano, a imagem do idoso também estava associada à virtude, responsabilidade e sabedoria nas famílias ricas. Aos anciãos se reservava o “*pater familias*”, ou seja, o direito supremo sobre a família. De acordo com Castro e Barros (2002), assim como nas sociedades gregas, a república romana também conferia cargos importantes, no senado, aos anciões como “*patrícios*”.

Na obra “A Senectude” de Cícero, conforme descrevem Castro e Barros (2002), a imagem da velhice foi defendida como momento da vida em que o homem se torna, de fato, sábio. O idoso, na sociedade hebraica, era concebido como aquele que tinha sabedoria, e que tinha condições de assumir o papel de líder da tribo ou de chefe da família. O indivíduo idoso era aquele que tinha o conhecimento da história e poderia compartilhá-lo com os demais membros da comunidade. Além disso, Mascaro (2004) menciona que o idoso era tido como uma pessoa abençoada por Deus tendo em vista que tinha sido agraciado com uma vida longa, algo reservado somente para algumas pessoas. Caberia ao jovem, no vigor de sua força, preparar-se para a velhice.

Com a queda do Império Romano, a imagem do idoso também foi perdendo seu lugar de destaque na sociedade, visto que, cada vez mais, foram se tornando vítimas da superioridade juvenil. Assim, criou-se um sistema etário no qual foi se tornando implícito o que a cada idade era permitido ou não fazer. Mascaro (2004) afirma que, em termos gerais, o Cristianismo expôs uma visão negativa da velhice. Este tema deixou de

interessar aos escritores cristãos que mencionavam a velhice com relação à moral e a associavam com decrepitude, feiúra e pecado.

De acordo com Mascaro (2004), a vida durante a Idade Média, era bastante árdua, principalmente, para os idosos que não pertenciam à camada privilegiada dos senhores feudais. O trabalho nos campos, em função de exigir muita força física, afastava os idosos dessa atividade, e os mesmos ficavam excluídos da vida pública. Para essa autora, a velhice, assim como nos momentos históricos anteriores, continuava sendo raridade.

Le Goff (2008), reconhecido estudioso desse período, e norteado por outra perspectiva teórica, reafirma esse pensamento colocando que a velhice, nesse momento histórico, era algo que se iniciava prematuramente, ou seja, indivíduos após os 40 anos já eram considerados idosos. As más condições de vida e os altos índices de mortalidade em função das doenças faziam com que a maior parte da população não tivesse uma expectativa de vida muito alta.

Ao final da Idade Média e no Renascimento, conforme observa Le Goff (2008), iniciou-se um retorno aos ideais clássicos gregos, buscando-se uma exaltação da imagem corporal; assim o belo e jovem é admirado, e o idoso tornava-se um ser depreciado, tendo em vista a perda do vigor da juventude. Desse modo, a fim de evitar o envelhecimento, eram utilizados remédios, poções e ervas de modo a garantir o rejuvenescimento.

De acordo com Mascaro (2004), a partir do século XVIII, a população européia aumentou em função de medidas de saúde e higiene. No entanto, a vida dos idosos continuava bastante difícil, tendo em vista que deles era exigida grande resistência física para superar as diversas enfermidades da época. Para a autora supracitada, nas famílias abastadas, o idoso era tido como “[...] figura nobre e reverenciada, simbolizando a união dos laços familiares. Essa imagem de respeito vai acompanhá-lo durante todo o século XIX e começo do século XX” (Mascaro, 2004, p.32).

A partir do século XIX, os idosos foram sendo beneficiados pela Revolução Industrial, pelo êxodo rural e pelas descobertas científicas. Com advento de práticas de higiene e saúde pública, houve um aumento da expectativa de vida, conforme anunciam Castro e Barros (2002). A Revolução Industrial, apesar de ter proporcionado avanço tecnológico e, de certa maneira, trazido melhoria nas condições de vida da população

em geral, foi um momento bastante difícil para a população idosa que, sem poder parar de trabalhar, foi reduzida à miséria (Castro e Barros, 2002). A respeito desse momento histórico, Ariès (1973, p. 56) também sob outra perspectiva teórica, salienta que “[...] quando os idosos não eram ricos e poderosos, seu destino estava depositado nas mãos da família, que podia tratá-los com benevolência, mas também podia esquecê-los, abandonando-os em hospitais e asilos”.

Vê-se que a concepção de vida, ou a expectativa de vida, está em estreita relação com as próprias condições de se manter vivo e de se reproduzir um dado modo. Somente no século XX inicia-se uma maior atenção à velhice, e surgem a gerontologia² e a geriatria³ como ciências formais.

2.1 A VELHICE OBJETIVADA NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Na contemporaneidade, a idade do homem não é mais compreendida como limitante de vida, em função da tecnologia que proporciona a longevidade. De acordo com Bruckner (1997, p. 24), “[...] não existe mais um limiar do qual o ser humano estaria fora de uso, e hoje, podemos recomeçar a vida aos 50 ou 60 anos, modificar o destino até os últimos momentos”. Tudo isso só foi possível tendo em vista o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Minayo, Hartz e Buss (2000) entendem que qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, relacionada aos múltiplos determinantes dentro de um padrão de conforto e bem-estar.

De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 08), a qualidade de vida “[...] abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de

² Gerontologia (do grego gero = envelhecimento + logia = estudo) é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas dimensões biológica, psicológica e social. De acordo com Neri (2008, p.95), a Gerontologia trata-se de um “campo multi e interdisciplinar que visa à descrição e à explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais”. Para outras informações consultar Neri, A. L. (2008). *Palavras-Chave em Gerontologia*. Campinas: Alínea.

³ Medicina geriátrica ou Geriatria é o ramo da medicina que foca o estudo, a prevenção e o tratamento de doenças e da incapacidade em idades avançadas. O termo deve ser distinto de gerontologia, que é o estudo do envelhecimento em si. Para outras informações consultar Neri, A. L. (2008). *Palavras-Chave em Gerontologia*. Campinas: Alínea.

indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural”. Sendo assim, entendem que a promoção da qualidade de vida do homem atual se deve não só as condições de saúde, mas aos fatores que lhe possibilitaram conforto e comodidade ao homem.

Com o intuito de compreender a velhice na contemporaneidade, buscamos, na literatura científica nacional, material que pudesse nos orientar para concretização do objetivo dessa sessão. Realizamos busca nos periódicos indexados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em especial nos artigos disponibilizados pela SciELO (Scientific Electronic Library Online), em razão de esse indexador de revistas ser frequentemente utilizado quando se trata de pesquisas científicas. Além dessa base de produções, também realizamos a pesquisa em bancos de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo em vista que essas duas universidades possuem tradição em pesquisas na área de educação e psicologia, em especial a Universidade Estadual de Campinas que possui um grupo de estudos acerca da velhice; e em livros que tratam da temática. As pesquisas foram realizadas no mês de agosto de 2010.

Optamos por essas fontes bibliográficas, tendo em vista a disponibilidade de acesso ao material produzido, bem como pelo reconhecimento dessas instituições no que se refere à produção científica nacional. Para a pesquisa, elegemos alguns descritores tais como: velho, velhice, idoso e envelhecimento; e adotamos o período entre 1990 e 2009, visto que esse período compreende o final do século XX e início do século XXI. No total, foram encontrados: 27 artigos publicados, 24 dissertações e 12 teses, sendo 15 dissertações e oito teses relacionadas à temática defendidas na USP e nove dissertações e quatro teses defendidas na UNICAMP, conforme pode ser observado no apêndice III.

Num panorama geral, lendo os artigos publicados e os resumos de teses e dissertações, observamos que a velhice, no plano científico, é retratada de diversas maneiras, sendo frequentemente compreendida a partir da perspectiva biopsicossocial. Em razão disso, agrupamos o material bibliográfico pesquisado em três grandes categorias, sendo elas: pesquisas sobre as condições físicas e de saúde do idoso, pesquisas sobre as condições socioeconômicas e culturais do idoso e pesquisas sobre as condições psicológicas do idoso.

A leitura do material bibliográfico pesquisado possibilitou averiguar o quão diferentes são as compreensões sobre o que vem a ser a velhice. Tal diversidade mostra-se inclusive quanto aos variados sinônimos que são atribuídos à terminologia referente a essa etapa da vida. Ora conceituado como idoso, velho, senil, ora nominado como terceira idade ou melhor idade, todos se referindo ao mesmo sujeito.

O mesmo fenômeno ocorre com o processo de envelhecimento, em que surgem vários sinônimos: ora tido como senilidade, ora como senescência. De acordo com Lopes (2000), podemos compreender o processo de envelhecimento a partir da senescência, ou seja, como processo de envelhecimento sadio, em que não há manifestação de qualquer doença; ou a partir da senilidade, em que o processo de envelhecimento vem acompanhado de doenças ou diminuição da capacidade de memorizar, prestar atenção, orientar-se, e controlar os esfíncteres, por exemplo.

Segundo Minayo e Coimbra Junior (2002), essas múltiplas expressões referentes à velhice e ao velho parecem ter um cunho mais pejorativo socialmente, posto que estão no imaginário das pessoas, associadas a uma ideia de objeto, e portanto, daquilo que pode ser descartado. Na atualidade, com o objetivo de não ofender o pudor social, termos como Terceira Idade, Melhor Idade e Idosos têm sido usados com maior frequência. No entanto, em linhas gerais, o que se observa é o temor e a falta de clareza ao se definir o que vem a ser a velhice. No presente estudo, optamos pela adoção do termo velhice, em razão dos teóricos da Psicologia Histórico Cultural, que discorrem sobre a periodização do desenvolvimento humano, adotarem tal léxico.

Nesse sentido, averiguamos que as definições sobre a velhice, muitas vezes, acabam se limitando a questões exclusivamente etárias, ou seja, a uma classe de idade cronológica. De acordo com Baltes (1994 como citado em Lopes, 2000, p.75), a divisão do desenvolvimento humano em classe de idade se deve, principalmente às

[...] influências normativas associadas à idade (age graded) ou ontogênicas – determinantes de natureza biológica (maturação biológica) e ambiental (fenômenos de socialização), que tendem a afetar os indivíduos de uma dada cultura ou subcultura de maneira parecida (em termos de período de ocorrência e de duração).

Lopes (2000) pontua que a própria noção de idade expressa em números de anos é produto de uma prática social determinada. Segundo esse autor, atribuem-se números

de anos às pessoas como uma medida para atender uma necessidade meramente administrativa.

Parece ser exatamente esse o critério adotado pela Organização Mundial de Saúde (2005) que considera como população idosa as pessoas a partir dos 60 anos de idade nos países em desenvolvimento e 65 anos de idade para as pessoas que residem nos países desenvolvidos. Essa definição, apesar de parecer considerar as diferenças nas condições econômicas das pessoas nos diversos países, e o reflexo dessas condições sobre o estilo de vida dos idosos, desconsidera os processos socioculturais e históricos, resumindo-se exclusivamente em processo biológico de desenvolvimento humano.

De acordo com Kachar (2001), além dos aspectos relacionados ao avanço da idade, a velhice é caracterizada pela alteração das condições físicas do sujeito. Nesse sentido, o envelhecimento é mostrado como um momento de fragilidade do indivíduo. Assim, entender a velhice a partir do físico é, de certa maneira, percebê-la em seus aspectos biológicos, dentro da perspectiva do deterioramento do corpo e de suas repercussões na vida do indivíduo.

2.1.1 AS PESQUISAS SOBRE AS CONDIÇÕES FÍSICAS E DE SAÚDE DO IDOSO

Pudemos agrupar o material bibliográfico pesquisado numa categoria referente aos estudos que enfatizavam o aspecto físico (biológico) e da saúde do idoso, como nos trabalhos de mestrado de Paschoal (2000), Netto (2002), Tavares (2004), Fortes (2005), Provinciali (2005), Resende (2006), Okimura (2006), Telles (2008) e Salgueiro (2008); nas teses de doutoramento de Pascoal (2004), Wehbe (2008) e Silva (2009); e, nos artigos de Johnson (1994); Fernandes (2001), Groisman (2002), Irigaray e Schneider (2007), Bugarelli e Manco (2008) e Mendonça *et al* (2008).

Em todos os trabalhos citados, o foco principal era o idoso e suas condições físicas e o quanto as mudanças corporais advindas da velhice acarretam problemas de ordem da doença.

De certa maneira, essas pesquisas demonstram o envelhecimento a partir da senilidade. Nessas produções teóricas, as doenças mais relacionadas ao idoso foram as doenças cardíacas, acidentes cerebrais vasculares, alterações na pressão arterial, mal de alzheimer, doença de parkinson, osteoporose, problemas relacionados à saúde bucal, depressão e demência.

Destacamos os estudos de Netto (2002) e Silva (2009) que tratam do fenômeno do climatério que ocorre especificamente com as mulheres. Nesses dois trabalhos fica evidenciado o quanto a imagem da mulher, em seu momento de velhice, fica marcada por esse fenômeno, tendo em vista que é o sinal do corpo feminino que indica o final do momento fértil.

Também destacamos o artigo de Fernandes (2001) e de Bulgarelli e Manco (2008) que trata sobre a saúde bucal dos idosos, considerando que, durante a velhice, as condições dentárias não são as mesmas da juventude. E, portanto, esse aspecto além de se referir à saúde do idoso, também é um componente estético que influencia a autoestima do indivíduo.

Ao relacionar as doenças ao processo de envelhecimento, descontextualizam-se os processos socioculturais e históricos da construção da velhice, e de certa forma, o idoso fica associado às doenças e à imagem de algo eminentemente negativo - a finitude da vida. Esse aspecto, no senso comum, pode dar a entender que o idoso, em função das suas condições físicas, torna-se um indivíduo sem utilidade para o mercado de trabalho e para a sociedade como um todo.

O senso comum ainda se torna mais distorcido, conforme pontuam Teixeira (2001) e Palácios (2004), posto que o idoso não atende ao modelo estético contemporâneo, em que o belo necessariamente está vinculado ao jovem. Essa última autora coloca que a mídia contribui efetivamente para o estabelecimento dessa imagem, na medida em que disponibiliza, por meio de seus recursos, a figura do idoso e a necessidade de se evitar o envelhecimento.

Evidentemente, a mídia também se comporta dessa maneira a fim de atender aos interesses da indústria de produtos voltados para o mercado consumidor, e a uma necessidade de se negar o processo de envelhecimento produzido socialmente, afirma Palácios (2004). Esse fenômeno está de acordo com o pensamento de Castro e Barros (2002) que pontuam parecer ser consensual entre os autores que discutem as sociedades contemporâneas, a ideia de que, para compreendermos o mundo que nos cerca, temos de lançar o olhar para a forma como as mercadorias são consumidas e para os sentidos que são conferidos à vida via consumo. Dessa forma, o consumo de produtos cosméticos voltados ao rejuvenescimento pode demonstrar exatamente a negação social do envelhecimento.

Essa concepção sobre a velhice é compartilhada por Netto Papapelo (2007), por Alcântara (2004) e por Alvarenga, Kiyon, Bittencourt e Wanderley (2009). Essas últimas autoras reafirmam que, o idoso em função das alterações anatômicas e funcionais, nem sempre consegue ter o mesmo desempenho nas atividades laborais. Muito embora, observemos aqui uma contradição visto que existem máquinas para auxiliar o corpo fragilizado do homem, tanto que, muitas vezes, elas assumem o seu papel no mercado de trabalho.

De acordo com Rosa (1995, p. 191), essas concepções cronológicas e biologizantes sobre a velhice se baseiam em critérios arbitrários, posto que “[...] reflete uma imagem pouco favorável sobre esta fase do ciclo de vida, nomeadamente porque a despoja de tudo aquilo que considera vital para a sociedade – a produção; e lhe atribui como contrapartida, àquilo que é alvo de uma desvalorização social – a proteção”.

Esse aspecto parece ter sido evidenciado no Brasil, quando em setembro de 2003, foi aprovado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a lei nº 10.741 referente à proteção e direitos da pessoa idosa - o Estatuto do Idoso. Esse documento oficial faz parte da Política Nacional do Idoso e foi resultado da organização e mobilização dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) (Martins e Massarollo, 2008).

O Estatuto do Idoso representou um grande avanço na legislação brasileira, posto que foi elaborado com a participação representativa de entidades de defesa dos interesses dos idosos e da sociedade como um todo. O estatuto reafirmou os idosos como sujeitos de direitos, assegurando-lhes, por lei e por outros meios legais, todas as oportunidades e facilidades para a promoção de sua saúde física e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Esse documento também obrigou o Estado a garantir, aos idosos, a proteção à vida e à saúde mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (Brasil, 2003).

O Estatuto do Idoso prevê atenção integral a essa população, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando-lhe por meio de cadastramento e de ações e serviços alternativos, que estimulem a não hospitalização e a manutenção do idoso junto a sua família e comunidade. O Estatuto estabelece ainda, atenção médica e odontológica em serviços ambulatoriais para as doenças e agravos agudos e crônicos que afetam preferencialmente os idosos. O fornecimento obrigatório de vacina,

conforme recomendação da autoridade sanitária, e a reabilitação para redução das sequelas decorrentes dos agravos à saúde. Enquanto dispositivo que legisla sobre as políticas do idoso, o Estatuto dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos de uso continuado, bem como a obrigatoriedade de os profissionais de saúde notificarem aos órgãos competentes, casos suspeitos ou confirmados de maus tratos aos idosos (Brasil, 2003).

Assim, pode-se dizer que, no Brasil, a Política Nacional de Saúde do Idoso tem como propósitos basilares: a promoção do envelhecimento saudável; a manutenção e a melhoria, ao máximo, da capacidade funcional dos idosos; a prevenção de doenças; a recuperação da saúde dos que adoecem; as reabilitações daqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo de forma independente suas funções na sociedade (Martins e Massarollo, 2008).

De acordo com Martins e Massarollo (2008), a independência e a autonomia pelo maior tempo possível são metas a serem alcançadas na atenção à saúde do idoso. Segundo as palavras desses autores,

A implementação desta política compreende a definição e ou readequação de planos, programas, projetos e atividades do setor de saúde, que direta ou indiretamente se relacionem com o seu objeto. Precisa-se de uma mobilização efetiva de toda a sociedade com uma articulação permanente que, no âmbito do SUS, envolva a construção de contínua cooperação entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde (Martins e Massarollo, 2008, p. 32).

Anteriormente ao Estatuto do Idoso, em 1994, foi promulgada a Lei nº 8.842 que dispõe sobre as diretrizes da política nacional do idoso e considera idoso no Brasil todos os indivíduos com mais de 60 anos de idade. Essa lei também cria os Conselhos do Idoso nos níveis Nacional, Estadual e Municipal, definindo como principal função dessa entidade a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas (Martins e Massarollo, 2008). Observa-se que a legislação brasileira parece compreender a velhice, também, a partir das questões cronológicas, valorizando aspectos biológicos do desenvolvimento humano, buscando salvaguardar os direitos daqueles que passam a

necessitar da atenção do Estado, visto que já não possuem condições de saúde para atender nem as necessidades sociais nem as condições do mercado de trabalho.

Ao se despojar a velhice do trabalho, segundo Palácios (2004), de certa forma, estamos vinculando a velhice ao processo de aposentadoria e, dessa forma, trazemos uma nova perspectiva para a compreensão do fenômeno velhice.

Em outras palavras, Leão (2000) e Alvarenga, Kiyam, Bittencourt e Wanderley (2009) afirmam que, se considerarmos a lógica capitalista que rege nossa sociedade – na qual o trabalho não se constitui apenas como uma fonte de renda para o homem, mas que exerce uma função primordial na organização da vida, ou seja, é a partir do trabalho que o homem organiza sua vida prática, sua rotina, estabelece seus planos, constrói laços afetivos, exerce sua criatividade, garante sua independência e expressa sua produtividade – de certa forma, estamos definindo a velhice como a ruptura do homem com tudo aquilo que organizou sua vida até então.

Essa outra definição de velhice é o foco do segundo grupamento de pesquisas bibliográficas levantadas que versavam sobre o idoso e a velhice a partir das questões socioeconômicas e culturais, conforme veremos a seguir.

2.1.2 PESQUISAS SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DO IDOSO

Nos artigos de Veloz, Nascimento Schulze e Camargo (1999); Teixeira (2001); Fernandes (2001); Siqueira, Botelho & Coelho (2002); Lima-Costa, Barreto e Giatti (2003); Vasconcellos (2004); Resende e Neri (2005); Mattos e Ferreira (2005); Araújo, Coutinho e Santos (2006); Neri e Jorge (2006); Figueiredo (2007); Irigaray e Schneider (2008); Schneider e Irigaray (2008); Araújo e Lobo Filho (2009), e nas dissertações de Nogueira (1992); Calegari (1997); Nogueira (2000); Bruno (2003); Boaretto (2005); Francisco (2006); Oliveira (2006); Silva (2007); Bimbato (2008); Oliveira (2008); Oliveira (2009), e nas teses de doutorado de Mauad (1997); Pinto (1997); Paz (2001); Cachioni (2002); Peres (2007), Tomelin (2008) e Souza (2008), o cunho focado foi nas problemáticas socioeconômicas e culturais advindas do processo de envelhecimento.

Em geral, esses estudos buscavam entender as dificuldades sociais advindas do fato de ser idoso no Brasil. Esses trabalhos trazem como temáticas as dificuldades financeiras em função da aposentadoria, alterações nas atividades de lazer que mudam o status social, trabalhos realizados junto com grupos da terceira idade, necessidade de

reestruturar a vida em função da aposentadoria e da perda do trabalho regulamentado e as políticas de atenção ao idoso no país.

Em relação às condições econômicas do idoso no Brasil, ressaltamos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, em 2000, uma pesquisa sobre o perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil. Nessa pesquisa, ficou evidenciado que a população de idosos, no Brasil, tem crescido progressivamente, sendo que no ano de 2000, essa população era de 14,5 milhões, 8,6% da população total do país. Essa pesquisa também demonstrou que 62,4% dos idosos são chefes de família e são os únicos responsáveis pelo sustento financeiro da casa (IBGE, 2010).

A realidade financeira dos idosos no país, de fato, repercute sobre as suas vidas, alterando-as em vários aspectos e, talvez, em função disso é que as pesquisas de cunho mais socioeconômico e cultural tenham dado tanta importância ao aspecto financeiro. De certa forma, pode-se dizer que essas pesquisas também revelam que, na sociedade capitalista, o idoso é um fecundo nicho de mercado a ser explorado. Aqui, o foco socioeconômico vai ao encontro dos aspectos biológicos, visto que, de acordo com Lima-Costa, Barreto e Giatti (2003), em função das condições de saúde do idoso, o gasto médio mensal dessa população, com medicamentos, compromete aproximadamente um quarto da renda total (23%).

Podemos perceber que, nessas pesquisas, as concepções de idoso e do processo de envelhecimento se mostram bastantes negativas em relação a essa etapa da vida. As pesquisas parecem demonstrar que o idoso é constantemente visualizado como um problema social, necessitando de atenção do Estado para atender as necessidades especiais dessa população.

O eixo central das discussões é mostrar o quanto o idoso tem sua vida e suas relações sociais modificadas em função de sua condição financeira. Essas pesquisas contextualizam que o idoso tem uma mudança na perspectiva de vida e que as condições econômicas, de fato, alteram todas as expectativas, inclusive com relação à proximidade da morte.

Algumas pesquisas como as teses de doutorado de Mauad (1997) e Souza (2008); e as dissertações de Bruno (2006), Oliveira (2006), Bimbatto (2008) e Oliveira (2009) parecem mudar o foco de discussão sobre o idoso, demonstrando a velhice e o envelhecimento como fase da vida de maior maturidade e flexibilidade em função da

experiência de vida adquirida. Essas pesquisas colocam a velhice como um momento de sabedoria na vida do homem, e enfatizam o quanto ela tem sido desvalorizada socialmente no ocidente.

Destacamos a tese de doutorado de Pinto (1997) e a dissertação de mestrado de Nogueira (2000) que demonstram como a imagem sobre a velhice vai se alterando ao longo do tempo, oscilando entre concepções positivas, como o idoso sábio, e concepções negativas, como o idoso dependente e não produtivo.

Outro trabalho a ser destacado é o de Nogueira (1992) que propõe uma análise da velhice a partir do conteúdo de textos de literatura infantil brasileira e da dissertação de Nogueira (2000) que propõe uma análise da velhice a partir do discurso jornalístico. Nesses trabalhos, evidencia-se o imaginário popular que é expresso na literatura infantil através das ideias ora do idoso feio, mau e que rouba crianças, ora do idoso como bondoso, sábio e que ajuda a cuidar das crianças. E nos textos jornalísticos que, ora equiparam a velhice aos problemas de saúde e social e ora mostram a velhice como momento de curtir a vida e aproveitar um pouco daquilo que já foi alcançado ao longo da vida.

Ainda destacamos a tese de doutorado de Peres (2007) que trata da interface entre velhice, trabalho e cidadania, mostrando a evolução dos movimentos sociais para a garantia de direitos dos idosos, visto que essa população, durante muito tempo, teve seus direitos violados, em especial pela precariedade do sistema público de saúde no atendimento de pessoas idosas.

2.1.3 PESQUISAS SOBRE AS CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS DO IDOSO

Em nossa pesquisa, pudemos organizar um terceiro grupamento de estudos focados nos aspectos psicológicos do idoso. As temáticas desse grupamento tinham como eixo o reajuste emocional do indivíduo nesse momento da vida, as questões referentes à afetividade, à sexualidade na terceira idade, à proximidade da morte, ao luto e ao processo de solidão.

Pudemos observar nas teses de Resende (2006), Souza (2008), e nas dissertações de Fiquer (2006), Formighieri (2007), Salgueiro (2008), Silva (2007), nos artigos de Vasconcelos (2004), de Queiroz e Neri (2005). Irigaray e Schneider (2007), Reis Filho e Santos (2007), Oliveira e Lopes (2008), Couto *et al* (2008) e Maia, Londero e Henz (2008), que a temática central se referia às condições psicológicas na velhice.

Observou-se que esses estudos, em geral, apresentam uma visão negativa a respeito da velhice, uma vez que as temáticas giram em torno das perdas emocionais que ocorrem em função das questões orgânicas e sócioeconômicas advindas do envelhecimento.

Destacamos o artigo de Vasconcelos (2004) que estudou a sexualidade na terceira idade. De acordo com esse autor, as pessoas têm grande dificuldade em compreender que o idoso tem vida sexual, principalmente na atualidade, pelo fato de que a tecnologia fornece as condições necessárias para superar os problemas orgânicos como a disfunção erétil nos homens e a falta de lubrificação nas mulheres. Além disso, a sexualidade entre os idosos é tida como um tabu, fato que tem contribuído para o aumento dos índices de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e do vírus da Imunodeficiência Adquirida entre os indivíduos com mais idade, principalmente por dois motivos: a vergonha que os idosos têm de expressar a sexualidade, o que torna difícil para eles adotarem medidas de segurança necessária, e também, o despreparo dos profissionais da área da saúde para atender essas demandas vindas dos idosos, conforme menciona Provinciali (2005).

De acordo com Vasconcelos (2004, p. 413), “[...] os estereótipos ligados à degradação biológica, a qual serviu durante séculos para caracterizar o processo de envelhecimento, continuam a impregnar o imaginário cultural”. Assim, socialmente, a sexualidade é tida como algo possível apenas durante a juventude, sendo algo particularmente contaminado por preconceitos durante a velhice.

Para a maioria dos idosos, de fato, o sexo perdeu a função de reprodução tendo em vista as condições biológicas: a menopausa nas mulheres e o possível surgimento de alguma disfunção erétil nos homens. No entanto, conforme aponta Vasconcelos (2004), a sexualidade e o sexo se manifestam na velhice, por ser essa uma necessidade humana que independe da idade avançada do indivíduo.

Num estudo realizado por Luz e Amatuzzi (2008) a respeito das perspectivas de felicidade para o idoso, constatou-se que, entre os vários elementos tais como: contato familiar e social, autonomia e capacidade para trabalhar, encontra-se, também, a possibilidade de vivenciar a sexualidade. Todos esses elementos foram considerados pelos idosos como formas de proporcionar qualidade de vida e bem-estar social.

Outro fenômeno observado, nessas pesquisas de cunho psicológico, foi a relação entre o processo de luto, ou seja, o processo decorrente da perda de pessoas próximas e a velhice. Nos artigos de Silva, Carvalho, Santos e Menezes (2007) e de Oliveira e Lopes (2008), a relação entre o idoso e o luto ficou evidenciada. De acordo com Silva, Carvalho, Santos e Menezes (2007) o idoso, muitas vezes, está mais próximo de vivenciar a morte e que o luto traz, para a vida dos idosos, alterações tais como sentimentos negativos, sensações físicas, cognições e comportamentos, que não configuram um luto necessariamente patológico, mas que o fazem perceber a morte mais próxima dele.

O estudo realizado por Salgueiro (2008) parece corroborar com esse pensamento, tendo em vista que, em função da idade cronológica, o idoso tem maiores chances de ter vivenciado vários momentos de luto: a morte dos pais, dos irmãos, de alguns amigos, de um ou outro filho e do cônjuge, o que, de certa maneira, remete à proximidade da sua própria morte. Esse fenômeno não é algo que acontece somente na atualidade, pois Mascaro (2004) aponta que a velhice, em vários momentos históricos, também já esteve associada à proximidade da morte.

2.2 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para finalizar esta sessão, salientamos que o levantamento bibliográfico realizado nos mostrou que as pesquisas referentes ao idoso no Brasil, ainda tende ao paradigma biopsicossocial, e perdem de vista o processo de construção social da velhice, visto que esse fenômeno nem sempre foi concebido como ele se apresenta hoje, conforme veremos na próxima sessão que trata de uma visão historicizadora da periodização do desenvolvimento humano. A velhice, sobretudo no Brasil, tem sido retratada com uma tendência a analisar esse fenômeno de maneira naturalista, desconsiderando o processo histórico desse fenômeno.

Essa forma de pensar a velhice pôde ser observada na fala de dois participantes da pesquisa empírica que disseram, “*ser velho é ter cabelo branco, rugas, ficar mais cansado*” (E8); e no discurso de (E6) “*se é idoso a partir dos 60 anos, quando se deixa de ser adulto, e a gente se aposenta*”.

Também observamos, nos trabalhos consultados, que a imagem social da velhice, enquanto processo histórico, parte de um modelo econômico e produtivo, que tem desvalorizado o desenvolvimento humano como processo dinâmico e evolutivo.

É importante ressaltar que, de modo algum, estamos negando o fato de que, com o avanço da idade, o corpo do ser humano se modifica, e que as funções biológicas já não possuem o mesmo desempenho das outras fases de desenvolvimento. A defesa a que nos propomos é que, para compreender a velhice não podemos nos limitar a perspectiva biológica, psicológica e social em separado ou em conjunto, mas destituídos da perspectiva histórica, mas sim considerarmos que a velhice nem sempre existe tal qual nós a concebemos hoje, sendo uma construção histórica, e, portanto, com características específicas de cada fase da organização produtiva.

Fica a concepção de que a velhice assuma uma ou outra conotação, sob um desses enfoques ou sob os três, mas que se constituindo de vida, acontecimentos isolados ou arrolados factualmente, porém sem recuperação da historicidade.

Indagamos, pois como seria explicar esta fase da vida considerando esses aspectos, mas tendo como fio condutor justamente a historicidade ausente – matéria de que nos dedicamos na próxima sessão.

3. A PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: DESTAQUE PARA A HISTORICIDADE NA COMPREENSÃO DA VELHICE

A vida não é o que se viveu, mas o que se recorda e como se recorda para contá-la⁴.

(Gabriel Garcia Marquez)

Iniciamos essa sessão recorrendo ao pensamento de Gabriel Garcia Marquez, escritor colombiano de renome internacional, que tão sabiamente definiu a velhice. Observamos que a velhice, para esse pensador contemporâneo, está intimamente ligada ao processo histórico. E, portanto, faz-se relevante com a proposta para esta sessão.

A partir disso, delineamos, para esta sessão, o objetivo de discutir o desenvolvimento humano a partir da perspectiva vigotskiana, com vistas ao entendimento da velhice. Para tanto, em um primeiro momento, discutiremos acerca da visão maturacionista do desenvolvimento humano, tão presente na Psicologia; em um segundo momento, buscaremos as contribuições dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão desse fenômeno. Enquanto teoria crítica, essa escola psicológica volta-se às raízes históricas dos fenômenos humanos, a fim de superar o olhar positivista e naturalista fortemente arraigado nas Ciências (Duarte, 2000a).

3.1 A PSICOLOGIA E A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na sessão anterior discutimos o quanto o desenvolvimento humano, sobretudo a velhice, é pesquisado no campo das Ciências a partir do paradigma biopsicossocial. Vimos que, para algumas linhas de pensamento, as problemáticas relacionadas à velhice encontram respaldos a partir de bases organicista e mecanicista do desenvolvimento.

⁴A tradução desta citação do espanhol para o português, assim como a tradução de outras citações que constam nesta dissertação, é de responsabilidade do autor do trabalho.

Essas perspectivas colocam o desenvolvimento humano visto a partir de fases isoladas e exclusivamente enquanto processos biológicos, psicológicos e sociais, desconsiderando a historicidade pertinente a este fenômeno.

Na superação dessas perspectivas, a Psicologia Histórico-Cultural concebe o desenvolvimento humano para além do olhar biopsicossocial, compreendendo o homem multideterminado por seu aspecto biológico, psicológico e social, mas considerando cada fase do desenvolvimento a partir de sua dependência das relações materiais de produção, superando, assim, uma visão naturalizante do desenvolvimento humano.

Observamos que a visão naturalizante do desenvolvimento humano, que o toma como evolutivo e natural, ainda se mostra hegemônica dentro das Ciências. Essa perspectiva de desenvolvimento compreende o homem como indivíduo isolado, para o qual a sociedade é apenas um meio em que se habita. À parte de qualquer outro processo, senão o biológico, o psicológico e o social, os homens passam pelas fases de desenvolvimento, independente da cultura e do momento histórico em que vivem. Portanto, o desenvolvimento humano é tão só e simplesmente um processo de adaptação do homem às condições de vida, conforme crítica feita por Facci (2004) em relação à naturalização da compreensão da periodização.

Com um viés marcado pela naturalização, o desenvolvimento humano visto por essa perspectiva, acaba sempre sendo entendido como a “soma” entre os fatores biológicos, psicológicos e sociais, tal como postulam as teorias clássicas que tentam explicar o ciclo de vida do homem. A compreensão do desenvolvimento humano proposta pela Psicologia Histórico Cultural considera o biológico, o psicológico e o social, porém evidencia a existência de uma relação dialética entre esses fatores.

Pôde-se observar que essa compreensão sobre o desenvolvimento apareceu no discurso dos entrevistados, uma vez que eles caracterizaram a vida adulta e a velhice a partir de mudanças biológicas e psicológicas. Oito entrevistados, ou seja, 80% da amostra, colocaram, por exemplo, que a velhice pode ser descrita como a fase em que há uma maior incidência de dores, doenças e enfraquecimento. Nesse sentido, destacam-se as falas do entrevistado E5 que afirma “[...] *pra mim a velhice é sinônimo de fragilidade. A gente fica mais suscetível a dores e doenças, os ossos já estão mais enfraquecidos*”; e do entrevistado E6 que salienta que “*quando se é velho a gente fica mais doente, sente mais dor no corpo, já não consegue fazer as coisas com a mesma força. Nem consegue trabalhar como antes*”. Também destacamos a fala de E7 que

relata que a velhice é *“o momento que se tem maior capacidade para refletir sobre a vida e daí conseguir tomar decisões com mais clareza”*.

O mesmo ocorre quando os entrevistados foram questionados sobre a caracterização da vida adulta. De acordo com E1, a vida adulta pode ser descrita como *“momento em que o homem está no seu apogeu. Ele tem vitalidade e força física”*. Para E9 *“o adulto é aquele que produz, que constrói algo para a sociedade”*.

Pelos discursos apresentados, pôde-se perceber que, comumente, o desenvolvimento humano tem sido descrito e pensando a partir dessa lógica naturalizante, tal como a Psicologia tem pensado tradicionalmente.

Na tentativa de superação a esse tipo de compreensão, a Psicologia Histórico Cultural propõe um entendimento a partir daquilo que é material. E, nesse sentido, o entendimento do ciclo de vida humana passa a ser a síntese dos fatores biológicos, psicológicos e sociais. Em outras palavras, a compreensão defendida por essa escola psicológica utiliza-se das categorias do método materialista histórico e dialético, sobretudo a categoria de superação por incorporação, em que se dá a unidade entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Isso pode ser verificado, por exemplo, na discussão feita por Vigotski (1995, 117-8) acerca da transformação das funções psicológicas elementares em superiores:

Hegel disse que é preciso recorrer ao duplo significado da expressão alemã ‘*snimat* (superar)’. Entendemos esta palavra em primeiro lugar como ‘*ustraint* (eliminar), ‘*otrisat* (negar)’, e dizemos, dessa forma, que as leis estão anuladas, ‘*uprazdnenisuprimidas*’, mas esta mesma palavra significa também ‘*sojranit* (conservar)’ e dizemos que algo ‘*sojranim* (conservaremos)’. O duplo significado do termo ‘*snimat* (superar) se transmite habitualmente bem no idioma russo com a ajuda da palavra ‘*sjoronit* (esconder ou enterrar), que também tem sentido negativo e positivo – destruição ou conservação. Utilizando essa palavra, poderíamos dizer que os processos elementares e as leis que os regem estão enterradas na forma superior do comportamento, isto é, aparecem nela subordinadas e ocultas.

O excerto acima evidencia uma característica importante no pensamento da Psicologia Histórico Cultural, que consiste na superação pela incorporação. Nesse sentido, Vigotski (1996) se utiliza do mesmo raciocínio para compreender que as

esferas do desenvolvimento humano, ou seja, o biológico, o psicológico e o social, não devem ser entendidos como uma soma de elementos que compõe o ciclo de vida do homem, mas devem ser compreendidos a partir da relação dialética existente entre eles.

No entanto, a perspectiva naturalizante de desenvolvimento humano é a que mais amplamente tem sido adotada pela Psicologia. E estudos foram sendo realizados a partir da classificação de fases de desenvolvimento humano e das esferas de desenvolvimento: afetivo, psicomotor e social, como se pode observar na produção de Bee (1998); Papalia e Olds (2000); Cole e Cole (2004), por exemplo.

De certa forma, a própria compreensão de desenvolvimento humano foi tema discutido pela Psicologia, ora concebido como a maneira como as pessoas mudam ou como elas ficam iguais, desde a concepção até a morte, como postula Papalia e Olds (2000), ora como a maneira que as condições internas e externas ao indivíduo afetam e promovem mudanças que são sistemáticas, adaptativas e organizadas, conforme afirmam Cole e Cole (2004). O que se observa, de modo geral, é que, nas teorias de desenvolvimento propostas pela Psicologia, o indivíduo isolado é focalizado, sendo que as transformações que ele passa ocorrem para todos os seres humanos de forma similar.

Embora exista um vasto campo explicativo sobre o desenvolvimento humano, grande parte desses constructos não considera a dinâmica histórica presente na humanidade, ou considera a história humana apenas como elemento temporal, em que a ênfase maior está na maturação biológica que, apesar de importante, não representa a totalidade do desenvolvimento humano, conforme afirma Pasqualini (2009).

Em linhas gerais, as teorias de desenvolvimento humano, nessa visão a-histórica, dividem a vida do homem em quatro grandes períodos – a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice. De acordo com Palácus (1995), essas etapas são delineadas e apresentadas como universais e associadas às características comuns a todos os indivíduos.

A respeito das características de cada período, Palácus (1995) salienta que, nas teorias de desenvolvimento, a infância tem sido a mais estudada e apresentada como período crítico e determinante na vida do indivíduo, com repercussões para as demais fases da vida; a adolescência, caracterizada como momento de mudanças drásticas e turbulentas; a vida adulta, como momento de maior estabilidade e ausência de

mudanças significativas e a velhice, como sinônima de deterioração dos processos psicológicos.

Para cada fase do desenvolvimento, Palácus (1995, p. 14) descreve a possibilidade de mudanças nas condutas e associa essas mudanças às faixas etárias, mais ou menos, preestabelecidas. Segundo o referido autor, as mudanças podem ser situadas nos seguintes períodos:

[...] dentro da primeira infância (zero a dois anos), dos anos da educação infantil (dois a seis anos), dos anos do ensino fundamental (6 a 12 anos), da adolescência (até o final da segunda década de vida), da maturidade (aproximadamente a partir dos 20 até os 65 ou 70 anos) e da velhice (a partir de aproximadamente, 65 a 70 anos).

Essa divisão adotada por Palácus (1995) deve-se a defesa que ele faz de uma Psicologia Evolutiva, uma ciência que focaria seus estudos na conduta humana e na maneira como ela vai evoluindo ao longo do tempo. Na tentativa de esclarecer esse ramo da ciência, o autor define que Psicologia Evolutiva “[...] é a disciplina que se dedica ao estudo das mudanças psicológicas que, em certa relação com a idade, ocorrem nas pessoas ao longo de seu desenvolvimento, isto é, desde sua concepção até a morte” (Palácus, 1995, p. 14). Dentro dessa perspectiva de desenvolvimento humano, existe uma primazia do aspecto biológico sobre o sócio-cultural. Nas palavras de Palácus (1995, p. 15),

Quando nascemos, nosso cérebro, nosso sistema nervoso e nossos músculos têm certo nível de desenvolvimento, mas se encontram em um estado evolutivo muito incipiente, pois uma das características típicas dos seres humanos é nascer com um alto grau de imaturidade que, de maneira muito lenta e gradual, levará mais tarde à maturidade.

Essa maturação é definida por Palácus como momento de evolução do aparato biológico. Segundo esse mesmo autor, a maturação “[...] segue uma sequência que será mais fixa e previsível quanto mais próximo estivermos do princípio da trajetória vital individual” (Palácus, 1995, p. 15).

Nesse sentido, o autor nos leva a entender que, em algum momento da vida o fundamental da maturação biológica terá chegado ao seu auge. Ele aponta que esse momento do desenvolvimento ocorre quando se completam todas as mudanças da

puberdade, em que a maturação biológica levou a transformação do corpo infantil em corpo adulto. A partir desse momento, a maturação impõe muito pouco ao desenvolvimento psicológico.

Em função desse fenômeno, Palácus (1995) explica que, até a chegada da puberdade é possível relacionar cada etapa do desenvolvimento com idades concretas. No entanto, a partir do início da adolescência até a velhice, a relação entre desenvolvimento e idades cronológicas torna-se mais difícil de ser realizada, posto que outros elementos devem ser considerados.

Entre esses elementos, encontramos a cultura a qual pertence o indivíduo. A respeito da influência cultural sobre o desenvolvimento humano, Palácus (1995) pontua que é necessário não generalizarmos aqueles aspectos que foram construídos em uma determinada sociedade com as demais. O autor cita como exemplo: vamos imaginar que um bebê é cuidado em casa por um ou mais adultos. Certamente ele manterá uma determinada relação de apego, principalmente com sua mãe ou cuidador. No entanto, se em outra cultura, um bebê é cuidado pela mãe e convive o tempo todo com ela, participando de todas as atividades do cotidiano, inclusive mantendo contato com outras mulheres adultas, que também cuidam dele, poderemos observar que esse bebê terá uma tendência a se apegar a sua mãe, mas a outras pessoas também, diferentemente do primeiro bebê que manterá um vínculo muito mais forte apenas com os pais. Assim, para compreendermos o desenvolvimento humano, deve-se compreender o contexto em que ele ocorre.

Palácus (1995) também salienta que devemos considerar quais aspectos do desenvolvimento humano estamos observando, tendo em vista que alguns aspectos são influenciados pela cultura. De acordo com esse autor, a aquisição do andar autônomo parece ser menos influenciada pela cultura do que a autonomia dos bebês. Assim, para ele,

Onde a maturação não deixa resquícios, as diferenças culturais não são traduzidas em diferenças evolutivas, assim, por exemplo, a aquisição do andar independente parece pouco determinada pelas práticas culturais em relação à autonomia dos bebês. Mas na maior parte dos conteúdos psicológicos nos quais podemos pensar, e mais notadamente à medida que nos distanciamos dos primeiros meses de vida, a maturação se limita a abrir possibilidades que o entorno se encarregará de aproveitar em maior ou

menor medida, em uma ou em outra direção determinada em boa parte pelo “plano cultural” estabelecido no contexto em que acontece o desenvolvimento (Palácus, 1995, p.16).

Além do fator cultural, outro elemento que também é importante considerarmos ao pensar o desenvolvimento humano, segundo Palácus (1995), é o momento histórico em que se vive, isto porque, a cultura é muito variável e pode transformar-se lentamente e com alterações mínimas ou muito rapidamente com mudanças substanciais. E qualquer tentativa de visualizar que mudança de conduta ocorreu, acabaria por ser insuficiente. Dessa forma, se voltarmos o olhar para o momento histórico em que está ocorrendo o desenvolvimento humano inserido no interior de uma determinada cultura, compreenderemos exatamente a força que uma cultura tem sobre cada conduta que está sendo analisada, uma vez que se torna possível entender o grau de dinamismo dessa cultura.

Por último, Palácus (1995) registra que ainda existe outra fonte de variação no desenvolvimento humano que são os traços e as características individuais. Essa fonte de variação é responsável por não existirem dois perfis de desenvolvimento psicológico idênticos. Nas palavras de Palácus (1995, p. 17)

[...] temos caracteres genéticos pessoais, nascemos sendo diferentes e, depois, vivemos, desde o início, muitas experiências diferentes que vão exercendo seu impacto sobre nosso processo de desenvolvimento.

Dessa forma, de acordo com a perspectiva de desenvolvimento humano, defendida por Palácus (1995), a real compreensão desse fenômeno deve partir do entendimento da imaturidade biológica de partida até a maturidade, considerando os aspectos culturais que são impressos ao longo da história de vida.

É salutar apresentar essas concepções naturalizantes frente ao desenvolvimento humano, tal como a defendida por Palácus (1995), uma vez que essas teorias têm se mostrado hegemônicas em relação às explicações dadas ao ciclo de vida do homem. É importante salientar que o autor trata da cultura e do momento histórico; mas não o faz a partir da compreensão das relações de classe, no nosso caso em uma sociedade capitalista. Lidar com esses aspectos, característicos de uma visão marxista, conforme propõe Vigotski, vai além dessa compreensão fornecida por Palácus. Neste trabalho,

procuramos compreender o desenvolvimento humano a partir das condições materiais de produção.

Vigotski (1996) critica as teorias naturalizantes da sua época e salienta que a grande questão das teorias de desenvolvimento não está no fato de elas somente padronizarem comportamentos, ou criarem etapas de desenvolvimento universais, mas sim por não compreenderem o desenvolvimento humano a partir da dinâmica histórica concernente ao homem. Elkonin (1986) salienta que abandonar a concepção naturalizante sobre o desenvolvimento humano exige uma mudança radical de concepção no que se refere às relações que o homem mantém com a sociedade.

Quanto ao processo de organizar o desenvolvimento humano por idades, Merriam e Caffarella (1999, p. 34) constata que a sociedade ocidental, de uma forma ou de outra, é

[...] organizada por idades e toda sociedade tem um sistema de expectativas sociais com relação ao comportamento apropriado às idades. O indivíduo passa por um ciclo socialmente regulado do nascimento à morte tão inexoravelmente como passa pelo ciclo biológico: uma sucessão de status de idade delineados socialmente, cada um com seus direitos, deveres e obrigações reconhecidos.

Mesmo considerando esses aspectos, Elkonin (1986) afirma que compreender o ciclo de vida do homem não pode estar limitado a idades ou comportamentos, mas que é necessário atrelá-los aos modos concretos de inserção dos sujeitos no seu mundo social, em situações histórico-culturais específicas. A compreensão dessa fase de idade enfatizada neste trabalho – a velhice – buscará seguir esse pressuposto de Elkonin.

Sendo assim, numa tentativa de vislumbrar esse entendimento, considerando a historização da humanidade, poderemos perceber que o que hoje entendemos como determinadas fases do desenvolvimento humano - inclusive a velhice com as características do começo do século XXI - nem sempre existiu, e, portanto não podem ser consideradas como fenômenos exclusivamente biológicos, ou psicológicos ou sociais, mas fenômenos históricos, construídos pelos homens para atender alguma necessidade.

Vigotski, já em 1932, na Ex-União Soviética, havia demonstrado que as condições materiais determinam as fases de desenvolvimento. No caso do ocidente, o

trabalho de Ariès (1973) tem sido amplamente difundido, especialmente o livro “A História Social da Criança e da Família”, em que o autor realiza um resgate histórico demonstrando que a própria concepção, tão discutida pela Psicologia do Desenvolvimento, como a infância, nem sempre existiu. Ariès (1973) e Postman (1999) estudaram amplamente a construção histórica das fases de desenvolvimento humano, dando destaque à infância; essas construções estavam muito mais relacionadas às questões sociais do que as condições biológicas.

A respeito dessas mudanças sobre a forma de olhar o desenvolvimento humano ao longo da história, Ariès (1973) assevera que a maneira de representar a cronologia humana passou por várias mudanças. Essas mudanças se utilizavam principalmente dos elementos da natureza, do estudo de astros, aspectos das crenças populares, fenômenos naturais e sobrenaturais, os quais faziam parte de um contexto governado pelas leis da teologia, enfatizando uma visão mística. Portanto, as representações da idade do homem pareciam abstratas; além disso, muitos morriam antes de percorrerem todos os ciclos de vida. No caso da infância propriamente dita, o autor, partindo de relatos e textos dos séculos XII ao XVIII, demonstrou que as pessoas definiam a idade da criança como a primeira idade, um momento da vida em que os dentes surgem, e que se inicia quando se nasce, e dura até os sete anos.

Ainda sobre a criança, Ariès (1973) relata que os indivíduos, nessa fase de desenvolvimento, eram denominados *enfant*, que quer dizer, não falante, já que eles não tinham total domínio da linguagem dos adultos. A infância passa a ser caracterizada como o momento da ausência da fala e de comportamentos considerados manifestações irracionais.

Postman (1999) igualmente se apoia nos estudos de Ariès (1973) e vai buscar, na história, o momento do surgimento da infância, correlacionando-o a uma construção social surgida a partir das condições de comunicação que a tornaram inevitável. Esse autor localizou, na sociedade grega, o primeiro indício de uma ideia sobre a criança, quando, naquela sociedade, criou-se a concepção de escola. Na sociedade romana, associou-se, a esse período do desenvolvimento, a noção de vergonha, separando os menores de certo convívio com o mundo dos mais velhos. É durante a Idade Média que a infância desaparece, juntamente com a capacidade de ler e escrever, com a educação e com o sentimento de vergonha, isso porque todas as importantes interações sociais aconteciam oralmente, o que permitia a entrada das crianças no mundo dos adultos.

Postman (1999) concluiu que a criança, durante o período medieval, vivia na mesma esfera social dos adultos, posto que tinha acesso a quase todos os comportamentos comuns à cultura. A partir do surgimento da imprensa e da alfabetização socializada, a forma de comunicar-se modifica, criando-se, assim, uma nova definição de idade adulta, baseada na capacidade de ler. Na contramão da vida adulta, a criança passa a ser caracterizada pela incompetência da leitura.

Para o autor, a tipografia, nesse momento histórico, criou um novo universo simbólico, fazendo com que as crianças fossem expulsas do mundo dos adultos, sendo necessária a criação de um novo mundo para elas habitarem; e esse mundo veio a ser chamado de infância.

Segundo o pensamento de Postman (1999), o mundo medieval não necessitava da ideia de infância, tampouco de dividir o desenvolvimento humano em fases, já que todos compartilhavam o mesmo ambiente informacional e viviam no mesmo mundo social e intelectual. Somente após o surgimento da prensa, os jovens tiveram que se tornar adultos e, para isso, precisaram aprender a ler, o que prescindia de educação. E assim, a infância transformou-se em uma necessidade, em um momento para o indivíduo ser protegido e cuidado.

Tanto para Postman (1999) quanto para Ariès (1973), foi quando o modelo de infância tomou forma, que o modelo de família moderna também foi transformado, em que as tarefas foram definidas, cabendo ao adulto preparar a criança para as vivências do mundo.

Cabe aqui ressaltar que, ao demonstramos por meio do pensamento de Ariès (1973) e de Postman (1999) a construção histórica do desenvolvimento humano, de maneira nenhuma, o que se pretende é negar os aspectos maturacionais do corpo, visto que ele, de fato, modifica-se ao longo de sua história de vida. Utilizamos os conceitos dos autores sobre a infância para nos conduzir à ideia de que, assim como a infância, a velhice também é uma etapa de vida condicionada pela história e pela transformação que os homens fizeram na sociedade por meio de relações de trabalho, assim como pelas mudanças biológicas que ocorrem no ser humano. Não poderíamos desconsiderar os múltiplos determinantes presentes no desenvolvimento. No entanto, também não poderíamos deixar de salientar que Postman (1999) e Ariès (1973) não buscam no modo de produção material, os alicerces para compreender o desenvolvimento humano, tal

como propõe a Psicologia Histórico-Cultural. A respeito da evolução biológica humana, menciona Vigotski (1930, p. 02) que o corpo do homem,

[...] mudou notavelmente pouco durante o curso do desenvolvimento histórico. Isto não quer dizer, é claro, que a evolução biológica do homem paralisou-se e que a espécie humana é uma quantidade estável, inalterável, constante, mas sim que as leis fundamentais e os fatores essenciais que dirigem o processo de evolução biológica retrocederam ao plano de fundo e, ou decaíram completamente, ou tornaram-se uma parte reduzida ou subdominante das novas e mais complexas leis que governam o desenvolvimento humano.

Ao buscarmos essas novas e complexas leis que governam o desenvolvimento humano, encontramos, nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, alguns elementos que nos auxiliam nessa compreensão, conforme veremos no próximo item.

3.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO COM BASE NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

A Psicologia Histórico-Cultural, escola de pensamento psicológico, criada a partir da obra de Lev Vigotski (1896-1934), sustenta-se junto aos princípios marxistas, enfatizando que as mudanças históricas nas relações entre os indivíduos e na maneira como esses indivíduos organizam a vida material produzem mudanças na consciência e no comportamento humano (Shuare, 1990, Tuleski, 2002, Facci, 2004).

É importante lembrar que o desenvolvimento da Psicologia Histórico-Cultural deve ser compreendido tal como pontua Shuare (1990), ou seja, em uma relação direta, no espaço e no tempo, com o próprio desenvolvimento social e a nova organização sociopolítica da União Soviética, logo após a revolução de Outubro de 1917. Essa revolução implicou profundas modificações na consciência social e transformações nos diversos setores, inclusive nas ciências, sobretudo na Psicologia que, a partir de então, introduziu novas concepções sobre uma base marxista.

Vigotski (1996), em seu texto “O significado histórico da crise da Psicologia”, evidencia a presença de pressupostos teóricos nesse campo do saber científico que buscam explicar os fenômenos de forma estática, querendo tornar geral um conceito

específico de determinada teoria. Ao investigar a Psicanálise, o Behaviorismo e a Psicologia Subjetiva, Vigotski (1996) enfatizou as profundas distinções entre os sistemas teóricos de destaque daquele momento histórico, sobretudo em seus objetos de análise: o inconsciente, o comportamento e o psicológico acessado pela introspecção. De acordo com esse pensador, essas teorias eram irreduzíveis umas às outras, não tendo em vista o mesmo objeto e implicando conceitos que não podiam ser generalizados para toda a Psicologia.

Considerando o conhecimento produzido até aquele período, os sistemas teóricos existentes poderiam ser agrupados em apenas duas escolas, ou psicologias. Uma escola que trataria de uma trajetória descritiva, espiritualista e idealista, e outra escola, numa perspectiva mais explicativa, materialista e científica. Esse autor pondera que, se a exigência de uma perspectiva metodológica científica partia justamente das necessidades da Psicologia Aplicada, a via idealista, por exemplo, não possibilitaria a superação da crise dessa Ciência. Desse modo, a construção de uma Psicologia científica necessitaria de uma opção pelo materialismo histórico e pela dialética, superando uma visão idealista ou materialista para a compreensão do psiquismo humano (Vigotski, 1996).

Nesse momento histórico, a Psicologia Marxista era representada por pensadores como Larv Georgevich Kornilov⁵ e Georgui Tchelpánov⁶, que buscavam na teoria de Karl Heinrich Marx⁷ (1818-1883) e de Friedrich Engels⁸(1820-1895), algumas reflexões psicológicas, sem, no entanto, obterem êxito em desenvolvê-la. Com o objetivo de superar essa visão e buscar o papel histórico da própria Psicologia, Vigotski propõe retornar aos pressupostos marxianos, não apenas para apresentar citações isoladas das obras de Marx, mas para buscar aí o método. Esse método, para a Psicologia, seria como uma lente que possibilita ao sujeito fazer ciência de fato.

⁵ Pensador e Militar russo, conhecido por tentar derrubar o governo de Alexander Kerensky, durante a revolução russa em 1917. (VIGOTSKI, L. S. (1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicacionesdel M.E.C. y Visor Distribuciones, p. 347).

⁶ Psicólogo e discípulo de Wundt. Criador do Jornal Russo de Psicologia em 1917. (VIGOTSKI, L. S. (1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicacionesdel M.E.C. y Visor Distribuciones, p. 347).

⁷ Filósofo e economista alemão, crítico do pensamento Hegeliano. (VIGOTSKI, L. S. (1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicacionesdel M.E.C. y Visor Distribuciones, p. 347).

⁸ Filósofo e Socialista alemão, principal colaborador de Karl Marx na elaboração de sua filosofia do valor e do materialismo histórico-dialético. (VIGOTSKI, L. S.(1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicacionesdel M.E.C. y Visor Distribucionesp. 347).

No pensar de Vigotski (1996), a Psicologia deve ser calcada numa concepção filosófica que possibilite ver cada sujeito como partícipe ativo da construção da história, ao mesmo tempo em que é coletivamente constituído, condensando em si, de forma complexa, as relações sociais. Ao propor uma psicologia marxista, Vigotski (1996) tinha como foco a construção de uma ciência que sustentasse um enfoque histórico do desenvolvimento da psique humana e das fontes sociais deste processo, vinculadas à atividade coletiva das pessoas. Pensamento que, conforme pudemos observar na forma como o desenvolvimento vem sendo compreendido pela Psicologia, mostra-se como uma possibilidade de superação da visão maturacionista e naturalizante da periodização do desenvolvimento, e, podemos dizer, da compreensão da velhice.

Para o autor, a Psicologia, enquanto ciência deve produzir conhecimento determinado, tanto pelo objeto, quanto pelo sujeito que se propõe conhecê-lo. Dessa forma, conhecer um objeto depende das possibilidades cognitivas do sujeito num determinado momento histórico, bem como da significação que se dá ao objeto. A ciência, a partir desse enfoque, é dinâmica e a linguagem ganha destaque na produção de conhecimento científico. Como a percepção dos objetos é inseparável da sua nomeação e classificação, demandando processos de pensamento, cada palavra que o pesquisador utiliza acaba por condensar, em si, uma postura metodológica (Vigotski, 1996). Pode-se, dizer, portanto, que os vocabulários escolhidos denotam determinada concepção de homem e de Psicologia.

Vale ressaltar que, na perspectiva de ciência psicológica, defendida por Vigotski (1996), existe um grande destaque ao caráter criador do ser humano, que produz cultura e, nesse processo, produz a si mesmo, para além do biológico, em um processo de apropriação e objetivação, isto é, ele se apropria da cultura para se humanizar, mas também produz novas objetivações que possibilitam o desenvolvimento histórico.

De acordo com Vigotski (1996), a grande problemática ao redor da Psicologia, refere-se ao fato de essa ciência separar, na filogênese, o desenvolvimento biológico do cultural em linhas de estudo que não dialogam e que veem o desenvolvimento do homem de maneira linear, conforme pudemos observar em várias produções apresentadas acerca da velhice na primeira sessão. Assim, fundamentado em uma base marxista, o desenvolvimento do homem, para ser compreendido a partir da perspectiva proposta por Vigotski (1996), deve superar a visão idealista presente nas teorias do

desenvolvimento psicológico, principalmente porque deve se contrapor à ideia fragmentada de desenvolvimento, como se a afetividade, a cognição e as relações sociais dependessem da adaptação do homem ao seu ambiente a partir do amadurecimento de estruturas mentais (Facci, 2004). A ênfase está na compreensão do homem em sua totalidade; deve-se considerar o universal e o particular, em um processo dialético, para analisar o desenvolvimento do psiquismo humano, nas várias idades.

Por essa perspectiva, a cultura é compreendida como elemento fundamental na construção do desenvolvimento humano, uma vez que a atividade humana é mediatizada pelos instrumentos que vinculam o homem ao meio. Dessa forma, o foco da Psicologia Histórico-Cultural está pautada na essência genérica do homem, ou seja, na atividade humana que se constitui na relação do homem com seu ambiente a partir da cultura e que obviamente assume especificidades ou características ao longo da história, conforme menciona Facci (2004).

Ao superar o determinismo biológico e considerando que o homem tornou-se, ao longo de sua existência, um homem social e histórico, Vigotski (1930, p.02), em seu trabalho intitulado “A transformação socialista do homem”, salienta que o “[...] homem existe enquanto um ser social, membro de algum grupo social, em cujo contexto ele segue o percurso de desenvolvimento histórico”.

Vigotski (1930) está nos mostrando que aquilo que, costumeiramente compreendemos como sinal de desenvolvimento, está diretamente ligado aos fatores históricos e sociais pelos quais o homem vivenciou e vivencia. Segundo esse autor, “[...] a composição de personalidade, a estrutura de comportamento acaba por se constituir em uma variável dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última” (Vigotski, 1930, p.02). As características do idoso, nosso objeto de estudo neste trabalho, são, portanto, decorrentes do desenvolvimento histórico.

Fundamentado nas ideias de Engels (1876), a respeito do papel do trabalho na adaptação do homem à natureza e na transformação dessa última mediante o uso dos instrumentos, Vigotski alicerçou seus estudos a partir da categoria trabalho, sendo este entendido como atividade vital que conduz à modificação das relações do homem, dele com a natureza e dele com os demais homens. De certa forma, é o trabalho que possibilita ao homem a superação das forças da natureza, e que permite que ele se distancie da condição animal, conforme destaca Petrovski (1979).

O distanciamento da natureza só foi possível pela mediação de suas atividades, que não acontece de forma direta, mas pelo uso dos mais variados tipos de instrumentos e signos. Para entendermos a mediação, é importante compreendê-la como um processo no qual o homem emprega, em sua atividade psíquica interior, o signo (palavras, números, etc); ao mesmo tempo em que, em sua atividade prática, utiliza o instrumento (Petroviski, 1979).

O que se observa é que Petroviski (1979) também referenda a compreensão de Vygotski e Luria (1996) a respeito da função da mediação. Esses autores argumentam que a mediação instrumental é processo necessário para a apropriação do conhecimento. Pensando dessa maneira, os autores citados reafirmam o papel da escola e do professor como fundamentais para o desenvolvimento humano. Assim, signo e instrumento são elementos essenciais para compreendermos o desenvolvimento humano, pois são mediadores que estão presentes em todo comportamento humano. Vigotski (1995, p. 82) afirma que:

A criação e o emprego de estímulos artificiais na qualidade de meios auxiliares para dominar as reações próprias precisamente é a base daquela nova forma de determinar o comportamento que diferencia a conduta superior da elementar e cremos que a existência simultânea dos estímulos *dados* e os *criados* é o traço distintivo da psicologia humana.

A mediação instrumental possibilita, como vimos na citação de Vigotski, uma diferenciação no comportamento dos homens em relação aos animais. No homem, qualquer ação é mediada por instrumentos e signos. No entanto, não podemos colocá-los como sinônimos, visto que são processos que ocorrem em dimensões distintas.

De acordo com Leontiev (1959, p. 268), o instrumento “é produto da cultural material humana, que leva em si, da maneira mais evidente e mais material, os traços características da criação humana (...) é ao mesmo tempo um objeto social no qual são incorporadas e fixadas as operações de trabalho historicamente elaboradas”. Assim, o instrumento provoca mudanças no mundo material, ou seja, é uma maneira de o homem, por meio de sua atividade prática, transformar a natureza.

Já o signo não modifica nada no mundo material, mas influencia na maneira como o homem se relaciona com os demais, ou seja, influencia na conduta do homem. Vigotski (1995, p. 83) afirma que signos são os “estímulos-meios artificiais introduzidos pelo homem na situação psicológica, que cumprem a função de auto-

estimulação”. Menciona ainda que “é o homem quem forma externamente conexões com o cérebro, o dirige e através dele, governa seu próprio corpo” (p. 85). Pode-se dizer, conforme Petroviski (1979), que a utilização de signos reestrutura a atividade psíquica do homem, do mesmo modo que o empregar de instrumentos transforma a atividade natural do organismo. Portanto, ao modificar a natureza, o homem modifica sua própria natureza.

A mediação instrumental e simbólica é fundamental para o desenvolvimento humano, posto que ela é a força motriz do desenvolvimento. Assim, assevera Vigotski (1995, p. 94):

Por meio da ferramenta o homem influi sobre o objeto de sua atividade, a ferramenta está dirigida para fora; deve provocar umas ou outras trocas no objeto. É o meio da atividade exterior, orientado a modificar a natureza. O signo não modifica nada no objeto de operação psicológica; é o meio de que vale o homem para influir psicologicamente, tanto como em sua própria conduta, como na dos demais; é um meio para suas atividades interior, dirigida para dominar o próprio ser humano; o signo está orientado para dentro.

Partindo dessa perspectiva, para que ocorra a transformação da espécie em gênero particular, o homem depende do domínio dos instrumentos e dos signos, sendo a aprendizagem fundamental para que esse domínio ocorra.

Em razão da relevância da aprendizagem para o desenvolvimento humano, observamos que esse processo ocupa um lugar central em todo o sistema de organização da vida do homem, sobretudo da criança, determinando seu desenvolvimento psíquico. Conseqüentemente, o desenvolvimento do psiquismo não pode ser entendido à margem do desenvolvimento social em que se opera a assimilação dos meios que permitem dominar a experiência de gerações anteriores, nem tampouco pode ser compreendido à margem da aprendizagem. Desse modo, de acordo com Petroviski (1979), desenvolvimento social e aprendizagem são elementos que alicerçam o desenvolvimento do psiquismo, ou seja, o desenvolvimento e complexificação das funções psicológicas superiores.

De acordo com Petroviski (1979), Vygotski buscou, na aquisição da linguagem, uma forma de elucidar essa interação entre desenvolvimento do psiquismo,

desenvolvimento social e aprendizagem. Assim, antes da aquisição da linguagem, o homem utilizava-se apenas dos gestos que eram orientados ao objeto que precedia qualquer ação, mas que não atendia a todas as suas necessidades. Em razão disso, o homem buscou outras formas de comunicar-se de maneira a ampliar o domínio sobre a natureza, a transformação da natureza por meio da mediação instrumental.

Observa-se que, ainda hoje, num primeiro momento, que as crianças se utilizam dos mesmos artifícios gestuais. A criança pede auxílio ao adulto que interpreta o gesto como uma indicação do objeto que a criança deseja. Esse gesto indicativo se transforma em gesto comum para as demais pessoas que circundam a criança, que dão o mesmo sentido para aquele gesto. O gesto se converte em signo. E só depois, a criança começa a tomar seu movimento como uma indicação do que deseja. O gesto (signo) para os outros se converte em gesto (signo) para ela mesma. Deste modo, a criança é a última entender seu gesto. Seu significado é criado, a princípio, por uma situação objetiva e pelas pessoas que o cercam, conforme afirma Petroviski (1979).

Petroviski (1979) destaca que, nesse sentido, a palavra expressa uma relação com um objeto ou situação (primeiro nível). Esta relação entre a palavra e o objeto é utilizada funcionalmente pelos adultos como meio de comunicação com a criança (segundo nível). Com o desenvolver da linguagem, a palavra se torna compreensível também para a criança (terceiro nível), possibilitando que ela a utilize nos mais variados sentidos, permeando a relação dela com as demais pessoas.

Pode-se dizer que a teoria psicológica de Vigotski (1996) encontra expressão na ideia marxista acerca da essência social do homem, em que a natureza psicológica humana só pode ser pensada a partir das relações sociais que ele mantém com os demais homens. Por natureza psicológica do homem entende-se o conjunto das relações sociais que foram transladadas para o seu interior e convertidas em funções psicológicas.

Vigotski (1996) observou que o desenvolvimento do humano supera o desenvolvimento de qualquer outro animal, uma vez que supera a transmissão de experiência hereditária biologicamente consolidada conforme ocorre com os animais. As funções psicológicas do homem se desenvolvem em um processo pelo qual a criança assimila, não a experiência individual, mas a experiência da coletividade: aquilo que ele denominou de experiência histórico-social.

Dessa maneira, a criança nasce e vive no mundo humano, o mundo dos objetos humanos e das relações humanas. Nesse universo, ela encontra-se imersa nas práticas sociais, e, portanto, o seu desenvolvimento depende precisamente do processo de assimilação desse mundo, que se opera sob a direção do adulto e nas condições de aprendizagem, conforme assevera Petroviski (1979).

A respeito disso, pontua Leontiev (1959, p. 238) que “o indivíduo, a criança, não é puramente e simplesmente lançada no mundo dos homens, é aí introduzida pelos homens que a rodeiam e a guiam neste mundo”. A criança, portanto, no processo educativo, na apropriação da cultura, é guiada por um adulto ou alguém mais experiente que ela para se humanizar, conforme veremos nos parágrafos seguintes. Nesse sentido, a assimilação e a apropriação do mundo são elementos fundamentais na constituição do indivíduo. Para Leontiev (1959), são processos que se estabelecem no decurso do desenvolvimento de relações reais do indivíduo com o mundo. Essas relações não dependem nem do indivíduo, nem da consciência, mas das condições históricas concretas, nas quais esse homem está inserido, e pela maneira como sua vida se forma nestas condições, preceito indispensável para compreender a velhice no século XXI.

O processo de assimilação da coletividade tornou-se possível, uma vez que o homem encontrou uma maneira de superar a barreira daquilo que lhe era determinado biologicamente, utilizando-se, para isso, da linguagem e registro. Nesse sentido, pontua Leontiev (1959) que a principal característica do processo de apropriação é, portanto, criar, no homem, aptidões novas, funções psíquicas, diferenciando-o dos outros animais. Assim, conforme assevera Petroviski (1979), todo o conhecimento acumulado na história do homem não ficou circunscrito a um espaço de tempo, mas pôde ser transmitido de geração a geração até os dias atuais. Assim, pode-se dizer que, na história da humanidade, não somente evoluíram os meios para realizar qualquer atividade, senão que se formou, desenvolveu e tornou-se complexa uma via especial para transmitir esses meios, para transmitir a experiência social às gerações posteriores. Essa via especial é precisamente a aprendizagem. Esta se constitui de um procedimento orientado e especialmente organizado para transmitir a experiência social. A aprendizagem desempenha pois, um papel determinante no processo de desenvolvimento psicológico do homem (Petroviski, 1979).

Para compreendermos essa evolução histórica do desenvolvimento humano, buscaremos, nos estudos de Alexis N. Leontiev (1959), os fundamentos que

constituíram essa evolução a partir do desenvolvimento do psiquismo humano. De acordo com este autor, o psiquismo humano se estrutura a partir da atividade social e histórica dos indivíduos. É a partir da relação entre os homens, e por meio da apropriação da produção cultural humana material e simbólica, produzida e acumulada objetivamente ao longo da história da humanidade que, de fato, o homem se torna homem (Leontiev, 1959). Dessa forma, ao manusear uma máquina, ao ler um livro, ou, até mesmo, ao assistir a uma peça de teatro, o homem está se apropriando das produções humanas, daquilo que foi oriundo do trabalho, atividade fundamental humana. Essa apropriação não é de algo produzido por um único homem, mas daquilo que foi produzido historicamente por todos os demais homens de gerações anteriores.

Ao se apropriar daquilo que foi produzido pela humanidade, o homem desenvolve suas capacidades e aptidões. De acordo com Leontiev (1959), o processo de constituição do psiquismo humano, pela apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade, consiste num processo mediado por outros indivíduos, e, portanto, por si só, constitui-se também numa atividade social.

Ao discutir o desenvolvimento do psiquismo humano, Leontiev (1959), apesar de destacar os aspectos sociais, não nega a relevância da carga biológica da espécie humana. Ao contrário disso, o autor enfatiza que foi preciso muitas mudanças evolutivas para que os homens primitivos pudessem se transformar verdadeiramente em sociedade humana. Essa preparação biológica começou a se produzir a partir da influência do trabalho e da linguagem dele decorrente, como necessidade coletiva. Pode-se dizer que é a partir da atividade trabalho que se ampliam as funções psicológicas superiores, aquilo que caracteriza o homem contemporâneo.

Leontiev (1959) compreende, então, que as condições históricas e o modo de vida da humanidade mudam constantemente. No entanto, as propriedades biológicas do homem contemporâneo não possuem grandes variações, posto que ele já detém as modificações biológicas necessárias ao seu desenvolvimento social. Nas palavras de Leontiev (1959, p. 281) “[...] apenas as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem”.

Esse pensamento de Leontiev (1959) vai ao encontro do que pressupunha Vygotski (1996). Para esse último autor, uma vez constituído como *homo sapiens*, ao homem abrem-se novas necessidades e novas possibilidades, as quais, por meio do trabalho e das relações sociais dele decorrentes, torna-se possível a consolidação desse

indivíduo como ser social. Em outras palavras, o homem aprende a ser homem porque se apropria das formas superiores de comportamento por meio das relações sociais.

É por meio do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, decorrentes da atividade trabalho, que o homem se emancipa da natureza. Utilizando-se de instrumentos e signos, ele amplia suas capacidades e tornar-se capaz de apropriar-se das conquistas feitas pelos seus predecessores (Vigotski, 1996).

Seguindo os estudos de Vigotski, Leontiev, Elkonin, dentre outros, a Psicologia Histórico-Cultural entende que o desenvolvimento humano pode ser compreendido seguindo a lógica de períodos, mas que essa demarcação é uma construção realizada pela sociedade com o intuito de facilitar a compreensão dos momentos da vida do homem, e, portanto, não são períodos estanques, nem tampouco rígidos, posto que variam de acordo com o momento histórico, com as condições socioeconômicas e culturais de cada indivíduo (Facci, 2004). Por esse entendimento, concluímos que as características do homem idoso, portanto, são construídas em uma sociedade determinada, com condições econômicas e culturais determinadas.

Pudemos observar que, na perspectiva defendida pela Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento do psiquismo se estrutura a partir da atividade social e histórica dos homens, e que é por meio da apropriação daquilo que foi produzido pela humanidade, acumulada ao longo da história que o homem aprende a ser homem, desenvolve suas capacidades e aptidões. E em razão desse desenvolvimento e por meio da atividade trabalho o homem amplia suas funções psicológicas superiores, e se emancipa da natureza.

No próximo tópico, discorreremos mais aprofundadamente a perspectiva vigotskiana do desenvolvimento humano, no que se refere à periodização.

3.3 A PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NA ESCOLA DE VIGOTSKI

Para discorrermos como Vigotski compreende a periodização do desenvolvimento humano, é necessário que apresentemos algumas críticas que Vigotski fez em relação às teorias da Psicologia que analisaram o problema da idade.

Vigotski (1996) realiza, no tomo IV das Obras Escogidas, algumas críticas aos pesquisadores de sua época a respeito das bases teóricas da periodização das idades do

desenvolvimento infantil, conforme vimos no início dessa sessão. Segundo esse autor, é possível dividir essas teorias em três grandes grupos.

O primeiro grupo de teorias entende que a infância não deve ser fracionada em seu curso de desenvolvimento. Dentro desse grupo de teorias, Vigotski (1996) apresenta a teoria biogenética. Nessa teoria, a ontogênese reproduz a filogênese, ou seja, nessa teoria o pressuposto é de que existe um paralelo rigoroso entre o desenvolvimento da humanidade e o desenvolvimento da criança. Assim, para essa teoria, seria mais razoável dividir a infância em períodos isolados de acordo com as etapas fundamentais da história da humanidade. A base para essa divisão seriam os períodos de desenvolvimento filogenético.

Ainda dentro desse primeiro grupo de teorias, Vigotski (1996) apresenta as teorias que periodizam a infância de acordo com as etapas da Educação, tal como estão organizadas em cada país. Segundo essa teoria, a infância poderia ser entendida a partir das fases da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O segundo grupo é composto por teorias que partem do pressuposto de que é possível criar uma periodização no desenvolvimento humano a partir de indícios de mudanças corporais, como a dentição, a maturação dos órgãos sexuais, ou ainda a partir de critérios psicológicos como, por exemplo, o que foi proposto por William Stern (1871–1938)⁹, que periodizou a infância em: idade lúdica, período de estudos e de maturação adolescente. Para Vigotski (1996), essas teorias se sustentam numa análise subjetiva, muito embora se utilizem de indícios objetivos. Além disso, essas explicações sobre o desenvolvimento humano se baseiam num critério único para delimitar as idades, ou seja, nivelam todos os comportamentos da criança por um único indício, sem considerar as particularidades dos indivíduos. Vigotski (1996) afirma que essas teorias focam em sintomas e não procuram a essência, a causa desses sintomas.

O terceiro grupo é composto por teorias que separam as particularidades essenciais do todo do desenvolvimento. Dentro desse grupo, encontramos os pensamentos de Arnold Lucius Gesell(1880 -1961)¹⁰ que divide a infância em períodos

⁹ Filósofo e psicólogo alemão. Lecionou em Breslau e Hamburgo e, em 1933, emigrou para os Estados Unidos, onde lecionou na Universidade de Duke (Durham). Promotor da filosofia personalista, é autor entre outros títulos de *Psicologia Diferencial* (1911), *Psicologia da Criança* (1914), *A criança e o adolescente de inteligência* (1916) e *Psicologia Geral* (1935). (VIGOTSKI, L. S. (1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicacionesdel M.E.C. y Visor Distribuciones, p. 118).

¹⁰ Psicólogo americano. Foi fundador e diretor da Clínica do Desenvolvimento Infantil de Yale entre os anos de 1911 e 1948. Pesquisador do desenvolvimento infantil, focou suas pesquisas no desenvolvimento da criança até os 10 anos. Foi o criador de uma escala métrica para avaliação do desenvolvimento nos

isolados, defendendo a ideia de que os primeiros meses e os primeiros anos são os mais importantes para o desenvolvimento posterior. De acordo com Vigotski (1996), o pensamento de Gesell a respeito do desenvolvimento infantil sofreu forte influência da teoria evolucionista, posto que considera que esse fenômeno ocorre de forma tranquila, sem mudanças qualitativas consideráveis. Gesell afirma que os primeiros anos de vida são os mais importantes, tendo em vista que é nessa época que ocorrem as mudanças mais visíveis como o andar, o pegar, o falar. Para esse terceiro grupo de teorias, Vigotski (1996) faz uma crítica de cunho metodológico, pois elas postulam uma visão anti-dialética e dualista do desenvolvimento humano, considerando que o indivíduo tão somente cresce e desenvolve-se da forma como já fora dada anteriormente.

Com o objetivo de propor uma teoria que supere a visão do desenvolvimento humano proposta pelos grupos por ele criticada, Vigotski (1996) busca fundamentos no materialismo histórico e dialético que, de acordo com Pasqualini (2010, p. 01)

[...] pretende captar e reproduzir no pensamento o movimento do real. Parte-se do pressuposto da primazia ontológica do real, o que significa reconhecer o real como uma existência independente de como o pensamos ou o conhecemos. O conhecimento humano é, portanto, entendido como um reflexo da realidade objetiva no pensamento. Assim, o resultado da elaboração teórica é uma reprodução ideal de um processo real, com uma aproximação de maior fidelidade possível.

Dessa forma, nessa perspectiva, não há, e não pode haver, nenhum outro critério a não ser o de novas formações (neoformações) para caracterizar os períodos concretos do desenvolvimento das idades. Essas novas formações determinam as mudanças psíquicas, orgânicas, sociais, a consciência da criança, sua relação com o meio, bem como todo o curso de desenvolvimento. Em outras palavras, podemos dizer que as novas formações podem ser entendidas como a atividade principal da criança, que guia o processo de desenvolvimento. Para se compreender uma determinada idade, faz-se necessária uma análise, em sua totalidade, da estrutura da atividade, posto que é essa mudança que promove/provoca a mudança na estrutura da personalidade.

primeiros anos de vida (Gesell Development Schedule). (VIGOTSKI, L. S. (1996). *Obras escogidas II*, Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, p. 118).

Ao se analisar o processo de mudança da estrutura da personalidade, Vigotski (1996) considera a dinâmica do desenvolvimento humano e sua passagem de uma idade a outra. Vigotski (1996) afirma que as transformações, de uma fase para outra, vão ocorrendo de maneira cumulativa, conforme o indivíduo vai se apropriando da cultura na interação com outros homens, e se tornam visíveis após um lapso relativamente longo. No entanto, quando se efetivam, surgem como uma formação qualitativamente nova, demonstrando importantes transformações na personalidade. Tal passagem acontece por meio de um período de crise, conforme veremos no decorrer deste item da dissertação.

Nas palavras de Vigotski (1996, p. 255),

Durante um tempo considerável, normalmente vários anos, não se produzem mudanças bruscas nem desvios importantes capazes de reestruturar a personalidade inteira da criança. As mudanças que são notadas na criança se originam de um longo e oculto processo ‘molecular’. Essas mudanças se externalizam e podem ser visualizadas com o fim de prolongados processos de desenvolvimento latente.

De acordo com Vigotski (1996), as idades estáveis podem ser visualizadas nos seguintes períodos: primeiro ano; primeira infância; idade pré-escolar; adolescência. Vigotski (1996) também se interessou sobremaneira no estudo dos períodos de crise que, segundo ele, são momentos de mudanças violentas e críticas do desenvolvimento humano.

Todavia, a periodização do desenvolvimento humano, proposta pela Psicologia Histórico-Cultural, vai além das classificações de faixa etária ou de características biológicas e psicológicas; vai buscar, na raiz das relações entre os homens, os meios que possibilitam esse desenvolvimento em cada momento. Essa teoria supera a ideia de marcha natural e universal comum às demais teorias do desenvolvimento humano, e enfatiza as condições históricas e concretas, bem como as múltiplas formas de apropriação de tais condições que influenciam o ciclo de vida do homem (Facci, 2004).

Para essa perspectiva, a questão da periodização deve ser tratada a partir do pressuposto de que cada estágio do desenvolvimento humano seria caracterizado por uma atividade principal ou dominante. A fim de esclarecer essa atividade dominante, Leontiev (1987, p. 68) afirma que esse fenômeno,

[...] não se trata da atividade que ocupa mais tempo na vida do indivíduo naquele período, mas daquela no interior da qual surgem e se diferenciam outros tipos de atividade, na qual os processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados e da qual dependem, de forma mais íntima, as mudanças mais importantes dos processos psíquicos e traços psicológicos do indivíduo naquele estágio.

Sobre a concepção de atividade principal ou dominante, Davidov e Shvare (1987) colocam que o conceito de atividade principal adotado por Leontiev é similar ao conceito de situação social de desenvolvimento de Vygotski (1996). A situação social de desenvolvimento refere-se à relação que se estabelece entre o indivíduo e o meio que o cerca, que é peculiar, específico em cada idade ou estágio do desenvolvimento.

Facci (2004), ao discutir sobre a periodização do desenvolvimento humano, salienta que, para cada momento de desenvolvimento, considera-se uma atividade dominante ou principal, que reflete a maneira como o homem se relacionará com a realidade naquele momento. Essa atividade principal é definida a partir da cultura e do momento histórico em que o indivíduo vive, a partir das condições concretas. Assim, ao se relacionar com o mundo, o homem modifica sua realidade, mas, ao mesmo tempo, também é modificado por ela, visto que se adapta à realidade, cria instrumentos para suprir determinadas necessidades e amplia seu conhecimento sobre si e sobre o mundo circundante. Pode-se dizer que foi o que aconteceu no caso do prolongamento da vida. Conforme vimos nas estatísticas atuais, o homem está vivendo muito mais tempo; os homens transformaram a natureza e, com isso, transformaram-se, criaram condições para viver mais tempo.

Segundo Petrovski (1979), ao passar de um período evolutivo para outro, surgem novas formações que não existiam nos períodos anteriores; assim, o organismo se reorganiza e modifica o próprio curso do desenvolvimento. Dessa forma, as características de cada idade estão determinadas por um conjunto de condições, relacionadas a essas novas formações, numa relação dialética com as exigências do meio externo, as quais vão se modificando conforme o indivíduo avança em sua idade. É o que ocorre no caso da velhice, cujas exigências do meio foram se modificando conforme o homem foi transformando a natureza.

Facci (2004) afirma que, assim como as demais teorias do desenvolvimento, a compreensão da Psicologia Histórico-Cultural sobre o ciclo de vida humana é vista a

partir de estágios que seguem uma sequência no tempo. No entanto, esta sequência não é posta de forma rígida e imutável, pois o condicionante para os estágios de desenvolvimento são as condições concretas em que ele ocorre.

As condições concretas da vida do homem relacionam-se diretamente aos processos históricos, sociais e culturais no qual ele está inserido. Dessa forma, determinados aspectos desse momento histórico influenciaram diretamente o desenvolvimento do homem contemporâneo. Talvez no desenvolvimento das novas gerações esses mesmos aspectos não sejam tão relevantes, posto que elas se encontrarão sob outros determinantes (Facci, 2004). Dessa maneira então, processa-se o desenvolvimento humano em que um período é levado a outro a partir do surgimento de novas atividades que vão se tornando dominantes. Para Vigotski (1996, p.338), compreender o desenvolvimento humano “[...] significa encontrar a mudança na personalidade da criança em sua totalidade, dentro da qual todos os seus elementos ficam estabelecidos, uns em qualidade de premissas outros como momentos determinados”, ou seja, o desenvolvimento humano se processa em ritmos próprios, mas de maneira progressiva e contínua.

Elkonin (1987) explica que existe uma força motriz que é responsável pela transição de um período e outro. Essa força motriz determina a relação de um nível de desenvolvimento com os demais. É possível analisar essa força motriz quando se observa, na primeira infância, que o vínculo da criança com a realidade é mediatizado por sua relação com o adulto. Em função dessa mediatização, a criança vai dominando determinados hábitos e, aos poucos, vão se enriquecendo os meios de comunicação, e se desenvolve a linguagem. E tudo isso aumenta a possibilidade de ampliação de ações independentes da criança e, conseqüentemente, modificam sua relação com todos que a cercam. Assim, ao tornar-se mais autônoma, a criança modifica também a condição anterior, visto que, agora, ela também conhece a realidade por meio de suas próprias atividades. Dessa maneira, para cada período, uma nova força motriz impulsiona o desenvolvimento humano e uma nova atividade dominante se estabelece (Elkonin, 1987).

Pensando a respeito da função das atividades dominantes dentro do processo de desenvolvimento humano, Elkonin (1987) afirma que elas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo de atividades que se relacionam ao sistema criança-adulto social, que se orientam a partir da atividade humana e da assimilação de normas das

relações entre as pessoas; e o segundo grupo que abarca as atividades que se relacionam ao sistema criança-objeto social, no qual ocorre a assimilação de procedimentos de ação com os objetos.

Segundo o autor citado, é importante entender que, apesar de uma atividade específica ser considerada principal ou dominante em determinado período no próximo período, ela não deixa de existir, mas, aos poucos, vai dando lugar a outras atividades, vai perdendo sua força. De acordo com Leontiev (1998), a criança só supera uma etapa de desenvolvimento quando percebe que o lugar que ocupava no mundo das relações humanas não corresponde mais às suas potencialidades; assim, ela toma consciência das relações sociais estabelecidas, o que gera uma mudança na motivação de sua atividade: novos motivos surgem e uma nova atividade principal ou dominante se estabelece.

Elkonin (1987) esclarece que, ao se estabelecer uma nova atividade principal ou dominante, o processo de desenvolvimento se reorganiza em função das novas necessidades apresentadas pelo indivíduo, e num processo dialético entre aquilo que era e o que passa a ser, em termos de capacidades, habilidades se processa conjuntamente, sendo que uma atividade principal ou dominante vai, aos poucos, deixando seu posto para que a nova atividade vá se estabelecendo.

Cada passagem de um período a outro, cada estabelecimento de uma nova atividade principal, dentro da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural é compreendida como uma crise. E é exatamente essa crise que delimita um período e outro, assinalando o fim de uma etapa de desenvolvimento e o começo da seguinte (Elkonin, 1987).

De certa forma, levantamos a possibilidade de a ruptura com o mundo formal do trabalho constituir-se na crise entre a fase da vida adulta e a velhice. Nesse sentido, a aposentadoria ou saída do mercado de trabalho poderia ser compreendida como o momento em que o homem rompe com os laços formais da atividade trabalho remunerada, sendo obrigado a se retirar oficialmente do mercado de trabalho. Evidentemente que essa ruptura não se dá totalmente, posto que os idosos, mesmo aposentados continuam, exercendo alguma atividade laboral. No entanto, ele mantém outra relação com o trabalho.

Levantou-se essa possibilidade de a aposentadoria ser compreendida como momento de crise na medida em que os idosos entrevistados relataram como se deu esse

fato em suas vidas. A respeito do advento da aposentadoria, E10 relatou que *“Foi bom e foi ruim se aposentar. Eu tenho mais tempo livre agora, mas ganho menos e acabo indo trabalhar do mesmo jeito porque a aposentadoria não é suficiente”*. De acordo com E1, esse momento não foi percebido de maneira agradável; segundo ele, *“Eu não gostei de me aposentar porque minha qualidade de vida caiu bastante e eu tenho que fazer um trabalho ou outro pra complementar a renda, mas agora tenho mais tempo para minha família”*. Esse sentimento negativo foi acompanhado de certa desorganização na vida do entrevistado E7, que reportou que *“No comecinho é bom estar aposentado porque você tem a vida mais livre, mas depois é ruim. Eu já não tinha motivo pra acordar cedo, mesmo acordando. Antes eu tinha que acordar cedo pra ir trabalhar, bater o ponto. Agora não. Agora todo dia é domingo, e eu não tenho obrigação com nada e isso me deixa um pouco perdido”*.

Por meio dos discursos apresentados pelos entrevistados podemos notar que, a partir do advento da aposentadoria, uma série de mudanças começam a ocorrer na vida do idoso, pela falta da função organizativa que o trabalho exercia na vida dele durante a vida adulta. Também se observa que o idoso não deixa de manter alguma relação com o trabalho, o que, de certa forma, já havia sido pontuado pelo pensamento de Vigotski (1996) ao assinalar que, no movimento de transição de uma fase a outra, a atividade principal não deixa de existir, ou seja, o trabalho, que se constitui na vida adulta como atividade principal, não deixou de fazer parte da vida do idoso; o que parece ocorrer é apenas uma mudança na relação que o idoso mantém com essa atividade.

De acordo com o Vigotski (1996), os períodos de crise não foram sistematizados nem incluídos na periodização geral do desenvolvimento humano, posto que muitos pesquisadores de sua época consideravam esses momentos como enfermidades do desenvolvimento ou como desvios da norma. Em oposição a esses pesquisadores, Vigotski via, nos períodos de crises, a possibilidade de mudanças significativas na personalidade da criança. A respeito disso, Vigotski (1996, p.256) comenta que,

Em um curto espaço de tempo as crianças mudam por inteiro, se modificam os recursos básicos de sua personalidade. Desenvolve-se de forma brusca, impetuosa, e adquire, em algumas ocasiões, caráter de catástrofe, um revolucionário de eventos tanto para o ritmo das mudanças quanto para o

significado delas. São pontos de mudanças no desenvolvimento da criança que, às vezes, se mostram como uma crise aguda.

A respeito dessas crises, Vigotski (1996) observou pelo menos três peculiaridades. A primeira delas refere-se à indefinição dos limites entre o início e o fim das crises, ou seja, elas se manifestam sem um período determinado. Geralmente, inicia de forma imperceptível, dificultando a possibilidade de determinar seu início, o mesmo ocorrendo com seu término. Ainda sobre o momento de crise, Vigotski (1996) observou que existe um ápice nesse processo, um momento em que as manifestações da crise se mostram mais intensas.

A segunda peculiaridade das crises refere-se à dificuldade de convivência com as crianças que estão passando por esse momento. Pelas mudanças no comportamento, essa fase é identificada, por aqueles que se relacionam com a criança, como um momento de muitos conflitos. Frequentemente, as crianças perdem o interesse pelos estudos, o que reflete no desempenho escolar. É importante frisar que a intensidade de tais particularidades não é a mesma em todas as crianças, tampouco elas vão apresentar os mesmos comportamentos. Em algumas crianças, é possível acontecer uma queda de desempenho, em outras pode haver manifestações de agressividade. A crise ocorre movida por mudanças internas próprias do desenvolvimento da criança, frente às exigências da realidade externa. No entanto, as diferentes condições externas são determinantes na forma como se darão as manifestações nas diferentes crianças (Vigotski, 1996).

A terceira peculiaridade das crises relaciona-se ao negativismo do desenvolvimento, ou seja, algumas características desse momento podem ser confundidas com comportamentos inadequados, tanto que muitos pesquisadores acreditam que esse momento é muito mais destrutivo do que construtivo. Vigotski (1996) afirma que as crianças, durante a crise, podem se mostrar desobedientes, caprichosas, contestadoras, e os conflitos com os pais, professores e com outras crianças são comuns.

Outros estudiosos do desenvolvimento humano, contemporâneos a Vigotski (1996), acreditavam que, nesses momentos de crise, o aspecto de criação tão marcante no desenvolvimento sofre uma interrupção, entrando em evidência um processo de desestabilização e desintegração das formações da idade anterior.

De certa forma, as peculiaridades pontuadas por Vigotski (1996) parecem também ser confirmadas na crise da velhice. Os relatos dos idosos evidenciam ser o momento da aposentadoria, um momento de muitas mudanças na vida, sobretudo de ordem prática, tais como: - maior tempo livre que, num primeiro momento, é sentido como algo positivo, mas que, ao longo da vida do idoso, vai se transformando em momentos de angústia, tal como pontuou o entrevistado E3: *“Não me senti bem não. Fiquei meio perdida, com bastante tempo livre, mas sem ter o que fazer. Isso dá uma sensação de vazio”*; - mudança nas relações sociais, tal como pontuou o entrevistado E2: *“Ao me aposentar o que mais senti falta foi dos meus amigos do trabalho. Hoje vejo um ou outro, e já não tenho tantos amigos como eu tinha antigamente”*; - mudanças na vida financeira, conforme pontuou o entrevistado E5: *“eu preciso continuar trabalhando porque não ganho suficiente com a aposentadoria”*; - aparecimento de alguns conflitos intrafamiliares em razão da maior participação na vida cotidiana da família, tal como sinalizou o entrevistado E8: *“Desde a aposentadoria estou mais em casa, e isso é bom e não é. Hoje eu sei mais o que acontece em casa. Antes, a minha esposa não contava tudo que acontecia e eu só ficava sabendo de uma coisa ou outra (...) Eu fico bem bravo com meu neto que não quer saber de nada, nem trabalhar nem estudar, só fica no computador o dia todo”*.

Vigotski (1996) afirma que os postulados referentes às crises de cada período de desenvolvimento foram estudados de forma empírica, a partir de observações de crianças, sem que se fizesse um estudo teórico aprofundado sobre essa temática. Em função disso, ideias de que os momentos de crises são manifestações frente às mudanças externas e não internas foram sendo reafirmadas. Seguindo esse pensamento, ele apresenta os momentos de crise: a crise pós-natal; a crise do primeiro ano; a crise dos três anos; a crise dos sete anos e a crise da adolescência. Ele também coloca que, em função da análise empírica feita por diversos pesquisadores, somente os aspectos negativos foram valorizados, e quase nunca os aspectos positivos foram considerados para o avanço no desenvolvimento da criança.

Ao propor uma análise dialética sobre os momentos de crise do desenvolvimento humano, Vigotski (1996) buscou entender esse fenômeno em sua totalidade, posto que, para esse autor, o desenvolvimento do homem não ocorre de forma evolutiva linear, mas por um movimento dialético, em que períodos de crise se intercalam com períodos estáveis, sendo os primeiros como pontos críticos de mudança desse desenvolvimento. Para Vigotski (1996, p. 259), “[...] o desenvolvimento não

interrompe jamais sua obra criadora e até nos momentos de crise se produzem processos construtivos”. É preciso considerar que comportamentos, às vezes, julgados inadequados pelo adulto, como birras e choros, no momento de crise, são manifestações que produzirão transformações na personalidade da criança.

Vigotski (1996) ao se voltar aos aspectos positivos de cada crise salienta que, em todos os momentos de crise, o aspecto construtivo se mostra. Assim, na crise pós-natal, que separa o período embrionário do primeiro ano, o aspecto positivo que se mostra é possibilidade de formação do novo, de uma nova vida; para a crise do primeiro ano, que delimita o primeiro ano de vida, vislumbra-se a aquisição da linguagem e do caminhar; na crise dos três anos, caracterizada pela forte obstinação da criança, o que se mostra como potencialidade são os traços da personalidade que vão se firmando; a crise dos setes anos marcada pelo início da escolarização até o início da puberdade, traz como fator positivo, a autonomia da criança e a mudança de atitude dela para com as demais crianças; e, por fim, a crise dos treze anos, marcada pela maturação sexual e pelos comportamentos de rebeldia, pode ser considerada como possibilidade, ao adolescente, de dar um passo em direção a uma nova e superior forma de atividade.

Vale ressaltar, novamente que, para Vigotski (1996), não se podem compreender as crises do desenvolvimento humano a partir da relação com a idade temporal, posto que o desenvolvimento humano é marcado pelo diálogo entre o desenvolvimento biológico e o sociocultural. Sobre isso Leontiev (1959, p. 296) pontua que,

Na realidade, estas crises não acompanham inevitavelmente o desenvolvimento do psíquico. O que é inevitável não são as crises, mas as rupturas, os saltos qualitativos no desenvolvimento. A crise, pelo contrário, é o sinal de uma ruptura, de um salto que não foi efetuado no devido tempo. Pode perfeitamente não haver crise se o desenvolvimento psíquico da criança não se efetuar espontaneamente, mas como um processo racionalmente conduzido, de educação dirigida.

De certa forma, pôde-se evidenciar o pensamento de Vigotski (1996) naquilo que foi expresso pelas falas dos entrevistados, sobretudo porque, ao nos referimos à velhice construída a partir das condições materiais atuais e isso nos remete ao papel desempenhado por esses indivíduos dentro da sociedade capitalista. Assim, ao falarmos da velhice, hoje, temos que entender que ela se constitui em algumas condições

concretas pertinentes ao sistema capitalista, como a condição de ser aposentado e não somente a partir das mudanças biológicas que ocorrem no homem. Em outras palavras, temos que entender que, ao discutir a velhice, precisamos considerar que a condição de aposentado refere-se ao fato concreto de que esse indivíduo recebe certa quantia de dinheiro para manter-se fora do mercado de trabalho. Esse dispositivo parece existir dentro do modo de produção capitalista para atender pelo menos uma grande necessidade que é retirar o idoso do mundo do trabalho formal e abrir espaço para que novos trabalhadores, com maior força de produção, entrem no mercado de trabalho.

Assim, as crises são momentos favoráveis ao desenvolvimento humano, e não estão delimitadas por faixas etárias, mas por picos culminantes, momentos em que os comportamentos próprios de cada crise se mostram mais acentuados. E, nesse sentido, a definição de cada estágio vai ser determinada pelas condições históricas e concretas nas quais o desenvolvimento da criança ocorre.

Apropriando-se dos pensamentos de Vigotski (1996) e de Leontiev (1959), Elkonin (1987) vai aprofundar o estudo da periodização do desenvolvimento, sobretudo no que se refere à determinação das atividades dominantes. Para Elkonin (1987), existem seis grandes grupos de atividades principais ou dominantes de desenvolvimento na vida do homem, sendo eles: comunicação emocional do bebê; atividade objetiva manipulatória; jogo de papéis; atividade de estudo; comunicação íntima pessoal e atividade profissional/estudo.

Desde as primeiras semanas de vida, a *comunicação emocional* direta dos bebês com os adultos torna-se a primeira grande atividade dominante. Essa primeira atividade dominante é a base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. Em cada nova vivência, o bebê vai assimilando sua relação com o mundo e, para isso, utiliza-se de vários recursos como o choro e o sorriso: o primeiro para expressar as sensações que está tendo e o segundo para buscar, de alguma forma, certa comunicação social (Elkonin, 1987; Tolstij, 1989).

É na relação com outras pessoas que a criança vai assimilando as características de sua cultura e se comportando conforme aquilo que lhe é esperado em função das condições sociais e da influência educativa das pessoas circundantes. Essas experiências, de acordo com Zaporózhets (1987, p. 115), “[...] são enriquecedoras e transformadoras no processo evolutivo da criança, tornando-se a base indispensável para o surgimento de sentimentos sociais mais complexos”.

É na relação com o mundo e com o outro que surge a socialização da criança. Essa primeira socialização tem pelos menos duas características peculiares que tornam esse período de desenvolvimento único, conforme anuncia Vigotski (1996).

A primeira característica dessa socialização é a dependência do bebê de outro ser humano. Diferentemente de outros animais, existe, no homem, uma incapacidade biológica de atender suas necessidades básicas de sobrevivência por si só. Necessariamente, o bebê, ao nascer, necessita que outro ser humano cuide dele. Assim, segundo Vigotski (1996) a relação social do bebê com o mundo é mediada pelo adulto.

A segunda característica marcada no período de socialização do bebê é que, embora ele necessite de um cuidador, ainda não consegue verbalizar suas necessidades. Em função da primeira característica, ou seja, de dependência de um cuidador, a vida do bebê o obriga a manter uma comunicação máxima com os adultos, mas sem o uso da palavra. Vygotski e Luria (1996) evidenciam que essas duas características tornam-se peculiares uma vez, que ao mesmo tempo em que o bebê se socializa, ele possui as condições mínimas de comunicação para realizar isso.

Com a aquisição da linguagem, ainda na infância, a criança passa a ter como atividade principal uma *relação objetal-instrumental*, ou seja, passa a assimilar os procedimentos elaborados socialmente de ação com os objetos. Essa assimilação só é possível porque o adulto mostra para a criança como ela deve proceder. A linguagem possibilita a criança manter contato com os adultos e a aprender a manipular os objetos criados pelos homens, isso amplia, gradativamente, suas funções psicológica, o que vai possibilitar ainda acesso ao mundo exclusivamente humano que é o mundo simbólico, conforme destaca Vigotski (1996).

É por meio das funções simbólicas presentes na linguagem que, aos poucos, a criança vai formando a consciência e a diferenciação do “eu” infantil. É, também, em função da aquisição da linguagem, que a criança amplia sua capacidade de pensar. Na teoria do desenvolvimento proposta pela Psicologia Histórico-Cultural, a linguagem tem uma função importante, uma vez que, por meio dela, as práticas sócias podem ser difundidas por todos os seres humanos, ao mesmo tempo em que permite que seja apropriada por cada um de maneira particular (Vigotski, 1996).

Apesar de importante, Elkonin (1987) afirma que a linguagem não se constitui como atividade dominante da criança, muito embora ela amplie as possibilidades de

comunicação com os adultos. A função da linguagem, nesse momento da vida do homem, tem por função auxiliar a criança na assimilação dos procedimentos socialmente elaborados.

No período pré-escolar, outra atividade passa a ser dominante: *o jogo ou brincadeira*. É a partir dessa atividade que a criança toma posse, de fato, do mundo concreto dos objetos humanos. Ao brincar, a criança reproduz a vida adulta, utilizando esses objetos e, dessa forma, toma consciência deles e das ações humanas realizadas por eles. Assim, na atividade lúdica, ela pode realizar qualquer ação que um adulto realiza, mesmo aquelas que, na realidade, ela ainda não possui condições de fazer, como por exemplo, dirigir um carro ou pilotar um avião. Ao brincar dessa maneira, a criança está reproduzindo um papel adulto, partindo de sua condição de criança. Esse jogo de papéis prepara a criança para uma nova etapa, conforme propõe Elkonin (1987).

Ainda nesse período, as necessidades das crianças são supridas pelos adultos, e as crianças percebem essa dependência. De certa forma, a criança percebe as relações sociais de duas maneiras: uma a partir das relações que ela mantém com seus pais e com as pessoas com as quais convive proximamente; e outra maneira, a partir das demais relações que ela mantém com a sociedade. Nesse sentido, a entrada na escola é um momento radical na vida da criança, uma vez que, nesse ambiente, ela será exposta a uma socialização muito maior do que habitualmente tinha no interior do contexto familiar; e também, por ser um momento em que ela pode considerar que realmente está realizando atividades importantes, conforme esclarece Vigotski (1996).

A entrada da criança na escola condiciona, então, uma nova atividade dominante – *o estudo*. Essa atividade dominante possibilita várias mudanças na vida da criança; e seu mundo se organiza a partir dos compromissos que a vida escolar impõe. É nesse momento, também, que a criança tem a possibilidade de assimilar e se apropriar dos conteúdos sistematizados e construídos historicamente pela humanidade, conforme sugere Vigotski (1996).

Com a chegada da adolescência, uma nova atividade dominante evidencia-se: a *comunicação íntima pessoal*. As alterações corporais e a aquisição de certo conhecimento possibilita, ao adolescente, assumir uma nova postura perante o adulto, bastante diferente da que ele tinha quando era criança. Também é na adolescência que o indivíduo tornar-se crítico frente às exigências impostas, à imagem de si e dos demais (Elkonin, 1987).

De acordo com Petroviski (1979), o primeiro fator de desenvolvimento da personalidade do adolescente é a atividade social intensa. Por meio da relação com os amigos, o adolescente vislumbra a possibilidade de manter alguma atividade pessoal mais íntima fora do ambiente familiar e, de certa forma, também, reproduzir as relações existentes no mundo adulto. Em cada grupo, normas morais e éticas são estabelecidas para mediatizar a interação entre os adolescentes.

O autor citado entende que o desenvolvimento do adolescente depende de muitas condições e, por isso, pode se dar de maneira desigual, coexistindo aspectos da infância, do período de desenvolvimento anterior, e aspectos da vida adulta, período de desenvolvimento que ainda virá a acontecer.

As alterações físicas e anatômicas repercutem sobre os aspectos psicológicos. De acordo com Petroviski (1979, p. 125),

A maturação sexual e as mudanças no desenvolvimento físico do adolescente têm muita importância no surgimento de novas formações psicológicas. Em primeiro lugar, estas modificações, muito perceptíveis pelo próprio adolescente, o fazem sentir mais adultos e são a origem da sensação da própria maturidade (baseada na ideia de sua semelhança corporal com os adultos). Em segundo lugar, a maturação sexual estimula o desenvolvimento do interesse pelo sexo oposto e a aparição de novas sensações, sentimentos e vivências.

Em função da maturação sexual e mudanças no desenvolvimento físico, muitas vezes, esse período de desenvolvimento humano é tido como sinônimo de puberdade. No entanto, a adolescência está intrinsecamente inserida na vida material e social, o que ocorre com menor relevância no caso da puberdade, que está diretamente ligada ao desenvolvimento biológico, conforme assevera Mascagna (2009).

Para Petroviski (1979), Vigotski traz outra compreensão para o período da adolescência, uma vez que destaca a formação da consciência do adolescente e por clarear a situação social em cada período do desenvolvimento humano, defendendo a ideia de que, em cada momento, um novo sistema de relações é constituído entre o indivíduo e o meio. Assim, a manifestação da adolescência não está determinada exclusivamente pelas alterações biológicas, mas por circunstâncias sociais concretas da

vida, do desenvolvimento físico do próprio adolescente e por sua situação social no mundo dos adultos.

Em função dessas múltiplas circunstâncias, observa-se que a escola e o estudo ocupam, na vida do adolescente, um lugar importante. No entanto, não é a mesma importância atribuída pelas crianças. Apesar de o adolescente ter a consciência da relevância e necessidade de se estudar, a importância dessa atividade reside na possibilidade de ele ampliar suas relações pessoais. De acordo com Petroviski (1979, p. 161), “[...] para um adolescente a aula não são apenas 45 minutos, é também uma situação de comunicação com seus colegas e professor, cheia de múltiplos significados, valores e vivências”.

Vigotski (1996) e Tolstij (1989) salientam que é na adolescência que se desenvolvem os verdadeiros conceitos e ocorre o desenvolvimento máximo das potencialidades dos jovens. Tolstij afirma que, na adolescência, o jovem irá iniciar suas primeiras experiências sexuais com o sexo oposto. Muitas vezes, experiência de maneira bastante imatura, aquilo que ele só conseguirá vivenciar com plenitude na vida adulta.

Vigotski (1996) salienta que, na adolescência, o jovem tem condições de ter uma consciência social; assim, a cultura, a ciência e a arte podem ser corretamente assimiladas, já que no adolescente existe a superação gradual do pensamento concreto pelo abstrato que iniciou em função da escolarização. O autor russo afirma que duas características são marcantes nesta fase: o desenvolvimento máximo das funções psicológicas superiores e a formação dos verdadeiros conceitos.

Para Petroviski (1979), com a socialização e a comunicação, o adolescente estabelece opinião sobre o mundo circundante, sobre as relações entre as pessoas e sobre o futuro. É, a partir desse comportamento, que se processam, em grupo, por meio da linguagem, novas tarefas e motivos voltados ao futuro. Estabelece-se, então, a atividade dominante, a atividade profissional de estudo, momento em que o adolescente buscará, por meio do estudo, orientar-se a fim de realizar sua escolha profissional.

Considerando essas características próprias do jovem, e entendendo a realidade do Brasil e as diversas dificuldades de sobrevivência da população, Pochmann (2000a), sociólogo brasileiro, pontua que muitos adolescentes já começam a trabalhar desde essa fase do desenvolvimento.

A respeito dessa entrada do jovem no mercado de trabalho, Pochmann (2000a, p. 09) salienta que “[...] o primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho”. Segundo esse mesmo autor, os adolescentes, filhos das classes populares se veem necessitados de procurar um emprego e contribuir financeiramente no sustento da família.

Pochmann (2000a) afirma que é frequente o ingresso de jovens no mercado de trabalho com idade inferior aos 15 anos de idade. Em razão desse fenômeno, duas situações são possíveis de serem observadas. Parte dos adolescentes acaba por largar os estudos e não conseguem concluir os cursos educacionais, posta a necessidade objetiva de conseguir dinheiro para contribuir com o sustento da família. Ao abandonar os estudos, isso reflete sobre o preparo do jovem para competir no mercado de trabalho. Em outros casos, os adolescentes se submetem à jornada de trabalho e estudo, o que pode influenciar diretamente no desenvolvimento humano.

O mercado de trabalho mostra-se desfavorável ao jovem. Pochmann (2000a, p. 31) coloca que “[...] diante da constante presença de um excedente de mão de obra no mercado de trabalho, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas”. O autor pontua que, a fim de regularizar a situação de trabalho dos adolescentes, o governo brasileiro criou uma legislação específica que regulamenta a condição de estágios e o programa nacional para menores aprendizes. No entanto, ainda só é possível conseguir um trabalho regulamentado a partir dos 18 anos de idade.

O adolescente só passará à nova etapa do desenvolvimento, ou seja, tornar-se um adulto quando estiver inserido no mundo do trabalho. Nesse período da vida, o *trabalho* tornar-se a nova atividade principal ou dominante. De acordo com Petroviski (1979), o adulto quando inserido no mundo do trabalho, ocupa um novo lugar na sociedade, e suas relações interpessoais se processam de maneira diferente daquela da criança e do adolescente.

O adulto tem mais experiências, mais conhecimentos acumulados, já possui habilidades cognitivas que permitem que ele reflita de forma coerente sobre si e sobre o mundo, e entra em crise por isso, ou seja, pela consciência. Geralmente, nesse período, os homens já se encontram inseridos socialmente, utilizam-se de variadas formas de linguagem a partir da qual pode estabelecer diálogos com diferentes instrumentos, signos e modos de pensar (Petroviski, 1979).

Para a maior parte da população, nessa fase da vida, o trabalho passa a ocupar um lugar central na vida do homem: ora por ser o trabalho a atividade que toma a maior parte de seu tempo, ora por ser um organizador da vida como um todo, ou seja, por ser em função dessa atividade que o homem pauta sua rotina, estabelece seus planos, metas e aspirações, constrói laços afetivos, exerce sua criatividade, garante sua independência e sobrevivência. Pela importância dessa atividade na vida do homem, ele passou grande parte do tempo de seu desenvolvimento se preparando, com o intuito de conseguir meios mais eficientes para preservar essa atividade, conforme anuncia Pochman (2000b). A atividade trabalho, amplamente estudada pela literatura científica, tem sido evidenciada como a principal atividade do homem adulto (Tolstij,1989).

De acordo com Lukács (1979), na vida do homem adulto, o trabalho é um importante elemento na condição de existência do homem. De acordo com as palavras de Lukács (1979, p.16), o trabalho tem a função de “[...] mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida do homem”. Podemos observar essa importância dado o enfoque à ocupação profissional do sujeito quando ele é apresentado a alguém. De certa forma, o trabalho colabora para a construção do ser social, uma vez que é através dele que o homem produz e se reproduz.

Ainda para esse autor, ao se construir uma identidade pessoal relacionada ao trabalho, o homem adulto delinea a forma como se reconhece e o modo como é reconhecido pelo outro. Assim, a vida profissional para o homem adulto vem imbuída de valores subjetivos e socialmente compartilhados. Ao mesmo tempo em que o trabalho contribui para a formação do ser social, o social contribui para a formação do ser profissional.

É na fase adulta que o homem atinge o ápice de seu desenvolvimento físico, psicológico e social. De acordo com Tolstij (1989), o adulto ocupa, ainda hoje, assim como em outros momentos da história, o lugar central da estrutura social e evolutiva da sociedade. Nas palavras desse autor “[...] constitui a principal correia de transmissão do mecanismo estatal, social e econômico” (Tolstij, 1989, p.191).

Essa fase também é marcada pela formação de uma nova célula social; a família. Nesse período da vida do homem, já com uma vida profissional estabelecida ou prestes a se estabelecer, o homem, por uma necessidade social, busca outra pessoa para estabelecer um vínculo mais forte e duradouro, a fim de constituir uma união estável denominada socialmente de casamento, afirma Tolstij (1989).

Pudemos observar que esses elementos assinalados por Tolstij (1989) foram relatados pelos entrevistados quando eles foram indagados acerca das características da vida adulta. Pôde-se notar que o período que se remete à vida adulta foi tido como o momento de maior produtividade, com sentimentos prevalentes de maior utilidade para a família e para a sociedade, conforme pontuou E9: *“quando eu era adulta era ativa, tinha dois empregos e ainda cuidava da casa, do marido e dos meus filhos, me sentia bem e feliz”*. Para E8 o adulto caracteriza-se pela sua função social. Segundo ele *“o adulto tem que trabalhar para sustentar a família, para conseguir dinheiro para comprar casa e para ter como alimentar todo mundo (...) o adulto deve trabalhar para sustentar a si mesmo e a família, e também, é claro, contribuir para uma sociedade melhor”*. De acordo com o entrevistado E2 e E3, o período da vida adulta é o momento de maior desenvolvimento. Segundo E2 *“na vida adulta, estamos no topo da escada. A gente trabalha bastante, constitui família e vive melhor, depois, com a velhice, essas coisas são diferentes”*. Já para E3, *“quando eu era adulto eu trabalhava, tinha bastante força para isso, era forte”*.

De certa forma, os entrevistados parecem estimar o período da vida adulta, sobretudo porque supervalorizam as condições de vida do adulto, tais como a construção e manutenção da família e do trabalho.

Após a vida adulta, um novo período da vida começa a se delinear. Esse é um período da vida ainda pouco estudado, tomando como referência a Psicologia Histórico-Cultural. Na literatura que consultamos, não encontramos, nas obras de Vigotski, temas relacionados à velhice. Tolstij (1989), que desenvolve pesquisas nesta perspectiva teórica, tece apenas algumas ideias sobre essa fase de desenvolvimento e coloca que a velhice é uma idade contraditória, uma vez que é o momento em que as últimas perguntas sobre a existência são realizadas.

O autor também afirma que o número de idosos no mundo vem aumentando de maneira acelerada, tendo em vista as condições de vida do homem na atualidade. No entanto, os idosos não têm acompanhado essas mudanças e sentem muita dificuldade de se inserirem nesse novo contexto. Esse prolongar dos anos do homem é uma maneira de o homem expressar o desejo de prolongar a vida humana na Terra. De acordo com Tolstij (1989), a duração média de vida do homem, no século do bronze, não superava os 20 anos; e durante toda a idade média não mais que 35 anos; somente a partir do

século XIX, foi que o homem, a partir das mudanças de suas condições sociais, veio progressivamente vivendo mais.

Além da diminuição da força física, a velhice tem sido caracterizada pelas mudanças na própria perspectiva de vida, inclusive, de acordo com Tolstij (1989), com uma diminuição do interesse pelo mundo exterior e pelo novo. Também de acordo com esse autor, a velhice tem sido marcada pela predominância de diferentes temores em relação à solidão, ao empobrecimento e, principalmente, à morte. As mudanças físicas interagem com a diminuição do potencial das funções psicológicas superiores e criam uma fisionomia do idoso que os faz muito parecidos entre si, afirma Tolstij (1989).

O que Tolstij (1989) sinaliza em relação à velhice parece também ter sido reportado pelos idosos entrevistados, principalmente no que se refere à predominância de diferentes temores tanto em relação à morte quanto em relação ao empobrecimento. Observamos isso na fala do entrevistado E4 que ressaltou que *“Hoje o que mais temo é não poder estar vivo para poder continuar cuidando da minha família. Eu já tenho 73 anos e não ando bem de saúde”*. O entrevistado E6 parece ter o mesmo temor, quando disse que *“(...) o pior da velhice é saber que não se tem tanto tempo de vida assim, que a jornada pode já estar no fim”*. O entrevistado E8 relatou que seu maior temor refere-se à dependência; segundo ele, *“Eu tenho um medo da dependência. Hoje eu dependo muito mais dos outros do que quando era adulto. Depois do acidente, eu não dirijo mais, daí já viu ne? Meu filho tem que me levar para todos os lugares, no médico, aqui no grupo, em todos os lugares. (...) Eu moro com meu filho e a família dele. Depois da morte da minha esposa, eu preferi ficar com eles para não ficar sozinho”*.

Na atualidade, de acordo com Kunzler (2009), a imagem da velhice está diretamente associada à aposentadoria, ou seja, a saída do homem do mercado de trabalho em função de sua idade. Enquanto fenômeno social, a aposentadoria modifica consideravelmente a vida do homem, uma vez que modifica as relações que o homem estabelece com os demais. Sobretudo porque o homem perde a identidade profissional, que foi construída desde o início da vida adulta (Kunzler, 2009).

A perda da identidade profissional em razão da aposentadoria pôde ser evidenciada nas falas dos entrevistados E2, E6 e E10. De acordo com E2, antes de se aposentar, a sua profissão e a empresa em que ele trabalhava faziam parte de sua própria identidade. Segundo ele, *“Antes de eu me aposentar eu era conhecido com P., contador da empresa Y”*. Essa mesma característica foi pontuada por E6, que salienta que *“Agora*

que eu não trabalho mais lá na empresa X, parece que eu não sou mais tão importante. Achei super estranho o dia que fui lá ver um papel que a moça do INSS pediu pra rever minha aposentadoria e eu vi um cara trabalhando no meu lugar”. O entrevistado E10, a respeito disso, comentou que “quando eu era professor do estado, todo mundo me reconhecia como alguém importante para a sociedade, agora como dizem por ai, eu sou só um velho”.

Marcada pela saída do mercado de trabalho, a velhice traz consigo os valores atribuídos pelo meio social, principalmente, a ideia de uma vida economicamente improdutiva. Somados aos valores sociais, existem os valores intrínsecos ao próprio homem que se relacionam diretamente com a sua história de vida, com suas relações com a sociedade, com seu modo de enfrentar perdas e de adaptar-se às novas situações (Kunzler, 2009).

O trabalho, de certa forma, sempre esteve presente na vida dos entrevistados, posto que os mesmos, em razão das condições de vida de suas respectivas famílias, tiveram de adentrar ao mercado de trabalho muito cedo. Destaca-se a fala do entrevistado E4: *“Eu comecei a trabalhar com 13 anos em uma mercearia, mas antes disso eu já ajudava na roça”,* e a fala do entrevistado E3: *“Eu sempre trabalhei, desde que me conheço por gente. Eu me lembro de bem pequeno ir com a minha mãe e meus irmãos pra lavoura ajudar na colheita de maçã”.*

Um aspecto também relacionado à aposentadoria consiste no fato de ela também poder influenciar o desempenho cognitivo do homem idoso, já que, em muitos casos, ele vai passar por um empobrecimento de suas redes sociais e de atividades diárias. As redes sociais e as atividades diárias são elementos importantes para a postergação do declínio cognitivo, visto que, quanto maior for o engajamento social, maior estimulação intelectual e de atividades físicas, menores são os riscos de o homem ser acometido por qualquer doença (Kunzler, 2009).

O empobrecimento das redes sociais também pôde ser evidenciado naquilo que os entrevistados disseram, sobretudo na fala do entrevistado E2, que comentou que *“Na empresa sempre jogávamos futebol no sábado a tarde. A gente se unia, o pessoal, e fazia um churrasco, tomava cerveja e passava a tarde jogando futebol. Agora pra fazer alguma coisa eu venho nesse grupo, que tem pouca gente, e o pessoal aqui só quer saber de dançar e falar de doença”.*

É salutar mostrar que a aposentadoria nem sempre é assimilada de forma negativa, pois também pode ser entendida como uma possibilidade de o homem reorganizar sua vida. O que se observa é que o momento da aposentadoria é envolto por uma série de situações críticas que, interligadas entre si, interferem diretamente na maneira como o homem irá vivenciar a velhice (Kunzler, 2009). Poderíamos argumentar, com base na teoria vigotskiana, que o homem se defronta com uma nova crise: a crise de não ser mais um trabalhador.

3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao compreendermos o ciclo de vida humana a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, adotamos um referencial que se distancia consideravelmente das demais teorias do desenvolvimento humano. Ao nos focarmos na compreensão de desenvolvimento humano, proposta por essa escola de pensamento, pudemos observar que os teóricos dessa perspectiva se debruçaram sobre aos períodos de desenvolvimento, sobretudo a infância, a adolescência e a vida adulta, caracterizando esse último período, pela atividade dominante trabalho. No entanto, também pudemos observar que ainda existe um amplo campo de fenômenos a serem investigados no ciclo de desenvolvimento, principalmente no que se refere à velhice, cujas produções a respeito ainda são escassas.

Nesta sessão pudemos observar que, na Psicologia, existe uma forte tendência em compreender o desenvolvimento humano a partir de uma visão naturalizante desse fenômeno, desconsiderando todo o aspecto da historicidade. Em oposição a esse pensamento, também pudemos perceber que a Psicologia Histórico-Cultural reafirma uma postura crítica frente ao desenvolvimento humano, buscando as explicações para os períodos do ciclo de vida do homem a partir das relações materiais de produção. Essa teoria destaca o papel fundamental que o trabalho exerceu no desenvolvimento humano, sendo elemento essencial para o intercâmbio do homem com a natureza, bem como responsável direto pela ampliação no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades.

Outro elemento de destaque nessa sessão é que, a partir dos pressupostos da perspectiva vigotskiana, o desenvolvimento humano está atrelado ao próprio desenvolvimento do psiquismo humano. E, portanto, para se compreender o ciclo de vida do homem, faz-se necessário entender de que maneira o homem aprende a ser homem.

Por último, pudemos visualizar a proposta de desenvolvimento humano defendida pela Psicologia Histórico-Cultural, que afirma cada período do desenvolvimento humano, destacando uma atividade principal ou dominante, sendo esta a maneira como o sujeito se relaciona com a realidade material.

Na próxima sessão iremos discutir mais profundamente a relação do homem, do envelhecimento e da atividade trabalho e as repercussões do momento de saída do mercado de trabalho por meio da aposentadoria.

4.O IDOSO E O MUNDO DO TRABALHO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.
(Karl Marx)

A história da humanidade é a história do nascimento e do desenvolvimento da liberdade; os homens se libertam cada vez mais da fatalidade natural e, no entanto, nunca chegam a suprimi-la.
(Agnes Heller)

O objetivo dessa sessão é discutir a relação entre o homem, o envelhecimento e o trabalho na contemporaneidade. Optamos por realizar essa discussão tendo como eixo de análise a compreensão do desenvolvimento humano a partir da ótica da Psicologia Histórico-Cultural, que considera que as condições históricas interferem nas características de cada período de desenvolvimento; características estas alicerçadas nas relações sociais de produção.

A sociedade contemporânea é testemunha de mudanças históricas, políticas, culturais e sociais. E o avanço tecnológico, sobretudo aqueles conquistados durante o século XX, tem proporcionado, ao homem moderno, amplas condições de longevidade, algo não muito comum em outros momentos históricos.

Na sessão anterior, pudemos observar que o desenvolvimento humano é marcado por períodos caracterizados por atividades dominantes ou principais. Também observamos que Vigotski (1996) descreveu o período da vida adulta, salientando que, nesse momento da vida, o homem volta-se ao trabalho e, portanto esse se constitui sua principal atividade. Em outras palavras, Vigotski (1996) nos encaminha para a compreensão de que, na vida adulta, o homem se relaciona com a realidade por meio da atividade trabalho. Partiremos do pressuposto que a atividade dominante da vida adulta também pode estar presente durante a velhice. Assim, pretendemos entender como se apresenta, na atualidade, a relação do homem que envelhece com o trabalho, enquanto categoria ocupacional; no entanto, em um primeiro momento, discutiremos o sentido ontológico do trabalho.

4.1 A ATIVIDADE TRABALHO

O trabalho é fenômeno primordial para compreender o homem enquanto ser diferente de todos os outros animais. Tal importância foi discutida por Engels, em 1876, no texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. Para esse autor, o trabalho é condição fundamental para a vida humana, e, portanto, a base de todas as relações entre os homens.

De acordo com Engels (1876), a partir do momento em que os macacos antropomorfos conseguiram descer das árvores e se colocaram na posição ereta, abandonando a marcha a quatro patas, o processo evolutivo que culminaria na configuração do homem contemporâneo, teve início. Assim, os órgãos de locomoção desses antepassados, ao longo do tempo, sofreram alterações não só físicas, mas também funcionais. E essas alterações, sobretudo as funcionais, promoveram grande distância entre os homens e os macacos. Para esse autor, essas alterações se deram por necessidades que os antepassados do homem tiveram. Assim, assevera Engels (1876, p. 01):

Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse.

Dessa forma, Engels (1876) afirma que as mudanças físicas e funcionais, para além de terem ocorrido em função das necessidades que se apresentavam ao homem primitivo, deram-se em função do trabalho. Para esse autor, a mão humana não só possibilitou o trabalho, mas também é produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação às novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também os ossos, foi que a mão do homem atingiu o grau de aperfeiçoamento em que ela se encontra hoje.

Para o autor, é salutar compreender que, com o domínio da natureza, a partir do desenvolvimento corporal que ocorreu por meio da atividade trabalho, os horizontes do homem foram-se ampliando, levando-o a descobrir constantemente novos objetos e novas propriedades que até então eram desconhecidas. O trabalho também é o responsável por manter o homem em constante interação com seus pares, posto que se multiplicaram as situações de ajuda mútua e de atividade conjunta com objetivo de aumentar as possibilidades de sobrevivência e de maior eficiência nas atividades. É dessa constante interação que surge a linguagem, como uma necessidade de comunicar e difundir o pensamento.

Engels (1876) pontua que o trabalho e a linguagem decorrente foram os dois estímulos principais que possibilitaram a transformação do cérebro primitivo em cérebro humano. E que, na medida em que o cérebro se desenvolvia, também se desenvolviam os instrumentos imediatos humanos, ou seja, os órgãos dos sentidos. Assim, o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. Engels (1876, p.03) exemplifica esse desenvolvimento expondo que,

A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muitos mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o sentido do tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho.

Segundo o pensamento de Engels (1876), o desenvolvimento do homem não cessa de maneira alguma, é sempre contínuo, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e em diferentes épocas. Portanto, não é possível pensar em desenvolvimento humano se não pensarmos também nas repercussões que o momento

histórico e a sociedade tem sobre esse fenômeno, posto que esses dois elementos acabam por impulsioná-lo e orientá-lo em determinado sentido.

É nesse sentido que Engels e Marx (1979) afirmam que o trabalho começa com a fabricação de instrumentos e se efetua em condições de atividade coletiva. Dessa forma, o trabalho é um processo mediatizado simultaneamente pelo instrumento e pela sociedade. Desse modo, a relação não é só com a natureza, mas com outros homens, o que supõe certa divisão técnica e um nível de comunicação. Ao nascer, o homem encontra objetivadas necessidades e capacidades, dispondo de todo o resultado do desenvolvimento social, e ele sempre parte não do nada, mas do ponto onde se detiveram as gerações passadas. Podemos afirmar que o trabalho, enquanto objetivação da essência humana, traz em seu bojo a possibilidade da história humana.

Como muitas espécies na natureza, o homem vive em conjunto com outros homens e essa vivência foi se modificando ao longo da história da humanidade, saindo da condição de manada de macacos que trepavam em árvores, até se constituir naquilo que convencionamos chamar sociedade.

Com o intuito de traçar essa jornada, Engels (1876) nos esclarece como se deu esse percurso. De acordo com esse autor, enquanto animal menos desenvolvido, o macaco contentava-se em devorar os alimentos de uma área que as condições geográficas ou a resistência das manadas vizinhas determinavam. Dessa maneira, a fim de marcar seu espaço e conquistar novas zonas de alimentação, o macaco obrigava-se a se transportar de um lado para o outro e travar constantes lutas com os demais animais. No entanto, houve um momento, em que foram ocupadas todas as zonas de alimentação e, em função do crescimento desenfreado da população de macacos, esses animais tiveram de se adaptar às novas condições de vida, sobretudo no que se refere à alimentação. Essa adaptação possibilitou a modificação de toda a constituição física desses animais, entre eles do antepassado primitivo do homem.

Engels (1876) aponta que as exigências das novas condições de vida a que esses animais estiveram submetidos os obrigaram a mudar seus comportamentos para atender outras demandas às quais eles não estavam habituados, especialmente no que se refere à alimentação, visto que esses primatas passaram a se alimentar também de carne. Essa alteração na alimentação fez surgir a necessidade de domesticar outros animais.

Para Engels (1876), apesar de tudo isso, a atividade realizada pelo antepassado primitivo do homem ainda não se constituía em trabalho no verdadeiro sentido da palavra, uma vez que essa atividade está diretamente ligada à elaboração de instrumentos. Assim, o homem, a partir da cooperação da mão, da linguagem e do

cérebro, foi se aperfeiçoando, criando instrumentos e aprendendo a executar operações cada vez mais complexas e a atingir objetivos mais elevados.

Vigotski (1995) salienta o papel fundamental do processo de mediação dentro da evolução humana, ou seja, dos mecanismos que o homem encontrou para facilitar sua relação com a natureza e com os outros homens por meio da utilização de instrumentos e os signos. Para o autor, esses dois elementos estão diretamente ligados, mas não se constituem em sinônimos, conforme já abordamos anteriormente.

Vigotski (1995) esclarece que, de certa maneira, a criação e o uso dos signos são análogos à criação e ao uso dos instrumentos, pois tanto o signo quanto o instrumento foram criados como meios auxiliares para atender uma necessidade humana.

A fim de esclarecer o papel da mediação na evolução do homem, Vigotski (1995) retoma os postulados de Hegel e Marx. Para esses autores, a mediação deve ser compreendida como uma propriedade da razão. Vigotski (1995, p. 93), citando Marx pontua que “[...] o homem utiliza as propriedade mecânicas, físicas e químicas das coisas que emprega como ferramenta para agir sobre outras coisas de acordo com seu objetivo”.

Ao contrário dos homens, os animais só conseguem se utilizar da natureza pelo simples fato de fazerem parte e estarem intimamente ligados a ela. De acordo com Lessa e Tonet (2008), as atividades realizadas pelos animais são determinadas geneticamente e, por isso, não servem de fundamento para o desenvolvimento dos homens. A abelha e a formiga se organizam e executam atividades biologicamente determinadas para sobreviverem na natureza. Já o homem, em função da atividade trabalho, modifica a natureza e a domina, extraindo dela os meios necessários para melhorar sua condição de vida, para além de sua sobrevivência. Esses mesmos autores, ainda colocam que a transformação da natureza pelo homem é um processo peculiar, uma vez que a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e essa capacidade de criar ideias antes de construir materialmente, é o que mantém o homem distinto em relação à natureza.

A fim de esclarecer a diferença entre o homem e o animal, Marx (1993, p. 68), nos Manuscritos econômico-filosóficos (1844) afirma que,

Decerto, o animal também produz. Constrói para si um ninho, habitações, como as abelhas, castores, formigas, etc. Contudo, produz apenas o que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; produz apenas sob a dominação

da necessidade física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade da mesma; produz-se apenas a si próprio, enquanto o homem reproduz a natureza toda; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta livremente o seu produto. O animal dá formas apenas segundo a medida e a necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe aplicar em toda parte a medida inerente ao objeto.

Lessa e Tonet (2008, p. 29) ainda discutem esse pensamento, salientando que O trabalho converte uma ideia, que apenas existe na consciência em um objeto. Em outras palavras, o machado é uma síntese entre o mundo natural (a pedra e a madeira), que existe independente da consciência, e ideia de machado. Essa síntese é fundada pelo trabalho: ela depende da ação de, ao menos, um indivíduo. Sem ela o machado não existiria.

Ao discutir essa habilidade humana, que distingue o homem de outros animais, Lessa e Tonet (2008), alicerçados nos fundamentos materialistas, asseveram que a ideia depende da consciência para existir, já o objeto, uma vez produzido, não. Ou seja, sem o suporte da consciência, a ideia não pode existir. Mas o objeto depois de materializado, podendo sofrer influências contínuas da ação humana, pode perdurar para sempre.

Essa habilidade de criar na consciência antes de materializar na realidade também foi discutida por Marx (1988, p. 202). Segundo esse autor,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito.

Nesse sentido, Engels (1876) entende que, ao se distinguir da natureza e pela diversidade e aprimoramento do trabalho transmitido de geração em geração, e pela criação de instrumentos, o homem pôde ampliar suas atividades. Partindo de atividades mais simples até as mais complexas, daquelas para atender necessidades imediatas até aquelas para atender necessidades futuras. Nas palavras de Engels (1876, p. 05),

Das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem. Frente a todas essas criações que se manifestavam em primeiro lugar como produto do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas.

Engels evidencia que o papel fundamental que a atividade trabalho trouxe para o desenvolvimento humano, uma vez que esse autor demonstrou que o desenvolvimento do cérebro e dos sentidos, a capacidade de abstração e discernimento cada vez maiores, reagiu sobre a atividade trabalho e a palavra, estimulando a ampliação do desenvolvimento humano.

Ainda sobre o conceito e a função do trabalho no desenvolvimento humano, Engels e Marx (1979) demonstram que o trabalho é o processo da base material da sociedade pela transformação da natureza, ou seja, o trabalho é definido a partir da ação do homem sobre a natureza, transformando-a, e de uma forma ou de outra, beneficiando a vida do homem. Nesse sentido, para esses autores, o homem, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo e a sociedade, pois ele adquire novos conhecimentos e habilidades que não possuía anteriormente, bem como novas ferramentas que ele também não possuía antes. No entanto, o homem, ao realizar um trabalho, não o faz sozinho. Cada ação transformadora do homem sobre a natureza é resultado também de um processo histórico que permitiu, num dado momento, que aquela ação fosse executada. A fim de explicar tal afirmação, Lessa e Tonet (2008, p. 23) utilizam-se do exemplo do machado, enfatizando que esse instrumento “[...] embora construído por um indivíduo, é também resultado da evolução anterior da sociedade. Apenas uma sociedade que já se desenvolveu um pouco, saindo do seu estágio mais primitivo, pode construir um machado. Sem essa evolução anterior, ele não existiria”.

De acordo os autores, é salutar ressaltar que a criação de uma determinada ferramenta aumenta a capacidade de produção humana, abrindo assim, caminhos para novas possibilidades de desenvolvimento. Desse modo, a criação de um instrumento, fruto de uma ação humana anterior que evoluiu, repercute em consequências futuras, constituindo-se, desse modo, em parte da história dos homens.

Lukács (1979), após se apropriar da categoria trabalho estudada por Marx e a fim de buscar a ontologia do ser social, esclarece-nos que o trabalho é, antes de tudo, práxis social humana, ou seja, é a atividade transformadora da relação entre os homens. Esse autor defende a ideia de que o homem é, para além de um ser natural, um ser social que age sobre a natureza e sobre si de maneira objetiva. Com base em Marx, Lukács (1979) discorre sobre um ser genérico social que possui duas formas de expressão. Uma

forma que se refere à expressão de uma generalidade, posto que o homem também é um animal pertencente à natureza, mas ao mesmo tempo se refere a uma expressão de uma especificidade, já que o homem se diferenciou dos outros animais, principalmente por sua particularidade própria, que é a de ser social. Esse ser social trata-se, então, de um ser que se distingue de outros seres da natureza, na medida em que ele intervém na natureza mediante a práxis, ou seja, mediante a objetivação que se dá por meio do trabalho.

Para Lukács (1979), o ser social só pode existir sobre a base de um ser orgânico e este, de um ser inorgânico e, por sua própria essência, não pode se separar completamente de seus fundamentos naturais. Para esclarecer tal afirmação, basta pensarmos na presença de vitaminas e sais minerais em nosso organismo e das consequências da ausência deles.

Para Lukács (1979, p. 36), o homem é um ser objetivo e, como tal, um ser objetivo social; sua objetividade é uma propriedade ontológica de seu ser. Com isso, afirma-se que o homem é, em sua gênese, uma “[...] totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade”. Segundo esse autor, a partir de uma necessidade, o homem irá supri-la por meio da objetivação do ser social, ou seja, por meio da práxis. Dessa maneira, o homem cria e recria, de diversas formas, soluções para atender suas necessidades, ou seja, utiliza-se de formas mediativas. Nesse sentido, a mediação torna-se primordial na relação entre o homem e a natureza. Essa mediação primordial determina as demais mediações, sobretudo aquelas referentes à cotidianidade, ou seja, a mediação deve ser entendida enquanto superação do mundo vivido cotidianamente. Na medida em que a produção e reprodução da vida social colocam e criam necessidades, o ser social gera mediações para superar as relações sociais pragmáticas vividas na cotidianidade.

Enquanto ser social, os homens também são seres singulares porque se trata de indivíduos que se realizam em uma determinada forma de objetivação, que são históricas. Dessa maneira, é um ser social compreendido enquanto indivíduo, inserido em sociedade. Portanto, para Lukács (1979), a maneira como uma sociedade se organiza demonstra a forma como ela se relaciona com o trabalho e também como se darão as produções e reproduções da vida cotidiana.

Quando, no presente trabalho, remetemo-nos à ontologia do ser social, buscamos, de fato, entender como o idoso dentro do modo de produção capitalista constitui-se numa relação peculiar, posto que suas relações sociais são estabelecidas de maneira diferente daquelas estabelecidas em outros períodos do desenvolvimento. Isso

se deve, em primeira instância, à relação que o homem mantém com a atividade trabalho. Em outras palavras, o que desejamos esclarecer, é que a relação que o homem adulto mantém com o trabalho se processa de determinada maneira, posto que ele necessita atender as exigências impostas pelo capitalismo. Essa mesma relação sofrerá grandes mudanças durante o período de desenvolvimento denominado velhice, pois o próprio sistema capitalista percebe que o homem ao envelhecer, já não possui a mesma força física para a produção, que o adulto possui. Dessa maneira, o sistema capitalista cria dispositivos que possam retirar o idoso do mercado de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo, não perde a possibilidade de se aproveitar desse idoso, na medida em que o obriga a exercer outras atividades para sobreviver e atender suas necessidades.

Discutiremos no tópico seguinte a maneira como o homem se organiza na vida cotidiana e sua relação com o mundo do trabalho.

4.2 O HOMEM NA CONSTRUÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Vimos, na sessão anterior, que o psiquismo humano estrutura-se a partir de sua atividade social e histórica entre os indivíduos, ou seja, através da apropriação daquilo que foi produzido pela humanidade, nas palavras de Rössler (2004, p. 101), “pela apropriação da cultura humana material e simbólica, produzida e acumulada objetivamente ao longo da história da humanidade”. Assim, a cada apropriação, o homem se relaciona com a própria história dos homens, posto que cada objeto apropriado é a síntese daquilo que foi produzido pelos demais homens ao longo do tempo. Esse processo de apropriação é, segundo Leontiev, mediado por outros homens, portanto, constitui-se de um processo educativo.

A respeito disso, Leontiev (1959, p. 272) assevera que

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que as encarnam, mas são aí postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, os órgãos de sua individualidade, a criança, o ser humano deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, esse processo é, portanto, um processo de educação.

Pensando a respeito desse processo de apropriação, buscaremos apoio nos pressupostos da teoria da vida cotidiana de Agnes Heller.

Na obra intitulada “A Sociologia de la vida cotidiana”, Heller (1991) trabalha com várias categorias tais como: o cotidiano, a ética, a moral, o preconceito, entre outras. Essas categorias se mostram importantes para compreender aquilo que Heller (1991) concebeu como a vida cotidiana, ou seja, o espaço onde a vida acontece, o cenário da vida, em que se alteram constantemente os valores, os costumes, as normas e as tradições. É nesse espaço que o homem por meio da práxis se relaciona com o mundo e com os demais homens, originando múltiplas transformações em si, nos outros e no ambiente.

Para Heller (1991, p. 17), todos nós vivemos o cotidiano, posto que ele é

[...] a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

Para a autora, a vida cotidiana deve ser considerada a base de todas as ações humanas, posto que é nela que o homem se apropria dos hábitos, condutas, crenças, normas, regras e valores que faz parte do grupo cultural ao qual ele pertence.

Heller (1991) salienta que o cotidiano está presente em todos os âmbitos da vida humana, em todos os contextos sociais, onde as atividades rotineiras acontecem. Essas atividades se materializam por meio de tarefas realizadas diariamente pelos homens, independente da posição ocupada por eles no contexto social. Dessa forma, para compreender a vida cotidiana, é necessário levar em conta as características da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, posto que cada cultura se constitui de uma maneira única. Essa autora ainda situa que nesse sentido, a história passa a ser elemento chave que transforma o cotidiano, tendo em vista a história se constituir essencialmente em dinâmica.

O cotidiano é, também, a vida de todos os dias, onde se vivenciam experiências, onde se realizam opções, onde se manifestam as atitudes, os valores e os preconceitos. Assim, pode-se dizer que cada ser social reproduz a própria sociedade, sem, no entanto, o homem deixar de reproduzir a si mesmo enquanto indivíduo. Por meio do conjunto de atividades que exercemos na vida cotidiana é que se caracterizam

as reproduções particulares que, por sua vez, possibilitam a reprodução social (Heller, 1991).

Para Heller (1985, p. 20), “o homem já nasce inserido em sua cotidianidade, sendo considerado adulto aquele que consegue sobreviver por si mesmo”. Esse homem é, ao mesmo tempo, particular e genérico. Um ser particular, porque é único, porque se apropria da cultura de maneira ímpar. Um ser genérico, porque ele tem, em si, aquilo que existe em todos os homens. Portanto, enquanto ser particular, observamos o homem na manifestação de seu caráter, de seus sentimentos, nos elementos que compõem sua personalidade. Desse modo, o indivíduo se constitui na relação entre o ser genérico e particular, pois, conforme Heller (1991, p. 22) “o indivíduo contém tanto a particularidade quanto o humano–genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem”.

Na perspectiva de Heller (1991), a vida social humana divide-se em duas partes: uma que se refere à vida cotidiana e outra que se refere àquilo que não é da vida cotidiana.

Dentro daquilo que compõe a vida cotidiana, Heller (1991) cita que as apropriações do gênero humano podem se dar pelas objetivações genéricas em-si, ou seja, por aquilo que é mais elementar para a constituição do homem enquanto ser social, tais como a linguagem e a manipulação de objetos, bem como pela apropriação dos costumes de um dado povo. Já, para aquilo que se refere à vida não cotidiana, Heller (1991) afirma que a apropriação se dá pelas objetivações genéricas para-si, ou seja, por objetivações mais complexas como a arte, a filosofia, a ciência e a política.

Para essa autora, tanto as objetivações genéricas em si, como as objetivações genéricas para si, são dinâmicas, uma vez que a atividade humana nunca cessa, e, portanto, aquilo que se produz e reproduz tende, ao longo do processo, partir daquilo que é mais simples em direção àquilo que é mais complexo. Assim, o que se observa é que, ao longo do tempo, o homem vai se aprimorando o que, por sua vez, culmina num grau superior de desenvolvimento humano, tanto nos aspectos objetivos da existência humana quanto no que se refere às suas habilidades e funções psicológicas.

O homem, enquanto ser social, encontra-se inserido numa sociedade contemporânea repleta de transformações que exige a necessidade de se superar e de se adaptar frente aos novos valores e ao imediatismo. Nesse contexto de mudanças, em que a história é o elemento chave, que transforma o cotidiano e a cotidianidade, impondo diferentes ritmos à vida, construindo e desconstruindo estereótipos, mitos e preconceitos, que se insere na relação entre o homem, o envelhecimento e o trabalho. Essas

transformações influenciam a personalidade e o sentido que o indivíduo atribui ao trabalho.

Por meio das entrevistas realizadas com os idosos, pudemos perceber o quanto o cotidiano do homem tem sido permeado pelo trabalho, tanto que todos os idosos entrevistados pontuaram o estabelecimento de alguma relação direta ou indireta com o trabalho formal. Destacamos a fala de E7 que afirma que *“Agora eu não faço nada, eu só cuido dos meus netos e planto algumas verduras no quintal”*; e a fala de E10 que diz que *“Atualmente eu dou aulas particulares de reforço, trabalho com a matemática, fui professora de matemática por mais de 25 anos”*; o mesmo acontece com o entrevistado E8 que pontua que *“eu me aposentei, mas eu continuo trabalhando na mesma empresa. Eu tive essa oportunidade de continuar e não queria parar, muito embora eu acho que já to ficando bem cansado”*.

Ao buscarmos subsídios no pensamento de Heller (1985) acerca da construção do cotidiano, o fizemos, uma vez que, é nesse espaço que os idosos vivem, que realizam suas opções e manifestam seus valores. Além disso, conforme vimos anteriormente, é no cotidiano que nós nos apropriamos dos valores, crenças e condutas. Portanto, é na compreensão desse cotidiano que poderemos, de fato, entender como a velhice tem sido posta na contemporaneidade.

A fim de aprofundarmos essa discussão, no próximo item, discorreremos a respeito do significado e do sentido dentro da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, já que estão diretamente relacionadas à compreensão do exposto pelos entrevistados.

4.3 O SIGNIFICADO E O SENTIDO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Iniciaremos este tópico retomando as discussões a respeito da categoria atividade para a Psicologia Histórico-Cultural, apresentada na sessão dois desta dissertação.

Um dos elementos fundamentais para compreensão de uma perspectiva materialista histórica e dialética funda-se na categoria atividade. A partir dos Manuscritos Econômicos Filosóficos, Marx (1988) sinaliza a relevância da categoria atividade no desenvolvimento humano, tendo em vista que, a partir da atividade prática sensorial é que se dá a origem do desenvolvimento histórico e social dos homens, bem como também do desenvolvimento individual.

Com base nesse pressuposto, Davidov e Shuare (1987, p.27) afirmam que

A categoria filosófica de atividade é a abstração teórica de toda a prática humana universal, que tem um caráter histórico social. A forma inicial da atividade dos indivíduos é a prática histórico social do gênero humano, ou seja, a atividade laboral coletiva, adequada, sensório-objetal, transformadora dos indivíduos. Na atividade se revela a universalidade do gênero humano.

Partindo desse fundamento do materialismo histórico dialético, os psicólogos soviéticos encontraram, nessa categoria, subsídios para explicar o desenvolvimento do psiquismo humano. Para tanto, Vigotski (1996) voltou-se ao estudo da atividade já em seus primeiros escritos, sugerindo que a atividade socialmente significativa é o princípio explicativo da consciência, ou seja, a consciência é construída de fora para dentro por meio das relações sociais. Dessa forma, a consciência e a atividade são elementos fundamentais dentro da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural e devem ser entendidos como unidade dialética. Nas palavras de Davidov e Shuare (1987, p.23),

Diante dos psicólogos surge um problema fundamental: encontrar de que maneira a dialética universal do mundo se converte em patrimônio da atividade dos indivíduos, como estes se apropriam das leis universais do desenvolvimento de todas as formas de prática social e da cultural espiritual.

A partir de Leontiev (1983) em seu livro *“Atividade, Consciência e Personalidade”*, o conceito de atividade tornou-se sistematizado, criando o que veio a se convencionar de teoria da atividade. Dentro dessa teoria, enquanto objeto central de investigação, a categoria atividade constituiu-se como princípio explicativo para o desenvolvimento humano, sobretudo para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.

A respeito disso, Leontiev (1983, p.17) pontua que

A análise da atividade constitui o ponto decisivo e o método principal do conhecimento científico do reflexo psíquico, da consciência. No estudo das formas de consciência social está a análise da vida cotidiana da sociedade, das formas de produção próprias do sistema de relações sociais; no estudo do psiquismo individual está a análise da atividade dos indivíduos nas condições sociais dadas e nas circunstâncias concretas em que eles vivem.

Ao introduzir essa categoria à Psicologia, Leontiev (1983) ressalta que, somente assim, foi possível considerar o sujeito inserido na realidade objetal, considerando como esta se transforma em realidade subjetiva.

A atividade, mediada pelo reflexo psíquico da realidade, pode ser considerada a unidade da vida que orienta o sujeito no mundo dos objetos, sendo sua principal característica constitutiva, o caráter objetual, tal como pontua Leontiev (1983). Essa natureza objetual da atividade estende-se à esfera das necessidades, à esfera das emoções. Dessa forma, para a Psicologia Histórico-Cultural, a necessidade é o que dirige e regula a atividade concreta do sujeito em um meio objetual.

Se percorrermos a história da humanidade, observaremos que os homens construíram diversos objetos para satisfazerem suas necessidades. Ao construí-los, criaram também novas necessidades e, com isso, novas atividades. Superaram as necessidades biológicas, próprias dos animais, e constituíram o que chamamos de humanidade, com suas novas necessidades. A fim de analisar essas necessidades humanas, é preciso compreendê-las em sua construção histórica, sobretudo porque essas necessidades produzem diferentes atividades, conforme estabeleceu Leontiev (1983).

De acordo com Leontiev (1983), as atividades humanas diferem-se por diversas razões, entre elas: as vias de realização, a tensão emocional e as formas, entre outros elementos. No entanto, o fundamental para distinguir uma atividade e outra é seu objeto, ou seja, o motivo. Assim, uma necessidade só pode ser satisfeita se encontramos o seu objeto; a esse processo denominamos motivo. O motivo é o que impulsiona uma atividade, pois articula uma necessidade a um objeto. Objetos e necessidades isolados não produzem atividades, assim, a atividade só existe porque existe um motivo. Nas palavras de Leontiev (1983, p. 107),

A primeira condição de toda a atividade é uma necessidade. Todavia, em si, a necessidade não pode determinar a orientação concreta de uma atividade, pois é apenas no objeto da atividade que ela encontra sua determinação: deve, por assim dizer, encontrar-se nele. Uma vez que a necessidade encontra a sua determinação no objeto, ou seja, se objetiva nele, o dito objeto torna-se motivo da atividade, aquilo que o estimula.

Pode-se dizer, então, que a necessidade, o objeto e o motivo são componentes estruturais da atividade. Também temos de considerar as ações, que se constitui pelo conjunto de procedimentos, subordinadas a objetivos parciais advindos do objetivo geral. Assim como a atividade relaciona-se com o motivo, as ações relacionam-se com os objetivos, assevera Leontiev (1983).

A fim de exemplificar tal relação, recorreremos à situação apresentada por Leontiev (1983). Um sujeito está com fome; esse fato se constitui na necessidade de comer; e pode

satisfazer essa necessidade se buscar comida, o que se constitui no objeto. Assim, ele se encontra motivado para a atividade de buscar comida quando sente a necessidade de comer e quando idealiza um objeto que possa satisfazê-lo; esse processo de idealizar é algo exclusivamente humano. Dessa forma, propõe-se então, objetivos tais como: definir o que ele precisará fazer para suprir suas necessidades. Ao fazer isso, o homem define as ações que serão possíveis, que dependem das condições concretas da vida do indivíduo e são engendradas historicamente.

Podemos observar que, nas ações, temos o aspecto intencional, mas também o aspecto operacional, ou seja, a forma como se realizam as operações. Cada ação inclui diferentes operações que dependem das condições de execução da ação. De acordo com Leontiev (1983), se observamos o exemplo, poderemos notar que as operações referem-se aos diversos procedimentos que o sujeito irá realizar para alcançar seu objetivo.

Outra característica relevante em relação aos componentes da atividade referem-se ao fato de elas poderem adquirir diferentes funções, posto que estão constantemente em processo de transformação. Dessa maneira, uma atividade pode tornar-se ação quando perde seu motivo originário, ou uma ação transformar-se em atividade na medida em que ela ganha um novo motivo, ou ainda uma ação pode tornar-se operação e vice-versa. Nesse sentido, Leontiev (1983) aponta para o fato de que pesquisar a atividade requer a análise de sua estrutura e de suas relações entre os componentes, ou seja, requer descobrir qual é o motivo da atividade. Para esse autor, discriminar quais são as unidades constitutivas da atividade e quais funções estão desempenhando é de fundamental importância para a pesquisa e estudo do psiquismo.

Leontiev (1983) também aponta que as atividades externas e internas apresentam a mesma estrutura geral, sendo a atividade interna constituída a partir da atividade prática sensorial externa, ou seja, a forma primária fundamental da atividade é a forma externa, sensório-prática, não apenas individual, mas fundamentalmente social. Dessa forma, a transformação da atividade externa em interna acontece por meio do processo de internalização. Essa passagem do externo para o interno dá lugar a uma forma específica de reflexo psíquico da realidade: a consciência.

Para Leontiev (1983), a consciência é conhecimento partilhado, uma realização social. Assim, uma consciência individual só pode existir a partir de uma consciência social que tem, na língua, seu substrato real. Para Leontiev (1983), não se pode dissociar a consciência da atividade, uma vez que essas categorias formam uma unidade dialética. Nesse sentido, estudar a consciência requer estudar as múltiplas relações vitais do homem, a

forma como este a produziu e produz sua existência por meio de suas atividades, ou seja, requer “estudar como a estrutura da consciência do homem se transforma com a estrutura de sua atividade” (Leontiev, 1983, p. 92).

Ainda para Leontiev (1983), a consciência é o produto subjetivo da atividade dos homens com outros homens e com os objetos. Dessa maneira, a atividade constitui a substância da consciência e, para estudá-la, é necessário investigar as particularidades da atividade. Nas palavras de Leontiev (1983, p.100), “[...] consiste, portanto, em encontrar a estrutura da atividade humana engendrada por condições históricas concretas, depois, a partir desta estrutura, pôr em evidência as particularidades psicológicas da estrutura da consciência dos homens”.

Leontiev (1983) afirma que, ao longo do processo evolutivo, o psiquismo humano sofreu diversas transformações qualitativas que culminaram num tipo superior de psiquismo, se comparado ao do animal. Assim, ao se falar em reflexo psíquico da realidade, trata-se de um reflexo consciente, em que o homem é capaz de distinguir a realidade objetiva e sua representação subjetiva. Essa habilidade denomina-se consciência, um novo tipo de reflexo psíquico da realidade, uma forma especificamente humana do reflexo da realidade objetiva, afinal abre ao homem um quadro do mundo em que ele mesmo está inserido. Dessa maneira, pode-se dizer que a consciência possibilita, ao ser humano, compreender o mundo social e dos objetos, conforme assevera Leontiev (1983).

A consciência está intimamente vinculada à atividade, sendo a expressão das relações do homem com os outros homens e com o mundo externo, e, portanto, social por natureza. Leontiev (1983) ainda pontua que a passagem do mundo social ao mundo interno não se dá de maneira direta. No processo de passagem da consciência social para a consciência individual, a linguagem e a atividade coletiva laboral têm papel fundamental.

De acordo com Leontiev (1983), o trabalho, sendo uma atividade socialmente organizada, necessita da linguagem como condição para o desenvolvimento social e individual dos homens. Nesse sentido, por meio da linguagem, os homens compartilham representações, conceitos e técnicas e podem transmiti-los às próximas gerações. Ao se apropriar das significações sociais, o homem lhes confere um sentido próprio, um sentido pessoal, diretamente relacionado à sua vida concreta, às suas necessidades, motivos e sentimentos.

É essa relação entre o significado social e o sentido pessoal que constitui o componente da estrutura interna da consciência. Assim, as significações são manifestações da experiência humana e representam as diversas formas encontradas pelos homens de

apropriar-se da experiência humana generalizada. A respeito disso, Leontiev (1983, p.94) assevera que,

A significação é a generalização da realidade que é cristalizada e fixada num vetor sensível, ordinariamente a palavra ou a locução. É a forma ideal, espiritual da cristalização da experiência e da prática social da humanidade. A sua esfera de representações de uma sociedade, a sua ciência e a sua língua existem enquanto sistemas de significações correspondentes. A significação pertence, portanto, ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos.

Para Leontiev (1983), as significações são fenômenos da consciência social. No entanto, quando os homens se apropriam delas, passam a fazer parte da consciência individual. Logo após o nascimento, o homem se depara com um sistema de significações pronto. Apropriar-se dele ou não, depende do sentido pessoal que tem para o sujeito. O sentido pessoal é produzido na vida do sujeito, em sua atividade. A respeito disso, Leontiev (1983, p. 97) afirma que,

De um ponto de vista psicológico concreto, este sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual sua ação se orienta como resultado imediato. Em outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim.

Assim, pode se dizer que, para Leontiev (1983), o sentido pessoal e o motivo estão intimamente relacionados e, para que se possa encontrar o sentido, deve-se descobrir seu motivo correspondente. O sentido pessoal refere-se à relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados. Dessa maneira, todo o sentido é sentido de algo, é sentido de uma significação. Muito embora, nem sempre o sentido e a significação sejam coincidentes, ligam-se um ao outro na medida em que o sentido exprime uma significação.

De certa forma, pudemos observar que o pensamento de Leontiev (1983), acerca do sentido e do significado, foi evidenciado por meio das entrevistas realizadas com os idosos, sobretudo o sentido e o significado que eles atribuíram ao trabalho. O que se pode observar nas falas dos entrevistados é que existe uma supervalorização do trabalho, enquanto a atividade mais importante da vida. Isso parece evidente na fala de E2: *“na vida adulta estamos no topo da escada. A gente trabalha bastante, constitui família e vive melhor (...) a vida é melhor porque a gente sempre tem força pra*

trabalhar”; e também na fala de E9: “*é, quando eu era adulto era ativa, tinha dois empregos e ainda cuidava da casa (...) o trabalho é a coisa mais importante na vida de qualquer um*”. Essas falas nos remetem à ideia de que o trabalho, na sociedade capitalista, ganha uma grande dimensão primordial e que esses valores atribuídos a essa atividade foram construídos por esse sistema ao longo da história da humanidade e, hoje ainda, continuam presentes na vida daqueles que foram entrevistados para a realização desta pesquisa. Esse significado atribuído ao trabalho já estava construído e passou a fazer parte da vida consciência individual de cada um dos idosos entrevistados.

De acordo com Leontiev (1983), em outros momentos históricos da evolução humana, significação social e sentido pessoal estavam unidos e, portanto, constituíam a principal característica da consciência primitiva, posto que as significações ainda não estavam completamente diferenciadas e o homem vivia em comunhão com sua sociedade, ou seja, havia pouca distinção entre o sujeito e seu grupo.

O mesmo não acontece na sociedade de classes, que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção e pela divisão social do trabalho. Nesse contexto, a consciência humana sofre uma transformação radical, e sentidos e significados não apenas deixam de ser coincidentes, mas se tornam contraditórios. Para o trabalhador, embora o significado social de seu trabalho seja produzir determinados produtos, o sentido de trabalhar é outro, é obter um salário porque, só assim, pode sobreviver, assim assevera Leontiev (1983). Exatamente essa contraposição entre significado e sentido, Leontiev (1983) vai denominar alienação.

O trabalho fragmentado não tem um sentido em si mesmo, a não ser o sentido de estar ganhando determinado salário após trabalhar tantas horas. Dessa forma, o trabalho, algo que foi primordial ao desenvolvimento humano, aliena o conteúdo da vida do homem, conforme cita Leontiev (1983). O autor nos esclarece que a consciência humana, na sociedade de classes, é fragmentada, desintegrada, e sentidos e significados possuem uma relação de exterioridade. Essa ruptura entre significação e sentido pessoal traduz-se no que Leontiev (1983) nominou de contradições da consciência ou problemas da consciência.

De acordo com esse autor, as contradições podem produzir grandes sofrimentos psíquicos, chegando à possibilidade de adoecimento psicológico. No entanto, elas também podem impulsionar a tomada de consciência das relações de exploração e o engajamento nas lutas pela superação da sociedade de classes e construção da tão

almejada sociedade socialista. De acordo com Leontiev (1983), somente com o fim da propriedade privada e das relações sociais de exploração é que podemos vislumbrar uma nova estruturação da consciência humana, em que a atividade humana seja verdadeiramente humanizadora.

Na sociedade capitalista, o conteúdo das ações dos trabalhadores e o motivo pelo qual agem são contraditórios, havendo uma ruptura entre significados e sentidos. De acordo com Duarte (2003), essa questão é fundamental na pesquisa que se utiliza dessa abordagem como referencial teórico-metodológico.

No próximo tópico discutiremos a respeito da atividade trabalho dentro da sociedade capitalista.

4.4 A ATIVIDADE TRABALHO EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA

Marx (1988), em sua obra “O Capital”, pontua que o trabalho é condição essencial para a vida humana. Uma condição para que o homem se torne mais livre, mais dono de si próprio. Nas palavras de Marx (1988, p. 50),

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil é indispensável a existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Pelo trabalho, o homem aumenta suas chances de sobrevivência, melhora sua condição de vida e progride. De acordo com Marx (1988, p.202), o trabalho para o homem é, antes de tudo,

[..] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Entre o homem e a natureza ocorre o processo de mediação, que se dá em dois níveis: por meio do instrumento de trabalho que o homem insere entre ele e o objeto e, por meio do próprio trabalho que antecede e torna possível a utilização do objeto.

Apesar do papel fundamental do trabalho na vida do homem, Marx (1988) pontua que o trabalho assumiu características diferentes numa sociedade capitalista. Ao contrário de tornar o homem livre, o trabalho tornou-se grilhão, posto que, em nossa sociedade, ele se expressa na forma de mercadoria. Portanto, pensar na vida do homem e na atividade trabalho na contemporaneidade é, também, pensar como se processa essa relação dentro de uma sociedade capitalista.

Conforme Marx (1988), a forma como organizamos nossa vida material está diretamente ligada à forma como nos relacionamos com a atividade trabalho. Numa sociedade capitalista, o trabalho ganha um novo sentido, uma vez que valores próprios dessa sociedade lhe são atribuídos, ou seja, no pensamento desse autor, pensar o trabalho na sociedade capitalista é analisar o papel da mercadoria dentro desse sistema, é compreender a especificidade do trabalho enquanto mercadoria.

Ainda em relação a isso, Marx (1988) pontua que um fator característico da nossa sociedade marca a atividade trabalho. Esse fator compõe-se da descaracterização da mercadoria como fruto do trabalho humano. Assim, para esse autor, já não se conhece quem produziu; apenas se conhece aquilo que foi produzido.

A fim de elucidar como se dá a relação do homem com o trabalho na sociedade capitalista, Marx (1988) nos esclarece que a utilização da força de trabalho consiste no próprio trabalho. Nessa sociedade, os homens se dividem naqueles que possuem a força de trabalho e naqueles que compram essa força de trabalho. Aos que vendem a força de trabalho cabe, exclusivamente, trabalhar. Esse trabalho reaparece na forma de mercadoria, no qual devem ser empregados valores de uso, ou seja, deve se materializar em algo que sirva para satisfazer necessidades de qualquer natureza.

Numa sociedade capitalista, aqueles que possuem os meios de produção denominam-se capitalistas, que põem a consumir a mercadoria, ou seja, a força de trabalho vendida por outros homens (Marx, 1988). Assim, no processo de trabalho, a ação humana transforma, cria um objeto, com o intuito de atender alguma necessidade. Em outras palavras, no processo de trabalho, a ação humana está subordinada a um determinado fim. Esse processo de trabalho só finaliza quando o produto estiver pronto. A respeito desse produto, Marx (1988, p. 204) pondera que,

[...] o produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre o qual atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se

revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.

Diante disso, o capitalista se apropria de todos os elementos necessários para o processo de trabalho a fim de produzir um produto, inclusive da mão de obra, ou seja, a força de trabalho. Esse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, de acordo com Marx (1988), possui características peculiares. O trabalhador executa sua função sob o controle do capitalista, que cuida para que o trabalho seja realizado da maneira adequada, sendo aplicados os meios de produção apropriados, sem desperdiçar matéria-prima, gastando apenas aquilo que for necessário para a execução do trabalho.

O produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador que o produziu. O trabalhador produziu em troca de um valor diário que corresponde a sua força de trabalho. A força de trabalho dos trabalhadores é consumida pelos capitalistas, posto que os trabalhadores não possuem os meios necessários para produzir mercadorias, restando apenas a força de trabalho para vender, tal como pontua Marx (1988).

Nesse sentido, “[...] o capitalista contrata a força de trabalho, ou seja, utiliza a capacidade muscular e cerebral dos assalariados, apropria-se, simultaneamente, do produto acabado e da forma como será elaborado e isso faz produzir mais valia”, tal como pontuam Katz, Braga e Coggiola (1995, p.11). Assim, pode-se dizer que o trabalhador é duplamente expropriado.

Para Marx (1988), toda mercadoria tem seu valor, inclusive o próprio trabalho. O valor da mercadoria representa o custo de produção dela à sociedade, visto que a força de trabalho é a força motriz da produção e possui um custo. Esse custo só pode ser medido pela quantidade de trabalho que foi empregada na confecção de tal mercadoria.

A fim de aumentar o lucro, o capitalista tenta otimizar os custos de produção, aperfeiçoando-a por meio das tecnologias. Essa transformação do processo de produção altera a relação do homem com o trabalho, culminando nas características próprias dessa forma de organização social, ou seja, na divisão do trabalho, na diminuição do tempo para produzir, na hierarquia das funções, na diferenciação dos salários, na redução do custo da mão de obra em razão do trabalho parcial, na padronização e no fracionamento do conhecimento, além do aperfeiçoamento das ferramentas que possibilitou os meios materiais para o uso do maquinário, conforme pontua Marx (1988). De certa forma, isso nos faz pensar que o trabalho e o homem, na sociedade capitalista, tornaram-se a própria mercadoria, pois “[...] a máquina adapta-se a fraqueza do homem para fazê-lo máquina” (Marx, 1988, p.204).

Em razão dessas características da relação do trabalho, no capitalismo, o homem passou a não ter mais a percepção da totalidade de seu trabalho, tornando-se alienado, e, portanto, mais suscetível à subjugação capitalista, tal como assevera Marx (1988).

4.5 A ALIENAÇÃO E O PROCESSO DE TRABALHO

Uma vez alienado, o homem se afasta de si mesmo e dos outros homens, uma vez que seu corpo e todas as demais relações que ele mantém, também estão se afastando dele. A respeito das condições da alienação humana, Marx (1988, p.158) pontua que,

Quando o homem está frente a si mesmo, então o outro homem está frente a ele. (...) Em geral, a proposição de que o homem está alienado do seu ser genérico significa que um homem está alienado de outro, tal como cada um deles da essência humana.

E, nessas condições, o homem trabalha, porém não tem clareza do que faz ao se deparar com as mercadorias produzidas. De certa forma, o homem não reconhece o produto de sua produção, exceto por sua forma de mercadoria, posto que, no mercado, elas ganham vida própria, assumem uma importância de fato. Em razão disso, ao se relacionar com essas mercadorias tal qual elas são postas, os trabalhadores se tornam objetos, e passam a seguir as regras do mercado. E assim como a mercadoria, o homem, se não consumir, passa a não existir e é excluído do mercado, tal como pontua Silveira (1995).

A respeito disso, pontua Marx (1988, p.111),

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.

Nessa lógica, a realidade não se apresenta imediatamente ao homem tal qual ela é. O homem só se relaciona parcialmente com essa realidade, sendo boa parte de sua essência velada. Assim, no contexto do capitalismo, a relação dos homens com a realidade é pautada por aquilo que é aparente, ou seja, pela relação existente entre aqueles que produzem. No entanto, essa relação não ocorre de forma explícita; o que se

observa, de fato, é uma relação que se dá entre os produtos dos trabalhos do homem e não entre os homens propriamente ditos, tal como pontua Oliveira (2010).

Karel Kosik (1986) se interessou por essa problemática assinalada por Marx (1988) e, no livro “Dialética do Concreto”, busca nos esclarecer quanto às características dessa realidade. Para Kosik (1986), a realidade que se mostra dentro do sistema capitalista é pseudoconcreta, posto que ela é transfigurada por uma realidade de objetos, ou seja, uma realidade onde tudo pode e deve ser reconhecido e tratado com um objeto, uma mercadoria. Assim, nessa realidade que se apresenta, os homens se transformaram em objetos que podem ser substituídos a qualquer momento pelo sistema capitalista, tal como ocorre com os idosos na condição de aposentado que, muitas vezes, sentem-se descartados pelo sistema, conforme pontua Kunzler (2009). Ainda para Kosik (1986), a realidade capitalista cria um espaço onde, produtos e coisas são personificados, criando autonomia em relação aqueles que os produziram.

É essa relação coisificada existente dentro da lógica capitalista que Marx (1988) vai denominar de “fetichismo da mercadoria”, em que cada produto do trabalho humano é fetichizado, ganha vida e se põe diante do seu produtor. Esse fetichismo da mercadoria ocorre em razão da relação alienada do homem, posto que o trabalhador se relaciona contraditoriamente com o produto de seu trabalho. Além disso, a contradição também se faz presente na relação do trabalhador e o ato de produzir que, ao invés de possibilitar desenvolvimento humano, torna o homem estranho a si mesmo, aos demais homens e ao ambiente em que vive. Nas palavras de Marx (1988, p. 112),

O trabalhador põe a sua vida no objeto; porém agora ele já não lhe pertence mais, e sim ao objeto. Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais sem valor e mais desprezível se torna. Quanto mais refinado é o produto mais desfigurado o trabalhador.

Marx (1988) ainda nos esclarece que o fetichismo se faz presente na medida em que se mostra velado ao homem. Nesse sentido, Marx (1988, p.71) salienta que

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais e sociais dessas coisas e, por isso também reflete a relação social dos trabalhadores com o trabalho total como uma relação social fora deles, entre objetos.

Nessa organização material própria do capitalismo, ao trabalhar, o homem fabrica uma mercadoria, mas, ao mesmo tempo, torna-se mercadoria, reduzindo-se em

instrumento de riqueza de outros homens que não ele próprio. É nesse sentido que Marx (1988) reafirma o trabalho como fundamento de toda riqueza e de toda propriedade, porém esse trabalho se realiza em sua forma alienada, ou seja, num regime da propriedade privada.

É salutar compreender que a concepção de trabalho, defendida por Marx (1988), tem um caráter dual. Nas palavras de Marx (1988, p. 53),

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho humano concreto útil produz valores de uso.

Ao discutir o caráter dual do trabalho, Marx (1988) nos explicita por que o trabalho consiste em uma atividade social e cooperativa. O trabalho humano é social no sentido que ele contribui para atender as necessidades da sociedade. Essas necessidades são de variados tipos, tais como: alimentar-se, vestir-se, proteger-se, locomover-se e assim por diante. Em função dessas múltiplas necessidades, diferentes tipos de trabalhos úteis são levados a cabo. Em cada sociedade há a necessidade de alguns meios para distribuir o trabalho social entre as diferentes atividades produtivas, ou seja, em cada sociedade há a necessidade do desenvolvimento da divisão do trabalho. Isso quer dizer que a produção, em cada local de trabalho, passa ser altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho. Entretanto, cada trabalhador não pode satisfazer suas necessidades a partir da sua produção. Ele precisa da mercadoria produzida por outro trabalhador, e também precisa do outro como consumidor de sua mercadoria produzida, somente assim o trabalhador consegue dinheiro com o qual compra aquilo que precisa.

Para cada necessidade humana, o homem cria, por meio do trabalho, algum objeto com valor de uso para que sua demanda seja suprida. É salutar ressaltar que, quando falamos de necessidade humana, estamos nos referindo a tudo aquilo que não necessariamente seja algo pertinente a todos os outros animais. Por exemplo, ter a necessidade de comer, beber, dormir, respirar é uma necessidade orgânica comum a qualquer espécie. No entanto, comer utilizando-se de talheres, dormir em um colchão, beber água em um copo, já são necessidades humanas. O copo, os talheres, o colchão são objetos criados pelo trabalho humano e têm, para o homem, um valor de uso determinado. E tais objetos constroem e mudam a natureza humana, conforme menciona Marx (1993). Assim, a produção cria o consumo: o consumo de mercadorias

para suprir necessidades humanas e o consumo da força de trabalho. Nesse sentido, o trabalho se mostra presente por todos os lados da existência humana. Para Marx (1988), é o resultado do mundo do trabalho que mantém vivos, que alimentam e vestem, não somente os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, ou aqueles que vendem o resultado do seu trabalho ou do trabalho alheio, mas também as crianças, os velhos, os doentes que, mesmo sem estarem vinculados diretamente ao mundo do trabalho formal ou informal, mantêm uma relação com ele, através dos resultados da atividade produtiva.

O mundo do trabalho nos cerca mesmo quando não estamos trabalhando. A mesa a que nos sentamos para comer tem trabalho humano incorporado, assim como os pratos, os talheres, a toalha de mesa, e o alimento que comemos. Tudo isso é resultado da atividade humana que transforma a natureza para o homem e, nesse processo, transforma o próprio homem, transformando-o na medida em que impõe, a ele, problemas a serem resolvidos, cita Marx (1988).

A questão central discutida por Marx (1988) é de que, a forma como organizamos nossa vida centra-se na produção de mercadorias, inclusive no consumo da própria mão de obra, ao mesmo tempo em que aliena o homem de sua própria produção. No modo de produção capitalista, não há espaço para aquilo que não produz, posto que esse sistema, de acordo com Antunes (1997), idolatra a produção e a alienação do trabalhador do processo de produção.

A respeito da alienação, Leontiev (1959) pontua que a desigualdade entre os homens não provém de diferenças biológicas, mas sim de fatores econômicos, uma vez que toda riqueza não é distribuída de modo igualitário. Para esse autor, a alienação é, também, antes de tudo, desigualdade de classes e da maneira como os homens diferentemente se apropriam daquilo que foi construído pela humanidade no decurso do processo sócio-histórico. Para Leontiev (1959), o que marca a sociedade capitalista são as diferenças no modo de se apropriar da cultura e das produções humanas, em que uns vão se apropriando mais, enquanto outros menos, modificando, inclusive o próprio desenvolvimento individual.

Esse autor destaca ainda que, a alienação decorre da divisão social do trabalho, com suas apropriações privadas e pela luta de classes. Nesse sentido, a alienação é engendrada pela ação de leis objetivas do desenvolvimento social, e, portanto, independe da consciência ou vontade do homem. Nesse sentido, o produto do trabalho do homem é transformado pela divisão social do trabalho num objeto destinado à troca, sendo agregado, ao produto, o lucro. Assim, assevera Leontiev (1959, p. 275), “[...] o

produto toma um caráter totalmente impessoal e começa a sua vida própria, independente do homem, a sua vida de mercadoria”.

Em razão da divisão social do trabalho, também se separam o trabalho material e o trabalho intelectual, a produção e o consumo, passando, cada um desses elementos, a pertencer a homens diferentes. Nesse sentido, Leontiev (1959, p. 275) registra que, “[...] enquanto globalmente a atividade do homem se enriquece e se diversifica, a de cada indivíduo tomado a parte estreita-se e empobrece”.

Leontiev (1959) afirma que a diferença na concentração das riquezas materiais é acompanhada pela diferença na apropriação da cultura. Mesmo os conhecimentos estando disponibilizados para todos, somente alguns terão, de fato, a possibilidade de se enriquecer sistematicamente dos conhecimentos produzidos pela humanidade. Aos demais homens, cabe o conhecimento mínimo para a produção de riquezas materiais nos limites das funções que lhes são destinadas. De certa forma, pudemos observar por meio das entrevistas realizadas, algumas falas dos idosos que remeteram a essa ideia: *Eu não pude estudar. Estudei só o primário, e já fui trabalhar na roça. Daí depois ficou difícil e eu preferi só trabalhar mesmo* (E6); *Na minha família o estudo sempre foi muito importante. Por isso meu pai sempre me incentivou a continuar estudando, até que cheguei na faculdade de Letras* (E2).

Pensando dessa maneira, um grande desafio nos é colocado, pois, o que dizer do idoso numa sociedade capitalista? De acordo com Bosi (1994, p.19), ser idoso, na sociedade capitalista, significa

Sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para os outros. E este outro é o opressor.

Esse outro, apontado por Bosi (1994), é o próprio sistema que sobrevaloriza a produção em detrimento do humano. Em razão disso, a velhice, muitas vezes, é concebida como momento de não produção, posto que os idosos não estão mais no mercado formal de trabalho. Assim, a aposentadoria, de acordo com Santos (1990), é costumeiramente vivenciada como a perda do próprio sentido da vida: de certa forma, uma morte social. Ao serem valorizados apenas aqueles que produzem, deprecia-se o sujeito aposentado. Pudemos observar isso por meio da fala de alguns dos aposentados entrevistados. Para eles, o aposentar-se e a velhice foram percebidos como processos que causam sofrimento. De acordo com E1, *“Eu não gostei de me aposentar porque a minha qualidade de vida caiu bastante e eu tenho que fazer um trabalho ou outro pra*

complementar à renda. Além disso, foi quando eu me senti velha mesmo, até então eu não tinha me percebido disso”; o entrevistado E4 pontuou que a aposentadoria foi um momento que afetou sua condição física. Segundo ele, “eu passei por um momento difícil. Cheguei até a ter depressão. Depois da aposentadoria minha saúde já não é mais a mesma. Eu não sei explicar porque, mas eu fico melhor quando eu to fazendo alguma coisa, parada não dá pra ficar”.

Antunes (2005) em sua obra *“Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”* reafirma que a sociedade contemporânea tem sido caracterizada por profundas transformações de natureza econômica, política, social, cultural, etc, de forma a priorizar a produção de bens e mercadorias, bem como a acumulação de capital. Em razão disso, o mundo do trabalho vem sofrendo profundas alterações, eliminando postos de trabalho, gerando crescente desemprego, e submetendo os trabalhadores às condições cada vez mais precarizadas de trabalho.

Em função da lógica vigente, as organizações a fim de otimizar custos e aumentar a produtividade, apropriam-se das tecnologias, substituindo o homem. Nesse sentido, segundo Antunes (1997), as organizações têm terceirizado os setores, excluindo os mais velhos e exigindo constante qualificação de seus trabalhadores, criando legiões de desempregados ou subempregados. Ainda sobre a lógica capitalista, Antunes (1997) salienta que, no que se refere ao idoso aposentado, encontramos duas situações. De um lado temos um segmento de idosos que se aposentam com situações econômicas mais favoráveis; a esses aposentados é dispensada grande atenção, posto que são tidos como mercado consumidor em potencial, já que podem injetar, na economia, importâncias financeiras significativas. De outro lado, a maioria da população de idosos brasileiros, fica à mercê de minguada remuneração e/ou de escassos benefícios sociais. Em razão da questão econômica, e por estarem inseridos numa sociedade de consumo e não terem capital para isso, eles são desconsiderados pela lógica capitalista. Podemos observar tal situação por meio dos discursos de alguns entrevistados que afirmam que, *“Eu não gostei de me aposentar porque minha qualidade de vida caiu bastante e eu tenho que fazer um trabalho ou outro pra complementar à renda, mas agora tenho mais tempo para minha família”* (E1); *“Hoje eu preciso trabalhar para ajudar com as despesas; só a aposentadoria não dá para pagar tudo que é preciso. Mas se eu pudesse, iria ficar viajando pelo mundo”* (E2); *“[...] a gente se aposenta quando é velho. Não precisa mais trabalhar, mas a gente gasta quase tudo comprando remédio e pagando médico, daí a aposentadoria não dá pra nada”* (E7).

A seguir, discutiremos a respeito da aposentadoria e das condições de vida daquele que envelhece e se retira do mercado de trabalho.

4.6 A SAÍDA DO HOMEM DO MUNDO DO TRABALHO - O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E A APOSENTADORIA NO BRASIL

A década de 1930 é um marco histórico na trajetória da sociedade brasileira, sobretudo por marcar o fim do ciclo agroexportador e a instalação gradativa das bases para a acumulação industrial no país. O período governado por Getúlio Vargas trouxe também grandes mudanças no que se refere à relação mantida entre aqueles que vendem a força de trabalho e os donos dos meios de produção. Foi Getúlio Vargas quem criou o Ministério Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), cuja função seria harmonizar as relações entre os trabalhadores e os empregadores. Ele também instituiu o sistema previdenciário brasileiro.

Faleiros (1982) aponta que, antes da década de 1930, já havia algumas medidas sociais para algumas categorias de trabalhadores, mas de maneira alguma pode-se falar em uma legislação social sistemática.

A primeira menção ao direito de se aposentar surgiu com o Decreto 9.912-A, de 26 de março de 1888, regulamentando o direito à aposentadoria, dos empregados dos Correios. Nessa legislação, segundo Couto (2004), teria direito à aposentadoria, o funcionário público que tivesse cumprido 30 anos de serviços prestados e com idade mínima de 60 anos.

Por volta de 1890, foi outorgado, por decreto, o direito de aposentadoria aos ferroviários estatais e a criação do fundo de pensão para funcionários do Ministério da Fazenda e da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esses mesmos direitos se estenderam, em 1912, aos funcionários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, conforme assinala Simões (2004).

Durante a primeira Guerra Mundial, por volta de 1918, o governo brasileiro constituiu a primeira comissão de legislação social na Câmara Federal e, de acordo com Simões (2004), alguns projetos de leis sociais até foram apresentados por alguns deputados, mas, como esses projetos não eram de interesse das classes dominantes, não foram aprovados. Segundo Faleiros (1982, p.127), o período dominado pelas oligarquias brasileiras foi marcado pelo incentivo à imigração de mão de obra estrangeira para atender as necessidades da lavoura de café e o repúdio a qualquer

legislação social. Esse mesmo autor ainda afirma que, nesse período, o “Estado não devia intervir na questão social a não ser para manter a ordem”.

A chegada da mão de obra estrangeira fez surgir o movimento operário que, por meio dos sindicatos, reivindicava melhores condições de trabalho. Em razão das pressões sociais, os empregadores passaram a discutir o modo de vida dos trabalhadores e a institucionalização dos direitos trabalhistas. De acordo com Faleiros (1982), foi a classe operária europeia e americana, que historicamente, ao se defrontar com a redução de sua capacidade produtiva e com a impossibilidade de aumentar a renda e o patrimônio, lutou pelos direitos de aposentadoria e benefícios à velhice.

A respeito disso, sinaliza Couto (2004, p.88) que,

[...] a emergência dos direitos sociais foi constituída a partir do trabalho de imigrantes europeus, que, no século XVIII, fugindo das guerras, se instalaram no Brasil e foram, aos poucos, substituindo a mão-de-obra escrava. Das ideias européias, que chegaram por meio dos imigrantes, surgiram as primeiras demandas por atendimento na área social e foram tencionadas as estruturas de mando da sociedade brasileira.

Couto (2004) afirma que, em razão dessas demandas, os donos dos meios de produção fizeram algumas concessões, visto a vontade de não provocar mudanças na estrutura política da sociedade brasileira, reafirmando uma sociedade conservadora e autoritária para manutenção dos interesses da classe dominante. Esse mesmo autor salienta que os atendimentos das necessidades da população ocorriam segundo o interesse das elites, caso contrário, o Estado exercia a repressão como forma de desmobilização de qualquer movimento que se formasse em prol de algum direito.

Para Faleiros (1982), o governo, nesse período, introduziu medidas de seguro social como garantia contra riscos de invalidez, da velhice, das doenças em geral, das demissões, da indigência e dos acidentes de trabalho. Esses direitos só foram conquistados a partir das reivindicações do movimento operário que se instalava nas grandes empresas. Também se pode dizer que a conquista de direitos como a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho, férias, regulamentação do trabalho das mulheres, melhores salários, integram um conjunto de reivindicações do movimento operário que vem se constituindo, desde o século XIX, mas que, somente no século XX, torna-se evidente.

Couto (2004) afirma que o Brasil, no que se refere ao direito à aposentadoria, seguiu uma onda a que vários outros países da América Latina também aderiram. De acordo com esse autor, a aposentadoria surgiu na Alemanha no século XIX, criada por

Otto Von Bismark, a partir da criação e implementação de uma série de outros seguros sociais, os quais surgiram com o intuito de amenizar os conflitos e as tensões da classe trabalhadora daquele período.

Segundo Faleiros (1982), no Brasil, os regimes de aposentadorias surgiram nas grandes empresas como as ferroviárias e em caixas patronais (CAPS) para atender as necessidades do movimento operário. Esses seguros eram vistos, pelas empresas, como uma maneira de estabilizar a mão de obra, ao mesmo tempo em que elas poderiam exercer controle direto sobre a força de trabalho, controlando a entrada e a saída do mercado de trabalho. Assim, os empregadores deveriam criar políticas de produção vinculadas a uma política pessoal para substituição de trabalhadores idosos que já não tinham mais o mesmo empenho e produção, em relação àqueles que adentravam ao mercado de trabalho. Além disso, esses novos trabalhadores já vinham melhor qualificados do que os idosos que ainda não estavam abertos às mudanças que ocorriam naquele momento histórico.

Podemos dizer que o marco do nascimento da seguridade social, no Brasil, foi a promulgação da Lei Elói Chaves, em 1923, assinada no governo de Arthur Bernardes em plena Velha República, após finalizada a I Guerra Mundial. De acordo com Faleiros (1982), os governos desse período mantinham uma administração autoritária e repressiva frente às reivindicações dos trabalhadores. Em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), com o intuito de atender os compromissos firmados na campanha eleitoral.

O Conselho Nacional do Trabalho passou a ser a instituição responsável pela administração das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). As CAPs asseguravam, aos trabalhadores e a seus familiares, direitos à assistência médica, medicamentos com preços melhores, aposentadorias e pensões por velhice ou por invalidez. Esses primeiros direitos estavam reservados aos ferroviários, que poderiam requisitá-los a partir do momento em que se desligassem da produção, e que, nos casos de invalidez, por tempo de serviços prestados, ou por velhice, passariam a usufruir dessa cobertura previdenciária. Faleiros (1982) ressalta que as CAPs foram implantadas para cada companhia de estrada de ferro e eram organizadas por empresas ou por categorias profissionais.

De acordo com o autor, as CAPs eram financiadas de forma tripartite, por contribuições dos empregados, dos empregadores e do Estado, tendo como administradores os representantes patronais e trabalhadores. A sua regulamentação baseava-se num contrato de caráter privativo entre os donos das empresas e seus

funcionários, em que os empregadores se comprometiam a sustentar, no futuro, aqueles funcionários que fossem mais ativos, em troca de uma parcela de sua renda no presente, desde que essa contribuição fosse ininterrupta, e podendo se esgotar, caso o trabalhador mudasse de empresa.

De acordo com Haddad (1986), entre 1931 a 1933, logo após a revolução de 1930, foram baixadas disposições legais referentes às leis trabalhistas, levando à criação do Departamento Nacional do Trabalho, à criação da carteira de trabalho, à regulamentação da jornada de 8 horas diárias de trabalho, bem como à regulamentação do trabalho feminino.

Podemos observar que a legislação trabalhista, criada durante a Era Vargas, tinha por embasamento a ideia do pensamento liberal, em que a intervenção estatal buscava a harmonia entre os trabalhadores e empregadores. Simões (2000) afirma que, Getúlio Vargas, ao criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha por objetivo maior conseguir tal harmonização e, em razão disso, passou a substituir as CAPs por dispositivos legais, sob a égide do Estado, criando grandes Institutos Nacionais de Aposentadorias e Pensões (IAPS), organizados em torno das caixas já existentes.

Haddad (1986) assevera que, durante os primeiros anos da década de 1930, as CAPs e as IAPs coexistiram e significavam, na verdade, duas formas de organização da previdência social, sendo as CAPs exclusivamente privadas e as IAPs uma maneira estatal de organização.

Esclarecendo um pouco mais sobre as IAPs, Simões (2000) ainda coloca que, com a criação das IAPs, instituiu-se um vínculo compulsório por categoria profissional, sobretudo das classes assalariadas urbanas, ficando ainda, sem cobertura, os trabalhadores autônomos e profissionais liberais, trabalhadores rurais, os funcionários civis e por regime previdenciário próprio.

Os Institutos Nacionais de Aposentadorias e Pensões (IAPS) foram criados segundo a capacidade de organização, mobilização e importância da categoria profissional, ou seja, foram resultados de conflitos e negociações entre as categorias profissionais e o Estado, conforme aponta Faleiros (1982). Esse mesmo autor ainda aponta que esses institutos cobriam os riscos de doença, de invalidez, de velhice e de morte, sendo que, para tanto, a contribuição dos empregadores e empregados representava de 12 a 16% do total dos salários, cerca de 6 a 8% para cada uma das partes.

Simões (2000) aponta que, após a década de 1930, o sistema previdenciário brasileiro ainda possuía critérios de inclusão e exclusão em seus benefícios sociais. Os trabalhadores urbanos do setor privado e o funcionalismo público continuavam privilegiados, posto que a vinculação ao mercado formal de trabalho garantia a inserção nas políticas sociais desse período. A respeito disso, Faleiros (1982, p. 128) comenta que,

Se os camponeses eram excluídos, outros trabalhadores foram incluídos, ao final do século, em alguns benefícios muito restritos, como o direito à pensão de velhice. Trata-se dos oficiais e algumas categorias de operários (e não todos os trabalhadores) da casa da moeda, dos telégrafos e da imprensa nacional.

Dessa forma, fica evidenciado que o sistema previdenciário, nesse momento, tinha por objetivo atender, em primeiro lugar, aos trabalhadores urbanos, sobretudo as categorias mais organizadas como os ferroviários, os marítimos e os bancários de estabelecimentos privados, excluindo importante parcela da população do campo. Esse fato perdurou até a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei nº 4.214, em 1963. Esse era um sistema de previdência específico para trabalhadores da área rural, com benefícios e formas próprias de custeio. O FUNRURAL acabou em 1977, sendo incorporado ao Sistema Nacional Previdência Social (SINPAS), passando a receber contribuições a partir da comercialização de produtos e a administrar a concessão de benefícios (Simões, 2000).

O que se pode observar é que o modelo previdenciário após 1930, voltou-se mais para a acumulação de reservas, posto que restringia sobremaneira seus benefícios e serviços. Com o crescente número de empregos formais, a massa de segurados teve um crescimento significativo, ocorrendo um aumento da receita. Em contrapartida, novos mecanismos para conter a concessão de benefícios eram criados (Simões, 2000).

Haddad (1986) registra que, já no segundo governo de Vargas (1951-1954), havia uma tentativa de reformar a previdência social, sobretudo por meio do projeto de lei nº 3.807, mas, em função de entraves políticos e econômicos da época, essa lei só pôde ser promulgada durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Essa lei, também conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), uniformizou os benefícios previdenciários, rumo à universalidade da Previdência Social no país, com o intuito de abranger todos os trabalhadores sob o regimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). No entanto, ela ainda continuava a excluir os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os servidores públicos e de autarquia que tivessem regimes

próprios de previdência. Haddad (1986) salienta que, de acordo com o artigo 22 da LOPS, os segurados passaram a desfrutar dos seguintes benefícios: auxílio doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio natalidade, pecúlio e assistência financeira.

Simões (2000) assinala que, a partir de 1966, durante o governo de Castello Branco, o decreto lei 72 extinguiu as IAPS, fundindo suas antigas estruturas ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atualmente Instituto de Seguridade Social (INSS).

Conforme Haddad (1986), com o golpe militar de 1964, e a política econômica e social decorrentes desse contexto, deu-se a total exclusão da classe trabalhadora do processo político. Nesse período foi estabelecido um arrocho salarial, refletindo no empobrecimento das classes trabalhadoras, em nome do controle da inflação e da reprodução crescente do capital.

Nesse cenário em que os movimentos operários não exerciam mais suas práticas reivindicatórias, os artigos da LOPS, referentes à aposentadoria por tempo de serviço e à aposentadoria especial, foram revogados. Durante o governo de Emílio G. Médici houve alterações na LOPS, em especial no que se referia à aposentadoria por velhice, ficando estabelecido que ela contemplaria os segurados que completasse 65 anos ou mais anos de idade, no caso dos homens e 60 anos ou mais, no caso das mulheres. Ainda nessa legislação, ficava estabelecido que, para fazer jus a esse benefício, o requerente à aposentadoria deveria se desligar de toda e qualquer atividade remunerada que exercesse (Haddad, 1986).

Segundo Simões (2000), na década de 1970, inicia-se uma nova fase: a expansão da cobertura dos serviços a categorias ainda não cobertas, (autônomos, empregados domésticos, profissionais liberais) e a parte dos trabalhadores rurais. Os seguros relacionados a acidentes de trabalho passaram também a fazer parte do novo arcabouço jurídico e institucional da Previdência Social.

A expansão das ações do INPS fez com que fosse criado, em 1974, com a Lei 6.036, o Ministério da Previdência Social. Em 1975 foi feita a Consolidação das Leis da Previdência Social. Em 1977, a Lei 6.439 criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Esta estrutura manteve-se até o advento da Constituição de 1988 (Simões, 2000).

A partir da década de 1990, os movimentos sociais se fortaleceram, diversas mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora, do movimento de aposentados e pensionistas, dos profissionais liberais lutaram pelo fim do arrocho aos benefícios pagos

pela previdência, por melhoria nas condições de vida. Pode-se dizer que a partir da década de 1990 é que ocorreram os ganhos mais significativos em relação à velhice dentro da previdência. Nesse período, foram criadas leis e ações voltadas à proteção e garantia de direitos dos idosos, sobretudo, com a consolidação do Estatuto do Idoso, lei nº10741.

A lei nº10.741, popularmente conhecida como o Estatuto do Idoso, foi promulgada em 01 de outubro de 2003 e versa sobre os direitos fundamentais, as medidas de proteção, as políticas de atendimento ao idoso, do acesso à Justiça, bem como a respeito dos crimes cometidos a essa população (Brasil, 2003).

Pode-se dizer que o Estatuto do Idoso foi um grande avanço dentro das políticas nacionais, uma vez que trouxe garantia de direitos a essa população que se encontrava desamparada, até então, pela legislação brasileira, conforme pontuamos na primeira sessão, quando discutíamos a visão biológica da velhice nas produções científicas.

4.7 O IDOSO FRENTE À APOSENTADORIA

Dada a apresentação do significado social do trabalho na sociedade capitalista, passaremos a discutir o sentido do desligamento do mercado formal de trabalho para o idoso.

Não raramente, o processo de envelhecimento está associado culturalmente com a saída do mercado de trabalho e o advento da aposentadoria. Ao contrário do que significava antigamente, o saber acumulado, ao longo dos anos, nem sempre é fonte de reconhecimento e prestígio. Costumeiramente, esse saber é menosprezado e considerado obsoleto.

A fim de compreender a forma por meio da qual cada indivíduo idoso se relaciona com a aposentadoria, é importante focar o espaço ocupado pelo gênero masculino e feminino desde os tempos mais remotos até os dias atuais, considerando a dicotomia existente entre o espaço público e o espaço privado, que possibilitou a origem de diversas formas de desigualdade que foram sendo culturalmente construídas entre homens e mulheres ao longo da história da humanidade, conforme pontua Kunzler (2009).

Assim, enquanto o homem construiu sua participação voltada para a vida pública por meio do trabalho diário externo à casa, a mulher restringiu sua atuação ao âmbito privado, tal como pontua Kunzler (2009). Dessa forma, as ocupações relativas ao lar e à

família eram consideradas e determinadas culturalmente como função e obrigação feminina, tal como assinalado por Kunzler (2009).

Para essa autora, compreender a relação de gênero e a relação do homem com o trabalho leva a focar a evolução da própria espécie humana, sendo fundamental analisar a categoria cultura ao longo do processo histórico-social no qual o homem viveu, desde os tempos mais remotos até hoje.

Kunzler (2009) também pontua que, para se pensar a respeito da evolução humana sem levar em conta as mudanças e diferenças que esse processo implica, no cotidiano, é não considerar o homem na sua totalidade, por meio da sua bagagem histórica que o constitui enquanto sujeito de uma sociedade contraditória que se revela a cada dia.

Nesse sentido, várias questões são postas em relação à aposentadoria, não só pelo fato de a população do país estar envelhecendo, mas também pelo colapso eminente do Sistema Previdenciário Brasileiro e pela vulnerabilidade da economia, assim assevera Kunzler (2009).

Cabe aqui fazer uma análise da própria condição do trabalhador no sistema capitalista que, antes de se aposentar, encontra-se socializado, preparado e exigido social e economicamente pela sociedade capitalista. Essa mesma sociedade faz com que o trabalhador cumpra seu destino de trabalhador, dirigindo suas escolhas pela afirmação da produção e do consumo. Como vimos anteriormente, o trabalhador também se vê transformado em seu trabalho, tendo uma vida imersa em rituais cotidianos em que muitos forjam sua identidade num labor e, nele, conseguem o reconhecimento de seu valor, o que lhe confere prestígio, tal como pontua Kunzler (2009).

Para Kunzler (2009), a partir de seu caráter organizativo, o trabalho determina os compromissos, horários e rotina, fazendo com que o trabalhador molde sua vida em torno das condições exigidas pelo seu trabalho. Ao se afastar do trabalho, e com tempo disponível, o trabalhador percebe que seu tempo livre não está mais relacionado com o conjunto de atividades diárias que faziam parte da sua vida. Ele se vê obrigado a mudar os hábitos do cotidiano, diminuindo o círculo de amizades ligadas ao trabalho, mas, por outro lado, passa a ter uma convivência mais intensa com a família, que poderá ser harmônica ou conflituosa.

Evidenciamos esses aspectos no discurso do entrevistado E2 que assinalou a mudança na vida social. De acordo com ele, “*o que mais senti falta foi dos meus amigos do trabalho. Hoje vejo um ou outro, e já não tenho tantos amigos como eu tinha antigamente*”; e no discurso do entrevistado E9, que destacou que, “*Antes a vida era*

agitada, trabalhava durante a semana e nos finais de semana sempre tinha um churrasco pra ir. Hoje fico mais em casa mesmo, e venho aqui toda quinta-feira”.

Nesse sentido, o indivíduo aposentado precisa reinventar seu cotidiano, por meio de alternativas que rompam com esse isolamento, e sob a influência do nosso sistema econômico, ele busca algo que o faça sentir-se útil, através de novas ocupações para manter o corpo e a mente ativa, e envelhecer com otimismo e prazer. Tal proposição pôde ser evidenciada pelo que disse o entrevistado E1: *“para não me sentir tão isolada, eu procurei fazer algumas coisas, passei a ajudar minha filha cuidando da minha neta e agora to participando desse grupo da terceira idade e isso tem me feito muito bem”*; e na fala de E4 que disse que *“eu cuido de uma horta. Adoro mexer com a terra. Quando chega a hora de colher é muito bom, porque daí a gente tem bastante coisa pra fazer e tem também alimento fresquinho (...) eu acho que isso me faz muito bem”*.

Após sua saída da atividade laboral e em razão da realidade da aposentadoria no Brasil, o indivíduo precisa encontrar novos significados ou planos e projetos de vida; ao mesmo tempo, precisa readequar a ocupação do tempo livre e as motivações a essa nova condição socialmente imposta (Kunzler, 2009).

Na condição de aposentado, os idosos tendem a diminuir suas relações sociais e a não exercer a participação. Assim, o convívio social, os relacionamentos interpessoais e a troca de experiências, antes possibilitados pelo trabalho, são substituídos pelo isolamento e ociosidade, fazendo da velhice um momento marcado por sentimentos de inutilidade produtiva e de incapacidade para se estabelecerem novas relações sociais (Kunzler, 2009).

Kunzler (2009) ainda pontua que a velhice precisa ser vivida e encarada como os demais períodos da vida. O contato social, as amizades e as demais atividades realizadas são fundamentais para se viver socialmente, assim como as diversas possibilidades para se estabelecer contato com o outro, seja por meio de atividades comunitárias, físicas ou religiosas, que podem ser exploradas, tendo em vista que contribuem para que os idosos se adaptem às mudanças que o processo de envelhecimento envolve.

Além disso, é indispensável a participação contínua e permanente dos idosos em todos os espaços de vida social, desfrutando de situações e oportunidades de acordo com os interesses e recursos pessoais de cada um, mas, acima de tudo, que esse envolvimento traduza a satisfação e a vontade de viver, tal como pontua Kunzler (2009).

Assim, a aposentadoria é mais do que o afastamento da força de trabalho, afinal, ela envolve o continuar exercendo alguma atividade de trabalho ou dedicar-se

plenamente a outras possibilidades, preferencialmente mais satisfatórias, como o lazer, o investimento em si próprio, considerando as variações salariais ao aposentar-se (Kunzler, 2009).

Por meio da pesquisa realizada com os idosos, observamos que, no que se refere à opção por realizar outras atividades, os entrevistados salientaram que sentem necessidade de se manterem ativos. Eles acreditam que, assim, conseguirão manter a mente ativa e melhorar a qualidade de vida. De acordo com E1, *“Eu venho para o grupo da terceira idade, e aqui a gente dança, joga bingo e conversa bastante”*; para o entrevistado E5 realizar alguma atividade é fundamental. Esse entrevistado sinaliza que *“eu participo do grupo, e faço hidroginástica três vezes por semana”*; o entrevistado E9 optou por realizar uma atividade que ele realizava quando era criança, *“eu cuido dos meus netos e planto algumas verduras e legumes, tenho uma horta como quando eu era criança, eu mexo com a terra”*.

Para Kunzler (2009), a opção pelo lazer, nesse período de desenvolvimento, pode ser considerada uma mudança positiva. No entanto, essa predisposição para usufruir maior tempo livre dependerá de como cada um se preparou financeiramente ao longo da vida. Fazemos aqui um complemento a essa ideia, tendo em vista que na sociedade capitalista, apesar de o idoso, muitas vezes, não ser visto como ser tão produtivo, ele é compreendido como um consumidor ávido, em função do que o mercado se prepara para atender as necessidades estéticas e de lazer, ofertando um serviço altamente especializado, sobretudo para aqueles idosos com considerável poder aquisitivo, tal como pontua Palácios (2004).

Por outro lado, o ingresso precoce na aposentadoria pode significar o empobrecimento no padrão de vida. Assim, a decisão entre continuar trabalhando ou não, pressiona os indivíduos a adiarem os planos da aposentadoria. Dessa maneira, o indivíduo, para se retirar da força de trabalho, passa a avaliar, além de suas condições subjetivas e psicológicas, a sua situação socioeconômica para adentrar nesse período, de modo que sua decisão não se constitua numa experiência insatisfatória ou frustrante financeiramente, conforme aponta Kunzler (2009).

De acordo com Kunzler (2009), muitos idosos aposentados reingressam no mercado de trabalho, não necessariamente por desejarem continuar na ativa, mas em função das dificuldades financeiras decorrentes do baixo valor pago pelas aposentadorias, bem como pela existência, ainda incipiente, de políticas públicas por parte do Estado que contemplem esse segmento. Esses fatores contribuem para que o aposentado permaneça ou reingresse ao trabalho.

Esse aspecto foi evidenciado nas falas dos entrevistados que continuavam no mercado de trabalho. Destacamos o que justificou E10 para continuar trabalhando “*Eu trabalho porque acho que é importante para o homem continuar trabalhando. E também para ajudar a pagar as contas*”; e o que disse E2: “*Hoje eu preciso trabalhar para ajudar com as despesas, só a aposentadoria não dá para pagar tudo que é preciso*”.

4.8 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta sessão, discutimos a relação existente entre o homem, o envelhecimento e o trabalho.

Abrimos esta sessão discutindo o quanto a atividade trabalho consistiu em um processo fundamental para o desenvolvimento humano, trazendo uma série de modificações tanto biológica, como psicológica e social. Destacamos o fato de o trabalho ter uma dimensão principal na vida do homem, na medida em que possibilita o desenvolvimento humano.

Num momento posterior, discutimos como o homem constrói sua vida na cotidianidade, de forma a ser autor e construtor de sua própria história. Salientamos que o homem vem construindo, ao longo do tempo, sobretudo sua relação com o trabalho e com os demais homens.

Depois, reservamos um momento para discutir a categoria trabalho, dentro de uma sociedade capitalista, que vem transformar a relação estabelecida entre o homem e o trabalho. Pudemos observar o quanto o trabalho tem sido modificado tornando o homem um ser alienado, em relação ao seu trabalho, nas suas relações sociais e em relação a si mesmo.

O processo de alienação, advindo da demasiada exploração do trabalho dos homens, tornou o trabalho humano mercadoria, de forma a transformar o homem, também, numa mercadoria. Esse processo reflete sobre as relações humanas, de modo que o homem se vê dissociado de seu trabalho, e acaba influenciado o idoso, que para ter um sentido pessoal de valorização, precisa continuar trabalhando. A partir disso, pudemos perceber o quanto as relações no mundo capitalista se tornaram fetichizadas e, absolutamente, tudo se torna, de alguma forma, uma mercadoria dentro da sociedade capitalista, só tem valor quem é produtivo, quem produz mais-valia.

Após essa discussão, passamos a refletir sobre a saída do homem do mercado de trabalho em função da aposentadoria e suas repercussões sobre a vida do sujeito. Vimos o quanto esse processo traz profundas modificações na vida do sujeito, sobretudo

quando percebemos que a criação da aposentadoria está pautada numa necessidade do sistema econômico.

Por último, buscamos encontrar subsídios para discorrer sobre a relação que o aposentado mantém com o trabalho, tendo em vista que o significado e o sentido do trabalho, atribuídos por eles, nem sempre são os mesmos em relação a quem não está aposentado. Observamos que o idoso, frente ao processo de aposentadoria, está preso a uma relação de exigências constantes advindas do mercado, bem como, encontra-se em uma situação que, muitas vezes, exige dele o reingresso à atividade laboral remunerada. No entanto, o trabalho, nesse período da vida, distingue-se dos outros momentos, já que o significado e o sentido atribuído ao trabalho podem não ser os mesmos, conforme pudemos observar pelas entrevistas.

O trabalho parece ser para o idoso, uma atividade importante, na medida em que, de uma forma ou de outra, os valores ideológicos, próprios da sociedade capitalista e que, permearam a vida do indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, ainda estão presentes durante a velhice. Dessa forma, pudemos perceber que nos participantes dessa pesquisa há uma supervalorização dessa atividade, como sendo aquela que, de fato, traz identidade e valor aos indivíduos, posto que ao trabalhar, eles estão produzindo algo, que de alguma forma, poderá contribuir para a sociedade.

Ao continuar produzindo, seja de forma remunerada ou não, o idoso atende àquilo que Queiroz (1979) denominou como força civilizadora do sistema de produção capitalista, tendo em vista que é exatamente isso que é esperado deles. Essa característica do sistema de produção capitalista foi estudada, primeiramente por Eça de Queiroz (1979) em seu livro “A emigração como força civilizatória”, que por meio de um estudo histórico acerca das emigrações que ocorreram no mundo a partir do desenvolvimento da industrialização, afirma que o sistema vigente, no intuito de atender às questões econômicas postas força o homem a produzir, mesmo que para isso seja necessário que ele migre para outros lugares. Em alusão ao pensamento de Queiroz (1979), podemos dizer então, que o sistema capitalista se utiliza dessa força civilizadora para fazer com que os idosos continuem a manter algum tipo de relação com a atividade trabalho.

Em razão disso que pensamos que o trabalho, na sociedade capitalista, continua sendo a atividade que guiará o desenvolvimento humano ao longo da velhice, posto que dentro do ciclo de vida humana, o homem envelhecido, apesar de todas as condições físicas, ainda pode produzir, e, portanto, servir ao sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou alguns apontamentos acerca das contribuições da Psicologia Histórico Cultural para a compreensão da velhice, a partir da elaboração do conceito de atividade principal ou dominante. Considerando a complexidade dessa escola de pensamento psicológico, apresentou-se um grande desafio para a realização desta dissertação, posto que era fundamental construir uma reflexão que pudesse ser alicerçada por um viés materialista, ou seja, que partisse da realidade concreta dos homens. No presente caso, estudar a velhice a partir daquilo que é expresso pela realidade, ou seja, buscando explicitar os elementos que compõem a construção histórica e social desse período de desenvolvimento.

Num primeiro momento, optamos por compreender esse período a partir daquilo que o próprio idoso pensa a respeito de seu período de desenvolvimento. Essa opção possibilitou ampliar nossa visão sobre a velhice, sobretudo porque foi possível entender, pelos discursos apresentados, as condições de vida daqueles que envelhecem na sociedade capitalista. Essa abertura para a escuta dos idosos também nos possibilitou dimensionar, de maneira mais clara, nosso objeto de estudo – a velhice – em seus elementos mais singulares. De certa forma, nessa primeira aproximação, a velhice nos pareceu um período de desenvolvimento marcado por grandes mudanças de ordem física, psicológica e social. No entanto, também pudemos perceber que apenas essas mudanças não davam conta de explicar a complexidade apresentada pela velhice, sobretudo pela maneira como ela se constitui na sociedade atual.

Em razão disso, buscamos, na segunda sessão, retratar como a velhice tem sido objetivada pela Ciência no final do século XX e início do século XXI. Nesse momento, pudemos observar que a Ciência tem pensando muito pouco a respeito da velhice, não dando a devida atenção à produção de conhecimento em relação a essa fase da vida. O que se pôde observar foram estudos voltados para aquilo que era mais aparente em relação à velhice, não havendo produções que, de fato, buscassem compreender essa categoria de forma mais crítica e que se sustentassem na materialidade da existência humana.

Nesta sessão, pudemos organizar os estudos sobre a velhice a partir de alguns agrupamentos, que também pareceram refletir um pouco a forma como os idosos

relatarem pensar sobre si mesmos. Agrupamos as pesquisas científicas em: estudos de cunho biológico, estudos de cunho sócioeconômico e estudos de cunho psicológico. Esse agrupamento nos permitiu perceber que a velhice tem sido objetivada pela Ciência através de um paradigma fortemente estabelecido e amplamente difundido, ou seja, compreendendo a velhice em seus aspectos biopsicossociais. No entanto, esse paradigma não nos esclarece muito acerca da complexidade da velhice, sobretudo porque trata a velhice de maneira isolada e fragmentada no desenvolvimento humano, e não a partir de sua totalidade. De certa forma, pode-se dizer que esses estudos pressupõem o desenvolvimento humano a partir de uma ótica naturalizante.

Muitas vezes, esses estudos sobre a velhice tentavam integrar os vários elementos que compunham a vida do homem, ou seja, relacionavam os aspectos biológicos, sócioeconômicos e psicológicos dessa fase de desenvolvimento, numa tentativa de integrá-los e, assim, se apresentar como estudos com uma visão total sobre o indivíduo. No entanto, é importante esclarecer que isso não significa que esses estudos estavam, de fato, compreendendo a totalidade e a complexidade da velhice, posto que não basta realizar a integração entre esses elementos, mas, ao considerar os aspectos biológicos, psicológicos e sociais que se relacionam com a velhice, devem-se buscar outros multideterminantes históricos que possibilitam a existência desse período de desenvolvimento.

Com o intuito de suprir essa necessidade de entender a velhice a partir de sua materialidade, algo que faltava nas atuais pesquisas sobre a velhice, buscamos junto à Psicologia Histórico Cultural tal subsídio. Vimos que a partir dessa perspectiva teórica, o desenvolvimento humano se dá por períodos que mantêm estreita dependência das relações materiais de produção e, nesse sentido, pode-se dizer que há uma superação da visão naturalizante que marca os estudos sobre a velhice. Ao seguir a lógica de períodos, pudemos observar que a Psicologia Histórico Cultural propõe uma compreensão demarcada dessa maneira apenas com o intuito de facilitar o entendimento dos momentos do ciclo de vida do homem. Os períodos propostos, portanto, não são estanques, tampoucos rígidos, já que variam de acordo com o momento histórico, com as condições socioeconômicas e culturais de cada indivíduo, tal como pontua Vigotski (1996).

Por meio das entrevistas com os idosos, pudemos perceber essa característica do desenvolvimento humano, sobretudo pela dificuldade que os mesmos encontraram

em estabelecer o momento de início da velhice. De fato, os elementos que marcam a velhice não são claros, e fica evidenciado que a definição dessa fase de desenvolvimento não pode ser marcada exclusivamente por uma caracterização que parte das mudanças que ocorrem no âmbito biológico, tendo em vista que essas mudanças ocorrem o tempo todo e em diversos momentos da vida. Tampouco por características psicológicas ou sociais, uma vez que os processos que perpassam a velhice, também ocorrem na vida adulta e na infância. Tentamos, apresentando a fala dos idosos no início do texto fazer o movimento de partir do singular, caminhando até o universal. A fala dos idosos e as pesquisas apresentadas nos deram uma idéia de como a sociedade está compreendendo o idoso na atualidade, e procuramos avançar nessa compreensão, saindo da aparência – o que os idosos pensam, o que a literatura que parte de uma visão biológica apresenta – para ir para a essência, tentando compreender a base econômica da sociedade que promove sentimentos diferenciados nos idosos, levando-o a se sentir importante somente se estiverem participando do processo produtivo.

O fato de os períodos de desenvolvimento humano variarem segundo o momento histórico e as condições sócioeconômicas e culturais, pôde ser reafirmado pelo discurso dos idosos entrevistados, sobretudo pelas falas que associaram a velhice à improdutividade e ao sentimento de inutilidade. Considerando a lógica vigente, o idoso já não possui, de fato, as mesmas condições físicas e psicológicas para exercer o mesmo papel que o adulto na sociedade capitalista. A força, o vigor necessário para a produção, no idoso, já não é o mesmo. Também pudemos observar associações da velhice com o processo de aposentadoria, ou seja, com a saída do mercado de trabalho e com todas as implicações decorrentes desse processo, tais como diminuição da renda e perda do status social, por exemplo.

De acordo com Vigotski (1996), a periodização do desenvolvimento humano se dá por um encadear de períodos, que se sucedem uns aos outros de maneira progressiva e contínua. Esse mesmo autor ainda assevera que o que vai caracterizar um determinado período é o estabelecimento de uma atividade dominante ou principal, que vai ser o guia de desenvolvimento para aquele determinado período da vida.

A hipótese levantada para esse estudo consistia na possibilidade de a atividade trabalho ser considerada como a atividade que norteia o desenvolvimento do idoso. Essa hipótese teve sua origem nas indagações realizadas a partir do estudo da teoria do desenvolvimento humano proposta pela Psicologia Histórico Cultural. Ao nos debruçar

no estudo dessa perspectiva teórica, verificamos que os autores soviéticos, sobretudo Vigotski (1996), Leontiev (1959), Elkonin (1986), pensaram desenvolvimento humano até a vida adulta, não realizando discussões sobre a velhice. O pouco que se encontra sobre a velhice, dentro da perspectiva da Psicologia Histórico Cultural foi produzido por Tolstij (1998). No entanto, esse autor não define nenhuma atividade dominante, apenas descreve algumas características da velhice. A partir disso, pensou-se na hipótese proposta para este estudo, considerando essa lacuna teórica e o momento histórico e econômico que vivemos na atualidade. Por meio das entrevistas realizadas com os idosos, pudemos observar que, de fato, o idoso continua a se relacionar com a atividade trabalho. E essa atividade parece efetivamente guiar o desenvolvimento humano, sobretudo porque ela está presente na vida do idoso, seja de forma direta ou de forma indireta. Observamos a atividade trabalho presente, com função de guia de desenvolvimento, nas falas dos idosos aposentados que continuavam exercendo atividade profissional, ou seja, numa relação direta com o trabalho. Mas também na fala dos idosos aposentados que não estavam exercendo atividades profissionais, tendo em vista que esses idosos continuam exercendo atividades laborais não remuneradas como forma de ocupação do tempo e por outros motivos, como por exemplo, no caso de idosos que cuidam dos netos para que os filhos possam exercer suas funções profissionais. Em todas as situações, os idosos mantinham alguma relação com a atividade trabalho.

Evidentemente, o significado e o sentido atribuído à atividade trabalho já não se mostravam os mesmos para os idosos. De acordo com as falas deles, durante a vida adulta, o trabalho se constitui na característica determinante desse período de desenvolvimento. Esse fato já havia sido discutido por Elkonin (1986) e por Vigotski (1996) quando esses autores discutiram o período de desenvolvimento denominado vida adulta. No entanto, para os idosos entrevistados, o trabalho, na vida adulta, tem uma função voltada mais para a organização da vida, da formulação de identidade e, principalmente, uma função voltada para a manutenção, em termos financeiros, da vida do indivíduo e da família. No entanto, durante a velhice, a atividade trabalho tem um caráter mais relacionado com a ocupação do tempo do idoso. Isso se dá em razão de os idosos entrevistados terem informado que o trabalho consistia numa necessidade, pois eles sempre trabalharam e, agora, seria muito complicado organizar a vida sem a presença dessa atividade. Além disso, ao trabalhar de maneira formal ou informal, eles se sentiam úteis para as suas famílias e para a sociedade. De certa forma, essa diferença

de sentido e significado pode ser entendida como a força motriz ou período crítico de desenvolvimento que é responsável pela transição de um período a outro, tal como pontuou Elkonin (1987).

Outro aspecto que pudemos perceber, nesta pesquisa, refere-se ao momento de crise do desenvolvimento humano que se processa na transição entre a vida adulta e a velhice. Elkonin (1987) assinala que, cada passagem de um período a outro, cada estabelecimento de uma nova atividade principal é compreendida como uma crise. É exatamente essa crise que delimita um período e outro, assinalando o fim de uma etapa de desenvolvimento e o começo da seguinte. Nesse sentido, considerando o momento histórico em que vivemos, as condições que nosso modo de produção estabelece, e as informações coletadas juntos aos participantes da pesquisa, parece que existe, de fato, um momento de crise que se refere ao processo de transição entre a vida adulta e a velhice, sendo esse momento de crise constituído pela saída do mercado de trabalho, ou seja, pelo advento da aposentadoria na vida do indivíduo.

De acordo com o relato dos idosos, a vivência do processo de aposentadoria mostrou-se bastante contraditória. Se por um lado eles se sentiram satisfeitos por se aposentarem e já não ser mais necessário vivenciar as implicações do trabalho, sentiam ao mesmo tempo, a insatisfação por ter de buscar novas atividades, mesmo que se constituíssem ainda em outro trabalho.

Para finalizar, gostaríamos de sinalizar que as considerações aqui esboçadas ainda necessitam de mais pesquisas científicas, posto que a velhice, como dito anteriormente, ainda é pensada por um viés naturalizante e ainda se mostra de maneira hegemônica na Ciência, sobretudo dentro da Psicologia. Nesse sentido, faz-se necessário que outras pesquisas, fundamentadas no Materialismo Histórico Dialético, sejam realizadas, para se compreender como ocorre esta etapa da vida do homem, que se mostra tão presente hoje, tendo em vista os dados demográficos já sinalizados nesta pesquisa.

Desse modo, diante da presente pesquisa e de todas as questões tratadas até o presente momento, ainda visualizamos, dentro deste mesmo objeto de estudo, outras questões a serem respondidas, posto que não se esgotam as possibilidades de investigações científicas acerca da velhice.

A partir do que expusemos, reafirmamos a necessidade da construção de uma Psicologia que estude o homem a partir da realidade concreta; que busque, na raiz das relações de produção, as explicações necessárias para se compreender o psiquismo e o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

Alcântara, A. O. (2004). *Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos*. Campinas: Alínea.

Alvarenga, L. N. & Kiyam, L. & Bittencourt, B. & Wanderley, K. S. (2009). Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. *Revista da Escola de Enfermagem, USP*, 43 (4), 796-802.

Antunes, R. (2005). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho*. São Paulo: Bom tempo.

Antunes, R. (1997). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Araujo, L. & Lobo Filho, J. G. (2009). Análise psicossocial da violência contra idosos. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 22 (1), 153-160.

Araujo, L. F. & Coutinho, M. P. & Santos, M. F. S. (2006). O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia e Sociedade*. 18(2), 89-98.

Ariès, P. (1973). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bee, H. (1998). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed.

Bimbato, A. M. J. (2008). *A representação de velhice entre os profissionais que atuam nos núcleos de saúde da família*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Boaretto, R. C. (2005). *Velhos a margem das ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Brasil (2003). *Lei n. 10.741*, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 janeiro, 2011, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L10741.htm>

Bruckner, P. (1997). *A tentação da inocência*. Rio de Janeiro: Rocco.

Bruno, F. (2003). *Retratos da velhice – um duplo percurso: metodológico e cognitivo*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Bulgarelli, A. F. & Manco, A. R. X. (2008). Idosos vivendo na comunidade e satisfação com a própria saúde bucal. *Ciência Saúde Coletiva*, 13(4), 1165-1174.

Cachioni, M. (2002). *Formação profissional, motivos e crenças relativas a velhice ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidade da Terceira Idade*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Calegari, K. C. (1997). *Lazer e aposentadoria: relações e significados*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Castro, D. M. & Barros, R. D. B. (2002). Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 4 (11), 113-124.

Cole, M & Cole, S. (2004). *O Desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed.

Couto, B. R. (2004). *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez.

Couto, M. C. P. P. & Prati, L. E. & Falcao, D. V. S. & Koller, S. H. (2008) Terapia familiar sistêmica e idosos: contribuições e desafios. *Psicologia Clínica*. 20(1), 135-152.

Davidov, V. & Shuare, M. (Org.) (1987). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS* (antologia). Moscou: Progresso.

Duarte, N. (2000). *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados.

Duarte, N. (2003). Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos Cedes*, 24(62), 44-63.

Elkonin, D. (1986). Acerca del problema de la periodización del desarrollo psíquico en la edad infantil. In: I. I. Iliasov. & V. Y. Liaudis (orgs.) *Antologia de la Psicología Pedagógica y de las Edades*. Moscou: Pueblo y Educación, 34- 41.

Elkonin, D. (1987) Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: V. Davidov& M. Shuare (Org.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS* (antologia). Moscou: Progreso, 125-142.

Engels, F. & Marx, K. H. (1979). *A ideologia alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Engels, F. (1876). *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Recuperado em 10 de janeiro de 2011 de <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.html>

Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cadernos Cedes*, 62(24), 64-81.

Faleiros, V. P.(1982). *A política Social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez.

Fernandes, M. G. M. (2001) Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(5), 705-710.

Figueiredo, M. L. F. (2007) As diferenças de gênero na velhice. *Revista brasileira de enfermagem*. 60 (4), 422-427.

Fiquer, J. T. (2006). *Bem-estar subjetivo: influência de variáveis pessoais e situacionais em auto-relato de afetos positivos e negativos*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Formighieri, M. S. B. (2007). *Afetividade e funções executivas em idosos: estudo normativo com WinsconsinCardSorting Test e Pfister*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Fortes, A. C. G. (2005). *Eventos de vida estressantes, estratégias de enfrentamento, senso de auto-eficácia depressivos em idosos residentes na comunidade: dados do PENSA*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Francisco, C. M. (2006). *Estudo dos fatores preditores de envelhecimento sem incapacidade entre idosos em velhice avançada no município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Gil, A. C. (1990). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Groisman, D. (2002). A velhice, entre o normal e o patológico. *História, Ciência e Saúde*, 9(1), 61-78.

Haddad, E. G. M. (1986). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez.

Heller, A. (1985). *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Heller, A. (1991). *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península.

IBGE (2010). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010*, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado em 08 de janeiro de 2011 de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>

Irigaray T. Q. & Schneider, R. H. (2007). Características de personalidade e depressão em idosas da Universidade para a Terceira Idade (UNITI/ UFRGS). *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29(2), 169-175.

Irigaray, T. Q. & Schneider, R. H. (2008). Participação de idosas em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas. *Psicologia teoria e pesquisa*. 24(2), 211-216.

Johnson, C. L. (1994). A manutenção da vida comunitária dos idosos: aspectos médicas e assistenciais. *Caderno de Saúde Pública*, 10 (2), 149-163.

Kachar, V. (2001). *Longevidade: um novo desafio para a educação*. São Paulo: Cortez.

Katz, C.; Braga, R.; Coggiola, O. (1995). *As novas tecnologias – crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: CONEX.

Kopnin, P. V. (1978). *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kosik, K. (1986). *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kunzler, R. B. (2009). *A ressignificação da vida cotidiana a partir da aposentadoria e do envelhecimento*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Le Goff, J. (2008). *Uma Longa Idade Média*. São Paulo: Civilização Brasileira.

Leão, M. A. B. G. (2000). *A aposentadoria como perspectiva de individualização em mulheres trabalhadoras de meia idade*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Leontiev, A. N. (1987). El desarrollo psíquico del niño en la edad preescolar. In: Davidov, V; Shuare, M. (Org.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS*(antologia). Moscou: Progreso, p. 57-70.

Leontiev, A. N. (1983). *Atividade, Consciência y Personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre.

Leontiev, A. (1959). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Moraes.

Lessa, S.& Tonet, I. (2008). *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.

Lima-Costa, M. F. F.; Barreto, S. M. & Giatti, L. (2003). A situação socioeconômica afeta igualmente a saúde de idosos e adultos mais jovens no Brasil. Um estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD 98. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(4), 813-824.

Lopes, A. (2000). *Os desafios da Gerontologia no Brasil*. Campinas: Alínea.

Lukács, G. (1979). *Ontologia del ser social: el trabajo*. Madrid: Ciências Humanas.

Luz, M. M. C. & AmatuZZi, M. M. (2008). Vivências de felicidade de pessoas idosas. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 303-307.

Maia, G. F. & Londero, S. & Henz, A. O. (2008). Velhice, instituição e subjetividade. *Interface (Botucatu)*, 12(24), 49-59.

Mascaro, S. A. (2004). *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense.

Mascagna, G. C. (2009). *Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de vigotski*. Dissertação de Mestrado, Maringá, PR, Brasil.

Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2005). O idoso em situação de rua: sítio revisitado. *Estudo de Psicologia (Campinas)* 22(1), 23-32.

Martins, M. S. & Massarollo, M. C. K. B. (2008). Mudanças na assistência ao idoso após promulgação do Estatuto do Idoso segundo profissionais de hospital geriátrico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(1), 26-33.

Martins, L. M. (2006). As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas em pesquisa. In: 29ª Reunião Anual da ANPED, *Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos*, v.01.

Martins, L. M. (2001). Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores. Tese de doutorado, Unesp, Marília, SP, Brasil.

Marx, K. H. (1993). *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844). Biblioteca do marxismo-leninismo. Traduzido por Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante.

Marx, K. H. (1988). *O capital: crítica a economia política*. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Mauad, L. C. (1997). *Sabedoria e revisão de vida: o desempenho de um grupo de mulheres em diferentes idades*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Mendonça, R. T. & Carvalho, A. C. D. & Vieira, E. M. I. & Adorno, R. C. F. (2008). Medicalização de mulheres idosas e interação com consumo de calmantes. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 95-106.

Merriam, S. B. & Cafarella, R. S. (1999). *Aprendendo na vida adulta: um guia compreensivo*. Porto Alegre: Artmed.

Minayo, M. C. S. & Coimbra Junior, C. E. A. (2002). Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social envelhecimento. In M. C. S. Minayo & C. E. A. Coimbra Junior (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

Minayo, M. C. S.; Hartz, Z. M. A.; Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5 (01), 7-18.

Neri, A. & Jorge, M. D. (2006). Atitudes e conhecimentos em relação à velhice em estudantes de graduação em educação e em saúde: subsídios ao planejamento curricular. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 23 (2), 127-137.

Netto Papaleo, M. (2007). *Tratado de Gerontologia*. 2 ed. São Paulo: Atheneu.

Netto, J. R. C. (2002). *Mulheres no climatério: nível de informações, ansiedade, depressão, qualidade de vida e resultados de uma intervenção psicológica*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Nogueira, C. S. (2000). *Os “mais velhos” na Folha de S. Paulo: uma análise do discurso jornalístico sobre a velhice (1900-1999)*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Nogueira, E. J. (1992). *Atitudes em relação à velhice: análise de conteúdo de textos de literatura infantil brasileira*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Okimura, T. (2005). *Processo de aprendizagem de idosos sobre os benefícios da atividade física*. Dissertação de mestrado, Escola de Educação Física da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Oliveira, A. M (2008). *A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso: um estudo sobre o atendimento de velhos nas delegacias de polícia*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Oliveira, G. S. D. (2009). *Gestão e vivências de velhices nas repúblicas de idosos de Santos (SP)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Oliveira, J. A. (2006). *“Terceira Idade” e cidade: o envelhecimento populacional no espaço intra-urbano de Santos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Oliveira, J. B. A. & Lopes, R. G. C. (2008). O processo de luto no idoso pela morte de cônjuge e filho. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 217-221.

Oliveira, B. A. (2010). Fundamentos filosóficos marxistas da obra vigotskiana: a questão da categoria de atividade e algumas implicações para o trabalho educativo. In: Mendonça, S. G. (Org.). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara, Cultura Acadêmica.

Organização Mundial de Saúde (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Recuperado em 13 de novembro de 2010 de http://prosaude.org/publicacoes/diversos/envelhecimento_ativo.pdf.

Palacios, A. M. R. J. (2004). *Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea*. Recuperado em 13 de novembro de 2010 de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/palacios-annamaria-velhice-palavra-proibida.pdf>

Palácus, J. (1995) Introdução à psicologia evolutiva: história, conceitos básicos e metodologia. In: C., Coll & J. Palácus & A. Marchesi (orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 9-26.

Papalia, D. E. & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artmed.

Paschoal, S. M. P. (2000). *Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Paschoal, S. M. P. (2004). *Qualidade de vida do idoso: construção de um instrumento de avaliação através do método do impacto clínico*. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina da USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Pasqualini, J. C. (2009). *A educação infantil na perspectiva histórico-cultural: desenvolvimento e ensino*. Recuperado em 13 de outubro de 2010 em http://www2.fc.unesp.br/cbe/i_cbe/pdf/eixo-4/048.pdf.

Pasqualini, J. C. (2010). *Dialecicidade singular-particular-universal*. Mimeo.

Paz, S. F. (2001). *Dramas, cenas e tramas: a situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Peres, M. A. C. (2007). *Velhice, Trabalho e Cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social*. Tese de Doutorado Departamento de Filosofia e Educação da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Petroviski, A. (1979). *Psicologia Evolutiva y Pedagógica*. Progreso: Moscú.

Pinto, M. E. B. (1997). *Concepções de velhice e cuidado em três gerações de origem nipo-brasileira*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Pochmann, M. (2000a). *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil.

Pochmann, M. (2000b). *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto.

Postman, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

Provinciali, R. M. (2005). *O convívio com HIV/AIDS em pessoas da terceira idade e suas representações: vulnerabilidade e enfrentamento*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Queiroz, N. C. & Neri, A. L. (2005). Bem-estar psicológico e inteligência emocional entre homens e mulheres na de meia-idade e na velhice. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. 18(2), 292-299.

Queiroz, E. (1979). *A emigração como Força Civilizadora*. Lisboa: Perspectiva e Realidades.

Reis Filho, J. T.& Santos, G. C.(2007). O desafio da clínica psicanalítica com idosos. *Psicologia Clínica*. 19(2), 45-55.

Resende, M. C. (2006). *Ajustamento psicológico, perspectiva de envelhecimento pessoal e satisfação com a vida em adultos e idosos com deficiência física*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Resende, M. & Neri, A. L. (2005). Atitudes de adultos com deficiência física frente ao idoso, à velhice pessoal e a pessoas com deficiência física. *Estudos de Psicologia - Campinas*, 22 (2), 123-131.

Rosa, M. J. V. (1995). O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema. In Antonio Barreto (Org.). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS-UL.

Rossler, J. H. (2004). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a Psicologia de Alexis N. Leontiev e a Teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Caderno Cedes*. Campinas, 24(62), 100-116.

Salgueiro, J. P. (2008). *Descrição e compreensão dos processos de perdas e lutos vivenciados por uma pessoa com Esclerose Lateral Amiotrófica*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Santos, M. F. (1990). *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EDU.

Schneider, R. H. & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 25(4), 585-593.

Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscou: Progreso.

Silva, F. P. (1999). *Crenças em relação à velhice: bem-estar subjetivo e motivos para frequentar universidade da terceira idade*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Silva, J. C. B. (2007). *Desenvolvimento humano na velhice: um estudo sobre as perdas e o luto entre mulheres no início do processo de envelhecimento*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, W. (2009). *A experiência de conviver com HIV/AIDS na velhice*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, C. A. & Carvalho, L. S. & Santos, A. C. P. O. & Menezes, M. R. (2007) Vivendo após a morte de amigos: história oral de idosos. *Texto e Contexto Enfermagem*, 16(1), 97-104.

Silveira, P. (1995). Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In P. Silveira & B. Doray (orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Edições Vértice.

Simões, J. A. (2004). A previdência Social no Brasil: um histórico. In A. L. Neri (Org.) *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus.

Simões, J. A. (2000). Solidariedade em Xeque. In Guita Debert (Org.) *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Sumaré.

Siqueira, R. L. & Botelho, M. I. V. & Coelho, F. M. C. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Ciência e Saúde Coletiva*. 7 (4), 899-906.

Souza, G. (2008). *Memória e velhice: entre a imaginação na arte de contar histórias e a emoção ao narrar a história vivida*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Tavares, S. S. (2004). *Sintomas depressivos entre idosos: relações com classe, mobilidade e suporte social percebido e experiências de eventos estressantes*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

Teixeira, S. A. (2001). Produção e consumo social da beleza. *Horizonte antropológico*,7(16), 189-220.

Telles, A. C. M. (2008). *Prevalência, incidência, fatores preditivos e impacto das quedas entre pessoas idosas no município de São Paulo: uma análise longitudinal*. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Tolstij, A. (1989). *El hombre y la edad*. Progreso: Moscú.

Tomelin, N. (2008). *A cultura da loucura na cidade: o planejamento da velhice saudável e a esperança que falou (São Paulo, 1940/2005)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Tuleski, S.C. (2002). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: EDUEM.

Vasconcellos, D. (2004). A sexualidade no processo de envelhecimento: novas perspectivas – comparação transcultural. *Estudos de Psicologia*. 9 (3), 413-419.

Veloz, M. C. T.; Nascimento Shulze, C. M; Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia e Reflexão Crítica*, 12 (2), 479-501.

Vigotski, L. S. (1930). *A transformação socialista do homem*. Recuperado em 10 de janeiro de 2011 de <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>

Vigotski, L. S. (1996). *Obras escogidas IV*. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones.

Vigotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III*. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones.

Vigotski, L. S. (1996). *Obras escogidas II*. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones.

Vigotski, L. S. & Luria, A. R. (1996). *A história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança* (L. L. de Oliveira, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Wehbe, S. C. C. F. (2008). *Adaptação cultural e validação da “Edmonton FrailScale” (EFS) – escala de avaliação de fragilidade em idosos*. Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem da USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Zaporózhets, A. (1987). A importância de los períodos iniciales de la vida em la formación de la personalidad infantil. In: V. Davidov & M. Shuare. (orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica em la URSS* (antologia). Moscou: Progreso, 228-249.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro de Entrevista

Dados de Identificação

Idade:

Sexo:

Profissão:

Grau de Escolaridade:

Ocupação atual:

Local de Trabalho:

Estado Civil:

Roteiro de Entrevista

- a) Quais são as características da velhice?
- b) Quais são as características da vida adulta?
- c) Como ocorre a passagem da vida adulta para a velhice?
- d) E quais são as características da fase que você está agora?
- e) Que tipo de trabalho você realizou antes da aposentadoria?
- f) Como foi para você sair do mercado de trabalho?
- g) Quais as atividades que você realiza no seu dia-a-dia? E se pudesse escolher uma atividade, qual atividade você gostaria de estar exercendo?
- h) E dentre essas atividades, quais você considera a mais importante?
- i) Qual a atividade que você exerce que recebe mais reconhecimento social?
- j) Quais expectativas que você tem em relação a sua vida?

Apêndice II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “A ATIVIDADE PRINCIPAL E A VELHICE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL”, que faz parte do curso de Mestrado em Psicologia e é orientada pela Prof^a. Dr^a. Marilda Gonçalves Dias Facci da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é analisar as contribuições que a Psicologia Histórico-Cultural fornece para a compreensão da velhice, quando elabora o conceito de atividade principal ou dominante. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma, você responderia algumas perguntas realizadas sobre o seu ponto de vista sobre a velhice, a vida adulta, o mundo do trabalho e a aposentadoria. Informamos que caso você se sinta incomodado (a) ou não queira responder alguma pergunta, você não precisará fazê-lo. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você, recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins pesquisa, serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar sua identidade. Lembramos que a entrevista será gravada em áudio, sendo que depois de transcritas, todo o material de áudio ficará guardado por 5 anos com o pesquisador que realizou a entrevista. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, o endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu, _____

_____ declarado que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Prof. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci.

_____ Data: _____

Assinatura

Eu, Clayton Washington dos Reis, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data: _____

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Marilda Gonçalves Dias Facci

Endereço: Avenida Colombo, 5790, Jardim Universitário, Maringá/PR

Telefone: (044) 30114416 Celular: (044) 9101-2639

E-mail: mgdfacci@uem.br

Nome: Clayton Washington dos Reis

Endereço: Rua XV de Novembro, 7951, apto 13, Guarapuava/PR

Telefone: (042) 3622-2000 Celular: (042) 99406531

E-mail: cwashingtontosreis@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP: 87020-900 Maringá-PR Telefone: (044) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

Apêndice III

Tabelas de Teses, Dissertações e Artigos

QUADRO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NA USP					
TIPO DE MATERIAL – LOCAL DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO OU TESE	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA TRABALHADA
DISSERTAÇÃO – Faculdade de Saúde Pública – USP	Perfil de Saúde de Mulheres na pré, peri e pós menopausa cadastradas em uma unidade de saúde pública do Estado do Acre	SILVA, Andréia Ramos	2009	Saúde/Saúde Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos como indivíduos que não podem reproduzir. - Climatério enquanto momento que marca a velhice.
DISSERTAÇÃO – Faculdade de Medicina – USP	A representação de velhice entre os profissionais que atuam nos núcleos de saúde da família	BIMBATO, Angélica Maria Jabur	2008	Saúde/Medicina Social	<ul style="list-style-type: none"> - Velhice vista como fase de sabedoria e de experiência de vida; - Evolução natural do corpo; - Estado de espírito; - Fase que se assemelha ao mundo infantil; - Decadência e solidão; - Melhor idade
DISSERTAÇÃO – Escola de Enfermagem – USP	Prevalência, incidência, fatores preditivos e impacto das quedas entre pessoas idosas no município de São Paulo: uma análise longitudinal.	TELLES, Anna Cláudia Maurício	2008	Saúde/Enfermagem/Saúde do Adulto	<ul style="list-style-type: none"> - Idoso visto como ser frágil que necessita de maiores cuidados, pois estão propensos a quedas e a se machucar.

DISSERTAÇÃO – Escola de Enfermagem – USP	Estudo dos fatores preditores de envelhecimento sem incapacidade funcional entre idosos em velhice avançada no município de São Paulo	FRANCISCO, Célia Maria	2006	Saúde/ Enfermagem/ Saúde do Adulto	<ul style="list-style-type: none"> - O idoso vivo e como ser dependente; - O idoso visto como aquele que necessita de maior atenção à Saúde; - O idoso visto a partir da perda funcional do corpo.
DISSERTAÇÃO – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras –USP	Mulheres no climatério: nível de informações, ansiedade, depressão, qualidade de vida e resultados de uma intervenção psicológica	NETTO, Jaqueline R. da Cunha	2002	Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> -Climatério evento biológico determinado pelo contexto sócio-cultural; - Climatério visto de maneira negativa.
DISSERTAÇÃO – Escola de Educação Física e Esporte – USP	Processo de aprendizagem de idosos sobre os benefícios da atividade física	OKIMURA, Tiemi	2005	Educação Física	<ul style="list-style-type: none"> - Velhice enquanto momento sedentário; - A atividade física enquanto fator que aumenta qualidade de vida.
DISSERTAÇÃO – Instituto de Psicologia – USP	Bem-estar subjetivo: influência de variáveis pessoais e situacionais em auto-relato de afetos positivos e negativos	FIQUER, Juliana Teixeira	2006	Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> - Afetividade e velhice; - Aprovação social e velhice;
DISSERTAÇÃO – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP	Afetividade e funções executivas em idosos: estudo normativo com Winsconsin Card Sorting Test e Pfister	FORMIGHIERI, Mariana de Siqueira Bastos	2007	Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> - Características psicológicas dos idosos são diferentes das outras faixas etárias; - A afetividade e as funções executivas nos idosos se processam de maneira diferente;
DISSERTAÇÃO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP	Gestão e vivências de velhices nas repúblicas de idosos de Santos (SP)	OLIVEIRA, Gláucia da Silva Destro	2009	Antropologia Social	<ul style="list-style-type: none"> - Idoso autônomo e independente; - Abordar diferentes sentidos dado a velhice.

DISSERTAÇÃO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP	“Terceira Idade” e cidade: o envelhecimento populacional no espaço intra-urbano de Santos	OLIVEIRA, Juliana Andrade	2006	Sociologia	- Vivências dos idosos no espaço urbano; - Sociabilidade na aposentadoria; - Locais próprios para o encontro dos idosos.
DISSERTAÇÃO - Escola de Enfermagem – USP	O processo de conviver com um idoso dependente sob a perspectiva do grupo familiar	SILVA, Lúcia	2007	Enfermagem/ Enfermagem Psiquiátrica	- Idoso visto como dependente de outras pessoas cuidadoras; - O convívio da família com o idoso dependente.
DISSERTAÇÃO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP	O convívio com HIV/AIDS em pessoas da terceira idade e suas representações: vulnerabilidade e enfrentamento.	PROVINCIALI, Renata Maria	2005	Psicologia	- Vulnerabilidade do idoso frente ao vírus HIV; - Sexualidade do idoso; - Velhice vista como uma fase em que existem transformações físicas, emocionais, onde capacidades e potencialidades são restritas.
DISSERTAÇÃO - Instituto de Psicologia – USP	Descrição e compreensão dos processos de perdas e lutos vivenciados por uma pessoa com Esclerose Lateral Amiotrófica	SALGUEIRO, Juliana Peixoto	2008	Psicologia/ Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	- Perdas e lutos dos idosos em decorrência da Esclerose Lateral Amiotrófica; - Perdas do idoso advindas da própria doença; - A velhice e a morte.
DISSERTAÇÃO - Faculdade de Medicina – USP	Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião.	PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco	2000	Medicina/ Medicina Preventiva	- Velhice pode ser um momento de incapacidade e dependência; - Idoso visto como faixa populacional que necessita de atenção especial; - Qualidade de vida do idoso.
DISSERTAÇÃO - Instituto de Psicologia – USP	Desenvolvimento humano na velhice: um estudo sobre as perdas e o luto entre mulheres no início do processo	SILVA, Janaína Corazza Barreto	2007	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	- Velhice e luto; - Reestruturação da vida; - Velhice marcada por múltiplas perdas;

	de envelhecimento				<ul style="list-style-type: none"> - Novos papéis do idoso; - Novas possibilidades sociais e de aprendizagem.
TESE – Faculdade de Medicina- USP	Qualidade de vida do idoso: construção de um instrumento de avaliação através do método do impacto clínico	PASCHOAL, Sérgio Marcio Pacheco	2004	Medicina/ Medicina Preventiva	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade de vida na velhice; - Percepção do idoso sobre si mesmo.
TESE – Escola de Enfermagem – USP	Adaptação cultural e validação da “Edmonton FrailScale (EFS) – escalade avaliação de fragilidade dos idosos	WEHBE, Suzele Cristina Coelho Fabrício	2008	Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> - Velhice não necessariamente é o momento de fragilidade; - Idoso fragilizado.
TESE – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP	A cultura da loucura na cidade: o planejamento da velhice saudável e a esperança que falou (São Paulo 1940/2005)	TOMELINJR., Nelson	2008	História/ História Social	<ul style="list-style-type: none"> - As memórias dos idosos doentes mentais institucionalizados; - Condição social da velhice.
TESE – Instituto de Psicologia – USP	A experiência de /AIDS na velhice	SILVA, Wilson Aparecido	2009	Psicologia/ Psicologia Social e do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Velhice processo biológico; -Estigma e preconceito em relação ao idoso com HIV.
TESE – Escola de Comunicação e Artes – USP	Memória e velhice: entre a imaginação na arte de contar histórias e a emoção ao narrar a história vivida.	SOUZA, Gerson	2008	Ciência da Comunicação/ Interfaces Sociais da Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Vivência do idoso enquanto aquele que conta o passado.
TESE – Departamento de Filosofia e Educação - USP	Velhice, Trabalho e Cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social	PERES, Marcos Augusto de Castro	2007	Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento social do idoso no Brasil; - Políticas públicas voltadas ao idoso; - Idoso do ponto de vista político-eleitoral e mercadológico.

Quadro de Teses e Dissertações defendidas na UNICAMP					
TIPO DE MATERIAL – LOCAL DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO OU TESE	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA TRABALHADA
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	A aposentadoria como perspectiva de individualização em mulheres trabalhadoras de meia idade	LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus	2000	Ciências Médicas	- Aposentadoria; - Perspectiva de vida do aposentado; - Mudanças na personalidade do aposentado
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Velhos a margem das ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo	BOARETTO, Roberta Cristina	2005	Gerontologia	- Condições sociais dos idosos; - Políticas públicas voltadas aos idosos;
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Sintomas depressivos entre idosos: relações com classe, mobilidade e suporte social percebidos e experiência de eventos estressantes	TAVARES, Samila Sathle	2004	Gerontologia	- Condições sociais do idoso; - Depressão nos idosos; - Experiência de vida
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Os “mais velhos” na Folha de S. Paulo: uma análise do discurso jornalístico sobre a velhice (1900-1999)	NOGUEIRA, Claudiana da Silva	2000	Linguística	- A velhice enquanto discurso ideológico da mídia
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Lazer e aposentadoria: relações e significados	CALEGARI, Katia Cristina	1997	Educação Física	- Lazer do idoso; - Aposentadoria
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Eventos de vida estressantes, estratégias de enfrentamento, senso de auto-eficácia	FORTES, Andrea Cristina Garofe	2005	Gerontologia	- Ajustamento do idoso; - Velhice e depressão

	depressivos em idosos residentes na comunidade: dados do PENSA				
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Crenças em relação a velhice: bem-estar subjetivo e motivos para frequentar universidade da terceira idade	SILVA, Flavia Pereira	1999	Gerontologia	- Qualidade de vida na velhice; - Motivação na velhice.
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Atitudes em relação à velhice: análise de conteúdo de textos de literatura infantil brasileira	NOGUEIRA, Eliete Jussara	1992	Educação	- Representação da velhice na literatura infantil
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	Retratos da velhice – um duplo percurso: metodológico e cognitivo	BRUNO, Fabiana	2003	Multimeios	- Memórias dos idosos
DISSERTAÇÃO – UNICAMP	A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso: um estudo sobre o atendimento de velhos nas delegacias de polícia	OLIVEIRA, Amanda Marques	2008	Antropologia Social	- Violência contra o idoso.
TESE – UNICAMP	Concepções de eme cuidado três gerações de origem nipo-brasileira	PINTO, Meyre Eiras de Barros	1997	Educação	- Velhice; - Crenças - Expectativa
TESE – UNICAMP	Formação profissional, motivos e crenças relativas a velhice ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade	CACHIONI, Meire	2002	Educação	- Educação dos idosos

TESE UNICAMP	- Sabedoria e revisão de vida: o desempenho de um grupo de mulheres em diferentes idades	MAUAD, Leonor Campos	1997	Educação	- Envelhecimento; - Sabedoria; - Fase do desenvolvimento
TESE UNICAMP	- Dramas, cenas e tramas: a situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro	PAZ, Serafim Fortes	2001	Educação	- Envelhecimento - Políticas Públicas voltadas aos idosos; - Movimentos sociais
TESE UNICAMP	- Ajustamento psicológico, perspectiva de envelhecimento pessoal e satisfação com a vida em adultos e idosos com deficiência física	RESENDE, Marineia Crossara	2006	Educação	- Idosos e deficiência física; - Resiliência em idosos

Quadro dos Artigos Publicados

TIPO DE MATERIAL – TÍTULO DO PERÍODICO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR (ES)	ANO DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA TRABALHADA
ARTIGO – Caderno de Saúde Pública	A manutenção da vida comunitária dos idosos: aspectos médicos e assistenciais	JOHNSON, Collen L.	1994	-Idoso visto como inválido e dependente aos 80-90 anos; - idoso aumentando a demanda nos serviços e de Saúde e de assistência social; - incapacidade funcional em função da idade avançada; - simplificação e redução do mundo social do idoso.
ARTIGO – Estudos de Psicologia (RN)	A sexualidade no processo de envelhecimento: novas perspectivas – comparação transcultural	VASCONCELLOS, Doris	2004	- Sexualidade do idoso; - Se na sexualidade na velhice e preconceito; - aumento dos gastos do idoso para manter a vida sexual; -a vivência do idoso com seu

				corpo.
ARTIGO – Ciência & Saúde Coletiva	A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais	SIQUEIRA, Renata Lopes de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira e COELHO, France Maria Contijo	2002	- Diferentes abordagens sobre o envelhecimento; - abordagem biológico/comportamentalista: envelhecer fisiológico; - abordagem economista: impacto econômico do envelhecimento social, aumento da demanda em saúde, benefícios.
ARTIGO – História, Ciência, Saúde – Manguinhos	A velhice, entre o normal e o patológico	GROISMAN, Daniel	2002	- Velhice enquanto problema social; - Geriatria e Gerontologia enquanto áreas de conhecimento; - Dificuldade para definir o que é normal e o que é patológico na velhice.
ARTIGO – Psicologia: Reflexão e Crítica	Análise psicossocial da violência contra idosos	ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de LOBO FILHO, Jorgeano Gregório	2009	- Representação social dos idosos acerca da violência contra o idoso; - A violência contra o idoso vista como: abandono, negligência, agressão física e desrespeito.
ARTIGO – Revista Brasileira de Enfermagem	As diferenças de gênero na velhice	FIQUEIREDO, Maria Livramento Fortes	2007	- Diferenças de gênero presentes e determinantes da saúde e da qualidade de vida das pessoas que envelhecem
ARTIGO – Estudos de Psicologia (Campinas)	Atitudes de adultos com deficiência física frente ao idoso, à velhice pessoal e a pessoas com deficiência física	RESENDE, Marineia Crosara de e NERI, Anita Liberalesso	2005	- Deficiência física e convivência com o idoso
ARTIGO – Estudos de Psicologia (Campinas)	Atitudes e conhecimentos em relação à velhice em estudantes de graduação em educação e em saúde: subsídios ao planejamento	NERI, Anita Liberalesso e JORGE, Mariana Dias	2006	- Necessidade de grade acadêmica com disciplinas voltadas ao estudo da velhice. -Atitude dos acadêmicos em relação à velhice.

	curricular			
ARTIGO – Psicologia: Reflexão e Crítica	Bem-estar psicológico e inteligência emocional entremulheres e mulheres na de meia-idade e na velhice	QUEIROZ, Nelma Caires e NERI, Anita Liberalesso	2005	- Bem-estar psicológico e inteligência emocional do idoso, dependem do estilo de vida que tiveram e da perspectiva que eles possuem sobre a vida.
ARTIGO – Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul	Características de personalidade e depressão em idosas da Universidade para a Terceira Idade (UNITI/ UFRGS)	IRIGARAY Tatiana Quarti e SCHNEIDER, Rodolfo Herberto	2007	- Fatores da personalidade influenciam na depressão em idosos;
ARTIGO – Interface – Comunicação, Saúde e Educação	Envelhecimento bem-sucedido: trajetória de um constructo e novas fronteiras	LIMA, Ângela Maria Machdo de; SILVA, Henrique Salmazo da e GALHARDONI, Ricardo	2008	- Envelhecimento bem-sucedido enquanto bem-estar e qualidade de vida do idoso; - Idosos que mantem bons níveis de qualidade de vida.
ARTIGO - Ciência & Saúde Coletiva	Idosos vivendo na comunidade e satisfação com a própria saúde bucal	BULGARELLI, Alexandre Fávero e MANCO, Amábil Rodrigues Xavier	2008	- Satisfação do idoso em relação à saúde bucal.
ARTIGO – Caderno Cedes	Imagens de velhice, imagens da infância: formas que se pensam	BRUNO, Fabiana e SAMAIN, Etienne	2006	- O idoso reconstruindo sua história através da fotografia
ARTIGO – Saúde e Sociedade	Medicalização de mulheres idosas e interação com consumo de calmantes	MENDONÇA, Reginaldo Teixeira; CARVALHO, Antônio Carlos Duarte de; VIEIRA, Elisabeth Meloni e ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira	2008	- Relação de gênero, envelhecimento e uso de calmantes.
ARTIGO – História, Ciência, Saúde - Manguinhos	Nobert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte	AGRA DO O, Alarcon	2008	- A velhice enquanto processo inventado pela modernidade
ARTIGO –	O desafio da clínica	REIS FILHO, José Tiago dos e	2007	- O atendimento psicoterapêutico

Psicologia Clínica	psicanalítica com idosos	SANTOS, Gisela de Carvalho		à idosos
ARTIGO – Estudos de Psicologia (Campinas)	O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais	SCHNEIDER, Rodolfo Herberto e IRIGARAY, Tatiana Quarti	2008	- Idade cronológica não define a velhice; - Envelhecimento visto como a interação entre o biológico, o social e o psicológico.
ARTIGO -Estudos de Psicologia (Campinas)	O idoso em situação de rua: sítio revisitado	MATTOS, Ricardo Mendes e FERREIRA, Ricardo Franklin	2005	- O idoso em situação de rualização; - O idoso sem amparo familiar, alcoolista e instáveis no sistema produtivo.
ARTIGO – Psicologia & Sociedade	O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das representações sociais	ARAUJO, Ludgleydson Fernandes de; COUTINHO, Maria da Penha de Lima e SANTOS, Maria de Fátima de Souza	2006	- Ganhos e perdas na velhice; - A velhice vista como doença;
ARTIGO – Psicologia em Estudo	O processo de luto no idoso pela morte de cônjuge e filho	OLIVEIRA, João Batista Alves de e LOPES, Ruth Gelehter da Costa	2008	- O idoso próximo da morte; - Situações de luto e velhice;
ARTIGO – Revista Brasileira de Enfermagem	Papéis sociais de gênero na velhice:o olhar de si e do outro	FERNANDES, Maria das Graças Melo	2009	- A velhice a partir de uma sociedade sexista; - Papéis sociais de homem e da mulher na perspectiva do idoso.
ARTIGO – Psicologia: Teoria e Pesquisa	Participação de idosas em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas	IRIGARAY, Tatiana Quarti e SCHNEIDER, Rodolfo Herberto	2008	- Motivação do idoso para o estudo.
ARTIGO – Horizontes Antropológicos	Produção e consumo social da beleza	TEIXEIRA, Sérgio Alves	2001	- A velhice vista como feiúra
ARTIGO – Psicologia: Reflexão e Crítica	Representações sociais do envelhecimento	VELOZ, Maria Cristina Trigueiro; NASCIMENTO-SCHULZE, Cléia Maria e CAMARGO,	1999	- Idoso enquanto membro que não participa da família; - Idoso visto como aquele que perdeu o ritmo de trabalho; - Velhice enquanto desgaste da

		Brigido Vizeu		máquina humana.
ARTIGO – Estudos de Psicologia (Natal)	Representações sociais sobre a saúde na velhice: um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de Saúde	TEIXEIRA, Maria Cristina Trigueiro, SCHULZE, Cleia Maria e CAMARGO, Brigido Vizeu	2002	- Idoso visto como doente;
ARTIGO – Psicologia Clínica	Terapia familiar sistêmica e idosos: contribuições e desafios	COUTO, Maria Clara P. de Paula; PRATI, Laíssa Eschiletti; FALCAO, Deusivania Vieira da Silva e KOLLER, Silva Helena.	2008	- Idoso percebido como um fardo/peso; - Idoso percebido como recurso de apoio à família; - Velhice bem-sucedida.
ARTIGO – Interface – Comunicação, Saúde e Educação	Velhice, instituição e subjetividade	MAIA, Gabriele Felten da; LONDERO, Susane e HENZ, Alexandre de Oliveira	2008	- O sofrimento do Idoso

ANEXOS

ANEXO I

Parecer de Aprovação do CONEP